



ESCOLA MUNICIPAL "PROFª MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES"
ENSINO FUNDAMENTAL



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PARANAGUÁ – PR
2024

SUMÁRIO

1-IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....04

1.1 Histórico.....	05
1.2 Quadro De Atos.....	06
1.3 Biografia Do Patrono.....	06
1.4 Organização Escolar.....	08
1.5 Estudo Da Realidade.....	09
2-FINS E OBJETIVOS.....	11
2.1 Concepções.....	13
2.2 Concepção Pedagógica, Filosóficas e Psicológicas.....	19
2.3 Concepção De Avaliação Integral Da Criança No Ensino Fundamental.....	21
2.4 Projeto Político Pedagógico.....	23
2.5 Proposta Curricular.....	24
2.6 Plano de Ação da Escola.....	25
2.7 Plano de Ensino.....	28
2.8 Avaliação Institucional.....	28
2.9 Avaliação de Processo Ensino-Aprendizagem.....	28
2.10 Registro de Classe R.C.O.....	29
2.11 Procedimentos de Intervenção Pedagógica: Recuperação e Reclassificação de estudos.....	30
3-DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DE METAS - Eixo Ensino e Aprendizagem.....	31
3.1 Ações De Apoio Pedagógico e Ações De Inclusão.....	31
3.2 Procedimentos de Intervenção Pedagógica de Recuperação e Reclassificação de Estudos.....	32
3.3 Análise de avanços e dificuldades.....	33
3.4 Proposta de Ação para o Ano Corrente.....	34
3.5 Projetos Pedagógicos.....	35
3.6 Plano de ação do pedagogo coordenador escolar.....	36
3.7 Articulação entre ações de cuidar e educar, no processo de acolhimento das famílias e crianças na Educação Infantil.....	37
3.8 Articulação da Educação Infantil.....	38
3.9 Eixo Gestão de Recursos Humanos, Físicos, Materiais e Financeiros.....	38
3.10 – Levantamento de Ações que potencializam recursos para a criação de condições	

necessárias para o desenvolvimento do processo de Ensino e Aprendizagem.....	38
3.11 Análise de Avanços e dificuldades.....	39
3.12 Proposta de Ação para o Ano Corrente.....	39
3.13 Eixo Democrática e Participativa.....	42
3.14 Integração Escola Comunidade.....	42
3.15 Instituições Auxiliares: A.P.M.F e Conselho Escolar.....	42
3.16 Eixo de Formação.....	43
4-ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	43
4.1 Plano de Atividades a serem Desenvolvidos nos Espaços Pedagógicos, em áreas verdes e intervalo.....	43
4.2 P.A.E. - Plano de Abandono Escolar.....	49
5-AVALIAÇÃO.....	50
5.1 Avaliação Pedagógica.....	50
5.2 Proposta de Recuperação de Estudos.....	51
5.3 Aceleração de Estudos.....	51
5.4 Avaliação de Desempenho dos Profissionais.....	
5.5 Proposta com Objetivos, Metas, Ações, Cronograma, Espaço, Responsabilidade e Parcerias.....	52
6-CALENDÁRIO ESCOLAR.....	53
6.1 Calendário de prestação de contas.....	54
7-CRONOGRAMA.....	55
7.1 Regime de funcionamento da Educação Infantil de acordo com o Calendário.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Município: **Paranaguá**

Código do Município: **180**

Instituição: **Escola Municipal "Profª. Maria José Henrique Tavares"**

Código do INEP: **41140885**

Email da instituição: **tatiana.nascimento@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Coordenadora

Manhã: **Eliane do Nascimento**

Email: **eliani.nascimento@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Coordenadora

Tarde: **Altamira Aparecida Fernandes de Oliveira**

Email: **altamira.fernandes@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Orientadora

Manhã/Tarde: **Fabiana Bestana Gimenes**

Email: **fabiana.bestana@paranagua.pr.gov.br**

Dependência Administrativa: **SEMEDI**

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá

Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino: Decreto nº. 671, de 22/07/1985, da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino: Res. Nº 04/86, de 02/01/1986

Horários de Funcionamento: 07h30min às 11h30min /13h30min às 17h30min.

Etapas e Modalidades de Ensino Ofertado por esta Instituição

() Educação do Campo

() Educação Especial

() Educação Infantil

(X) Ensino Fundamental

1.1 Histórico

A Escola Municipal "Professora Maria José Henrique Tavares" está situada à Rua Claudionor Nascimento, s/nº, Jardim Santa Rosa, na cidade de Paranaguá, estado do

Paraná, zona urbana. Foi inaugurada no mês de julho de 1985 e seu funcionamento foi autorizado pelo **Decreto nº. 671**, de 22 de julho de 1985, da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Recebeu esse nome em homenagem à Professora Maria José Henrique Tavares, nascida em Paranaguá, no dia 07 de maio de 1919. Lecionou na Escola Isolada Pires Pardiniho e no Grupo Escolar Faria Sobrinho. Ficou conhecida e respeitada pela sua postura e capacidade profissional, sendo descrita como uma pessoa de personalidade forte, meiga, responsável e dedicada. Distribuiu e recebeu ao longo do tempo que lhe coube em vida, carinho e amizade. Após 28 anos de dedicação, aposentou-se, disseminado em seu caminho de amor, saberes, competências e habilidades na vida daqueles que um dia, poderão partilhar, assim como ela, do seu universo de paixão em ensinar. Preencheu seus anos de aposentadoria com cursos de artes, crochê, culinária e com atos de benemerência. Falecendo aos 63 anos, no dia 16 de junho de 1982.

Inicialmente, a Escola possuía um bloco com seis salas de aula; outro com salas para direção, secretaria e cozinha; além de banheiro feminino e masculino e uma área coberta para o recreio.

No ano de 2004, passou por reformas e ampliação, onde foram criadas: sala de informática, brinquedoteca, sala de professores, banheiro para funcionários e adequação da estrutura já existente.

Em 2005 foi criada a quadra poliesportiva com cobertura e iluminação.

Atualmente, a escola possui: oito salas de aula, banheiro feminino para os estudantes, banheiro masculino para os estudantes, banheiro para funcionários, sala de informática, sala de leitura, que foi inaugurada em 13 de agosto de 2015, sala para biblioteca e orientação, sala para coordenação, almoxarifado, secretaria, direção, sala dos professores, despensa, cozinha, área coberta para lanche e quadra poliesportiva coberta.

1.2 Quadro de Atos Biografia do Patrono

Em de uma família humilde onde o pai, Caetano Antônio Henrique, era funcionário

da Alfândega e a mãe, Osminda Silva Henrique, o ajudava nas despesas lavando roupa para a família Acrísio Guimarães. Nasceu no dia 07 de maio de 1919, uma menina sadia de imensos olhos verdes. Seu nome era Maria José da Silva Henrique. Quarta filha de uma prole de cinco filhas, tinha ainda dois irmãos: um por parte do pai e outro por parte de mãe.

A família de Maria José soube formar-se, solidificar-se e ensinar-lhe valores, mostrando-lhe que apesar das dificuldades econômicas, ela podia ser feliz.

Nascida em uma modesta casa de madeira à Rua Princesa Isabel (atual edifício Nossa Senhora do Rocio) tinha como vizinhos e companheiros de "cozinhado" as crianças da família Pinho e Guimarães, numa época em que laços de amizade e respeito, uniam-se a relações duradouras que marcavam as cidades pequenas do interior.

Tinha como irmãs Ephigênia, Hilda, Eurídice e Regina Helena. Anos mais tarde, Ephigênia ajudou com seu trabalho à máquina de costura, a cuidar e encaminhar aquela criança, sendo na prática, sua segunda mãe. Diante de tanta atenção e carinho, Maria José tornou-se uma pessoa afável e querida e as necessidades materiais nem eram tão percebidas.

Hilda foi trabalhar na Cia telefônica da cidade. Eurídice tornou-se professora e Regina Helena, a filha mais nova da família, também seguiu o mister de ensinar. Quanto aos irmãos Múcio e Sebastião, aquele trabalhava no IBC e este no Cais do Porto. Sua juventude foi tranquila aos moldes dos anos trinta, intermediando canções ao pé do rádio e as conversas das mães sentadas nas cadeiras à calçada enquanto as crianças brincavam e os jovens jogavam bilboquê, diabolô e sete-marias.

Viver em Paranaguá, cidade histórica, plena de vínculos amigos, em que a solidariedade unia as famílias, solidificou na formação do caráter de Maria José, as características que sempre a marcaram: a honradez, a paciência e a ternura em suas ações.

Vieram os estudos na escola de dona Eleusina e, posteriormente, no Grupo Escolar Anexo à Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha, onde mais tarde Maria José formou-se professora. Em 31 de janeiro de 1940, Maria José Silva Henrique, aos 21 anos, foi nomeada para reger uma das classes do grupo escolar da cidade de Rebouças, no interior do Paraná, a mais ou menos 250 km de Paranaguá. Era um estágio probatório à nomeação. Quilômetros vencidos com lentidão e dificuldade serra acima, nos trilhos da, então, Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC), lá foi a professorinha pela primeira

vez em sua vida percorrer tanta distância. Difícil de ir e vir naqueles tempos!

Em razão disso, ficou então hospedada na casa da família do dentista Germano (o sobrenome perdido no tempo), parentes da amiga Maria Cândida, que também foi nomeada para reger a classe naquela cidade. Lá permaneceu por dois anos, tendo vindo à sua cidade natal somente quatro vezes, nos períodos de férias. Em 10 de fevereiro de 1942, Maria José foi removida para Paranaguá para ser regente de classe na escola isolada fixada na Praça Pires Pardini, como professora normalista - Padrão G - fazendo parte permanente no Quadro de Ensino do Estado do Paraná.

Dona Izaura, que era proprietária de uma casa na esquina da Rua Júlia da Costa com Mestre Leopoldino, alugava uma sala da mesma, fazendo surgir aquela "Escola Isolada Pires Pardini" onde alunos do 1º, 2º, 3º e 4º anos, distribuía-se em filas e recebiam, cada qual, seus despectivos ensinamentos. Tarefa nada fácil, mas desempenhada com galhardia e ternura, qualidade que levou como sua por toda a vida.

Casou-se em 1951 com Evandro Tavares e um ano após, nasceu seu filho Alberto Rafael Tavares Neto (falecido prematuramente em 1997, aos seus 45 anos de idade).

Por algum tempo, ensinou também no Grupo Escolar da Costeira de onde transferiu seu exercício para o Grupo Escolar Faria Sobrinho. Ali, sua carreira floresceu e Maria José ficou conhecida e respeitada pela sua postura e capacidade profissional. Recebeu dos alunos, familiares e colegas todo o carinho e reconhecimento que um ser humano cômico de suas responsabilidades e pleno de dedicação profissional pode esperar.

Após 28 anos de dedicação, estando no nível 15 - símbolo MN4, aposentou-se, deixando disseminado em seu caminho de amor, saberes, competências e habilidades na vida daqueles que um dia, puderam partilhar com ela o seu universo de paixão: ENSINAR.

De seu único filho Alberto Rafael nasceu sua única descendente - Rafaela. Preencheu seus anos de aposentadoria com cursos de artes, de crochê, de culinária e com atos de benemerência. Meiga e gentil, distribuiu e recebeu ao longo do tempo que lhe coube na vida, carinho e amizade.

A indicação de seu nome para um espaço onde os folgados, os risos, as canções, as brincadeiras e o aprendizado das crianças borbulham, manterá sempre vivo o nome de Maria José Henrique Tavares. Faleceu no dia 16 de junho de 1982.

1.2.1 Mudanças na estrutura física/e ou mudança de endereço

A Instituição de ensino em questão, não apresentou mudança de endereço até o ano vigente de 2024, mantendo-se no endereço: Rua Claudionor Nascimento s/nº Jardim Santa Rosa, telefone/ fax: (41)3721 1770, na cidade de Paranaguá. A estrutura material também não sofreu alterações, porém, foram feitas trocas no espaço das sala de professores, bem como a sala de Atendimento Educacional Especializado (A.E.E), que estava localizada na parte externa da Instituição, a mesma passou para a sala que era dos professores, e a de professores para a sala de Informática que foi desativada. Sendo assim, não tivemos mas mudanças consideráveis a serem citadas.

1.3 Relação dos Profissionais da Instituição

Equipe Gestora

Direção: Tatiana Santos do Nascimento

Secretária Geral: Fabiana dos Santos

Assistente Administrativo: Denize Dias Alves

Pedagogas Manhã/Tarde: Eliani do Nascimento, Altamira Aparecida Fernandes, Fabiana Bestana Gimenes

Equipe Docente

- 1- Andressa Matozzo Soares Bonardo
- 2- Cybelle de Fátima Gomes Pereira
- 3- Débora Cristina Santos Silva
- 4- Débora de Freitas Matilde Bozi
- 5- Giselle Alves Corrêa
- 6- Glaciele Cristiane de Paula Costa
- 7- Graziela Agostinho da Costa
- 8- Greice Kelly de Lima Alves
- 9- Hilda Aparecida M. da Silva Santos
- 10- Hosana Gonçalves Silva
- 11- Karime Klingelfus Congrossi Moreira

- 12- Keli de Árcega Mendes
- 13- Luanda Carolina Falavine
- 14- Marco Antônio Alexandrino da Silva
- 15- Maria Aparecida da Silveira Dalago
- 16- Maria Cristina Bezerra Pereira
- 17- Marileuza Alves Constantino de Freitas
- 18- Neucili Cunha da Silva
- 19- Roberta Cardozo Colodel Modesto
- 20- Rosimere César de Araújo do Carmo
- 21- Sandra Moreira Norberto
- 22- Silvana Ferreira Pereira
- 23- Simone dos Santos Alves
- 24- Vanessa Mattozo Soares
- 25- Karime Klingelfus Congrossi Moreira

1.3.1 Nível de Escolaridade

FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Tatiana dos Santos do Nascimento	Ensino Médio	Pedagogia	
Altamira Aparecida Fernandes	Ensino Médio	Pedagogia	Psicopedagogia
Eliani do Nascimento	Ensino Médio	Pedagogia	Psicopedagogia
Fabiana Bestana Gimenes	Magistério	Pedagogia	
Fabiana dos Santos	Magistério	História	História
Andressa Matozzo Soares Bonardo	Magistério	Pedagogia	
Cybelle de Fátima Gomes Pereira	Magistério	Pedagogia (inc.)	
Débora Cristina Santos Silva	Magistério	Letras Port./Inglês	
Débora de Freitas Matilde Bozi	Magistério	Pedagogia	
Giselle Alves Corrêa	Magistério	História	
Glaciele Cristiane de Paula Costa	Magistério		
Graziela Agostinho da	Ensino Médio	Letras inglês	Educação Especial

Costa Greice Kelly de Lima Alves	Magistério	Pedagogia	Gestão escolar
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	Magistério	Matemática	Supervisão Escolar
Hosana Gonçalves Silva	Magistério	Pedagogia	Alfabetização e Linguagem
Keli de Árcega Mendes	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia
Luanda Carolina Falavine	Magistério	Pedagogia	
Marco Antônio	Ensino Médio	Educação	
Alexandrino da Silva		Física	
Maria Aparecida da S.			
Dalago			
Maria Cristina Bezerra Pereira	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia
Marileuza Alves	Magistério	Pedagogia	
Constantino de Freitas			
Neucili Cunha da Silva	Magistério	Pedagogia	
Roberta Cardozo Colodel Modesto	Ensino Médio	Pedagogia	
Rosimere César de Araújo do Carmo	Magistério	Pedagogia	Supervisão Escolar
Sandra Moreira Norberto	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar
Silvana Ferreira Pereira	Magistério	Pedagogia	
Simone dos Santos Alves	Magistério	Pedagogia	Educação Especial
Vanessa Mattozo Soares	Magistério	Pedagogia	
Karime Klingelfus	Magistério	Pedagogia	Mestrado
Congrossi Moreira			

1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício

FUNCIONÁRIO		FUNÇÃO
Tatiana Santos do Nascimento		Diretor
Altamira Aparecida Fernandes		Pedagoga Coordenadora
Eliani do Nascimento		Pedagoga

	Coordenadora
Fabiana Bestana Gimenes	Pedagoga Orientadora
Fabiana dos Santos	Secretária Geral
Denize Dias Alves	Secretária Administrativa
Andressa Matozzo Soares Bonardo	Professora
Cybelle de Fátima Gomes Pereira	Professora
Débora Cristina Santos Silva	Professora
Débora de Freitas Matilde Bozi	Professora
Giselle Alves Corrêa	Professora
Glaciele Cristiane de Paula Costa	Professora
Graziela Agostinho da Costa	Professora
Greice Kelly de Lima Alves	Professora
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	Professora
Hosana Gonçalves Silva	Professora
Keli de Árcega Mendes	Professora
Luanda Carolina Falavine	Professora

Marco Antônio Alexandrino da Silva	Ensino Médio	Profe
Maria Aparecida da S. Dalago		
Maria Cristina Bezerra Pereira		Profe
Marileuza Alves Constantino de Freitas		Profe
Neucili Cunha da Silva		Profe
Roberta Cardozo Colodel Modesto		Profe
Rosimere César de Araújo do Carmo		Profe
Sandra Moreira Norberto		Profe
Silvana Ferreira Pereira		Profe
Simone dos Santos Alves		Profe
Vanessa Mattozo Soares		Profe
Karime Klingelfus Congrossi Moreira		Profe

FUNCIONÁRIO	PADRÃO
Andressa Matozzo Soares Bonardo	1
Cybelle de Fátima Gomes Pereira	2
Débora Cristina Santos Silva	2

Débora de Freitas Matilde Bozi	2
Giselle Alves Corrêa	2
Glaciele Cristiane de Paula Costa	1
Graziela Agostinho da Costa	1
Greice Kelly de Lima Alves	2
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	1
Hosana Gonçalves Silva	2
Keli de Árcega Mendes	2
Luanda Carolina Falavine	1
Marco Antônio Alexandrino da Silva	1
Maria Aparecida da Silveira Dalago	1
Maria Cristina Bezerra PereiraMagistério	2
Marileuza Alves Constantino de Freitas	2
Neucili Cunha da Silva	1
Roberta Cardozo Colodel Modesto	1
Rosimere César de Araújo do Carmo	1
Sandra Moreira Norberto	1
Silvana Ferreira Pereira	1
Simone dos Santos Alves	2
Vanessa Mattozo Soares	1
Karime Klingelfus Congrossi Moreira	2

1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar

A escola atende uma comunidade formada por uma diversidade cultural plural, em que é possível observar crianças de todos os níveis sociais.

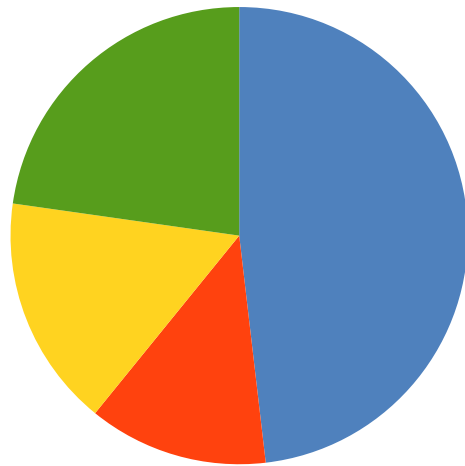
Os pais, em uma parcela considerável, têm uma presença ativa nas atividades desenvolvidas pela escola, mantendo uma relação estreita com a Instituição, demonstrando compromisso assumido com a relação escolar de seus filhos. É certo que exceções existem, mas a escola preza por cativar todos os que estão afastados, conscientizando-os da sua importância enquanto membros ativos da escola e da comunidade.

A escola encontra-se no bairro Jardim Santa Rosa, próximo à Avenida Prefeito Roque Vernalha, à Rodovia Ayrton Senna (BR277) e à linha férrea. É um bairro residencial, com pequenos comércios, supermercados, farmácias, posto de combustível, chácaras, uma fábrica de café e uma escola de samba. Considerado um bairro central, engloba os mais diversos níveis de renda, com alguns locais que apresentam problemas de violência, com problemas que atingem certa parcela de alunos e ex-alunos da escola.

Fazendo um levantamento da ficha de matrícula dos alunos, observou-se um percentual de aproximadamente 50% dos pais que declararam ter Ensino Médio, porém boa parcela dos pais não preenche esse campo no ato da matrícula. E uma parcela de, aproximadamente, 5% dos pais declarou ter cursado ou estar cursando o Ensino Superior.

Durante a realização de reuniões de pais é comum ver mães que ainda são donas de casa e muitos outros que são avós ou tios, que acabam sendo responsáveis pelas crianças, em vista do trabalho dos pais. Mas, a escola não possui dados sobre esse assunto.

Existem muitos armazéns nas imediações da escola o que causa um grande fluxo de caminhões na rua em frente à escola e nas que circundam a instituição.



- Linha 1
- Linha 2
- Linha 3
- Linha 4

A linha 1 corresponde a classe considerada Classe Alta (sem risco) 47%
A linha 2 corresponde a classe considerada Classe Baixa (vulnerável) 13%
A linha 3 corresponde a Classe Média (não vulnerável) 17%
A linha 4 corresponde a Classe Média baixa (não vulnerável) 23%

1.5 Contextualização das condições física e materiais

A gestão dos recursos dentro da escola é definida de acordo com os planejamentos, objetivos e metas.

Os recursos humanos são prioritariamente definidos pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, e SEMEDI Secretaria Municipal de Educação, professores e funcionários administrativos e de apoio são lotados nesta Secretaria. Dentro da escola cabe ao gestor administrar os funcionários de forma eficaz, zelando pelos direitos e deveres de todos, independentemente de sua função.

Os recursos físicos, materiais e financeiros, provenientes de várias origens (Prefeitura, PDDE, doações), são administrados pela equipe gestora juntamente com Conselho Escolar e a APMF.

A escola apresenta um espaço físico condizente a sua necessidade, porém não tem adaptações de rampa ou apoiaadores nos banheiro de alunos e ou/ funcionários para pessoas com Deficiência Física, as salas de aula atendem a demanda dos alunos dos períodos matutino e vespertino, bem como a parte material da escola estruturada de acordo com o ano/série que são oferecidas as respectivas matrículas. Os espaços como banheiros , e algumas salas necessitam de reformas e pinturas, programadas para o ano de 2024/2025.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardados as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes

Atualmente, a escola possui: oito salas de aula, banheiro feminino para os estudantes, banheiro masculino para os estudantes, banheiro para funcionários, sala de leitura, que foi inaugurada em 13 de agosto de 2015, sala para biblioteca e orientação, sala para coordenação, almoxarifado, secretaria, direção, sala dos professores, despensa, cozinha, área coberta para lanche e quadra poliesportiva coberta.

1.6 Regime de Horários e Funcionamentos

A escola atende em Período Regular Matutino no horário de entrada das 7:30h, ao horário de saída às 11:30h e

Período Regular Vespertino no horário de entrada das 13:30h, ao horário de saída às 17:30h. A escola funciona em regime parcial, devido à procura de vagas pelos moradores locais e a falta de salas, não foi possível transformar em Ensino Integral, pois acarretaria na diminuição de vagas, para que se desenvolvesse um Ensino Integral de qualidade. Atualmente, a escola funciona com os seguintes horários e períodos:

1.6.1 Quantitativos de Turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas

A escola atende 15 turmas ao total dos dois períodos, sendo 08 turmas no matutino, e 07 turmas no vespertino

Turmas atendidas no Período Matutino

3° Ano A/3° Ano B/3° Ano C

4° Ano A/4°Ano B

5°Ano A/5°Ano B/5° Ano C

Turmas atendidas no Período Vespertino

1°Ano A/1° Ano B/1° Ano C/1° Ano D

2° Ano A/2°aNO B/2°Ano C

1.6.2 Critérios de Distribuição de Turmas

A disponibilidade usada como critério para a distribuição de turmas, levou em consideração, o número de salas disponíveis, o número de crianças com ingresso ao 1° Ano advindas dos CMEIS localizados no entorno da escola, e a necessidade de matrículas relacionadas ao atendimento a essa comunidade escola.

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma.

Turmas atendidas no Período Matutino

3°Ano A total 17

3°Ano B total 17

3°Ano C total 18

4°Ano A total 18

4°Ano B total 21

5°Ano A total 16

5°Ano B total 18

5°Ano C total 18

Turmas atendidas no Período Vespertino

1°Ano A total 18

1°Ano B total 17

1°Ano C total 18

1°Ano D total 17

2°Ano A total 17

2ºAno B total 17

2ºAno C total 17

1.6.4 Projetos Próprios das Instituições, e oferecidos pela mantenedora:

NOME DO PROJETO: Projeto Porto Escola

JUSTIFICATIVA: Projeto extracurricular.

PÚBLICO: Alunos matriculados no 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Semestral.

CARGA HORÁRIA DESTINADA: 4 horas

RESPONSÁVEIS: Coordenação educacional.

DISCIPLINA(s) ENVOLVIDA(s): Projeto Multidisciplinar

DESENVOLVIMENTO: Realização 2024, os alunos participarão de passeios pelo porto, compreendendo as normas de segurança em caso de acidentes ambientais e as providências que estão sendo tomadas pela APPA para conservação e revitalização do entorno do porto e das vias de acesso.

AValiação: Envio dos desenhos para o concurso realizado pelo porto, com premiação.

NOME DO PROJETO: Projeto A Escola e a Família (SEFE) – Família na Escola

JUSTIFICATIVA: Projeto extracurricular.

PÚBLICO: Familiares dos alunos matriculados do 1º ao 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Encontro semestral. CARGA HORÁRIA DESTINADA: 4 horas

RESPONSÁVEIS: Orientação educacional.

DISCIPLINA(s) ENVOLVIDA(s): Projeto Multidisciplinar

DESENVOLVIMENTO: Realização 2024, as famílias passam o dia na escola, conforme o período de matrícula do estudante e nesse dia são desenvolvidas atividades que requer a participação da família ou responsável com a respectiva criança. A aplicação é realizada pelos professores de cada turma, vistada e aprovada pela coordenação pedagógica e gestora.

1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora atividade

Turmas Matutinas

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º A	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA		QUINTA	
L. PORTUGUESA	CIÊNCIAS - (07:30 - 08:10)	MATEMÁTICA	ARTE - (07:30 - 08:10)		
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)	MATEMÁTICA	ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA (08:50 - 09:20 / 09:40 - 10:40)	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA		
L. PORTUGUESA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º B	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA		QUINTA	
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)	ARTE - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA		
L. PORTUGUESA	CIÊNCIAS - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)	HISTÓRIA		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º C	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA		QUINTA	
GEOGRAFIA	ARTE - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA		
GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA		
HISTÓRIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA	INGLÊS - (10:00 - 10:40)		
HISTÓRIA	CIÊNCIAS - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:40 - 11:20)		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 4º A	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA		QUINTA	
ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)		
INGLÊS - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA		
CIÊNCIAS - (08:50 - 09:20 / 09:40 - 10:40)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	L. PORTUGUESA		
ARTE - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 4º B** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (07:30 - 08:10)
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (08:10 - 08:50)	CIÊNCIAS - (08:10 - 09:20 / 09:40 - 10:05)
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	ARTE - (10:40 - 11:20)

RECREIO: 09:20 - 09:40h.I

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º A** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
MATEMÁTICA	INGLÊS - (07:30 - 08:10)	INGLÊS - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA
ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)	ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	ARTE - (10:40 - 11:20)	HISTÓRIA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º B** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
ARTE - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA
ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	INGLÊS - (08:10- 08:50)
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	L. PORTUGUESA
INGLÊS - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	MATEMÁTICA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º C** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
INGLÊS - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA
MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA
ARTE - (10:05 -	HISTÓRIA	INGLÊS - (10:05 -	L. PORTUGUESA

10:40)

ED. FÍSICA - (10:40 HISTÓRIA
- 11:20)

10:40)

MATEMÁTICA L. PORTUGUESA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos, em áreas verdes e recreio dirigido

A escola não dispõe de áreas verde para recreação, apenas um corredor lateral com gramado, mas que não comporta atividades porque está localizado ao lado das salas de aula, e o espaço é pequeno. Também não temos intervalo com atividades dirigidas, devido a não ter estagiários da área pedagógico que possam auxiliar a Orientação que atende outras demandas durante os 20 mim de intervalo, bem como a questão de acidentes, ligações referentes a saúde das crianças, e ocorrências em sala de aula.

1.6.7 Plano de atendimento emergencial

Este PAE tem como objetivo orientar os funcionários da Instituição e equipes responsáveis pelo atendimento a emergências, como agir de forma a ser definindo as primeiras ações a serem adotadas em caso de algum acontecimentos que requeram uma ação emergencial, e os recursos humanos e materiais disponíveis a serem usado na contenção de uma possível situação de risco para as pessoas presentes.

Lei nº 18.424, de 08 de janeiro de 2015, alterada pela Lei nº 20.863, de 07 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 4.587, de 13 de julho de 2016. É uma parceria entre a Coordenadora Estadual da Defesa Civil do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação e Secretaria do Estado da Segurança Pública por Meio do Corpo de Bombeiros.

1.7 Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR



PREFEITURA DE
PARANAGUÁ
CIDADE MAR DO PARANÁ

2024



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

LEGENDA	
	FÉRIAS
	INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE
	FORMAÇÃO CONTINUADA
	PLANEJAMENTO
	REFORMULAÇÃO PPP
	PRÉ - CONSELHO
	CONSELHO DE CLASSE
	PÓS - CONSELHO
	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
	RECESSO ESCOLAR

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
MAR	29 PAIXÃO DE CRISTO 31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO 30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO 12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS 15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05	- 66 dias
2º Trimestre - 20/05 a 30/08	- 61 dias
3º Trimestre - 02/09 a 18/12	- 74 dias

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

Tenile Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGM - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

1.8 Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar

As reuniões da APMF e Conselho Escolar estão agendadas para as seguintes datas conforme cronograma abaixo:

CONSELHO ESCOLAR	MÊS	ANO	APMF	MÊS	ANO
1° TRIMESTRE	Abril	2025	1° TRIMESTRE	Abril	2025
2° TRIMESTRE	Julho	2025	2° TRIMESTRE	Julho	2025
3° TRIMESTRE	Outubro	2025	3° TRIMESTRE	Outubro	2025

1.9 Calendário da Prestação de Contas

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
Anexo 1A Diagnóstico de Necessidades do Setor Pedagógico	19/02 a 22/02/2025	Instituição/Docentes
Anexo 1B Diagnóstico de Necessidades do Setor Administrativo	19/02 a 22/02/2025	Instituição/Docentes
Anexo 1C Diagnóstico de Necessidades do Setor Serviços Gerais	19/02 a 22/02/2025	Instituição/Docentes
Anexo 2 Levantamento das Necessidades por Setor e Análise de Sugestão de Compras	04/03 a 14/03/2025	Instituição/Docentes
Anexo 4 Aprovação das Prioridades (com registro em ata)	18/03 a 19/03/2025	Instituição/APMF e Conselho Escolar
Entrega de cópia impressa Apenas do Anexo 4 (com assinatura do protocolo)	19/03 a 21/03/2025	SEMEDI

2 Concepções

2.1 Concepções de Sociedade

Uma sociedade é um agrupamento humano, em determinado recorte espacial e temporal, regido por normas comuns, culturais e/ou escritas, e unido pela consciência de pertencimento. Para WEBER as ideias, as crenças e os valores são os principais catalisadores das mudanças sociais. Ele acreditava que os indivíduos dispunham de

liberdade para agir e modificar a sua realidade. A ação social seria, portanto, qualquer ação que possuísse um sentido e uma finalidade determinados por seu autor.

"Entre os grandes pensadores da Sociologia, Max Weber (1864-1920) é considerado um dos autores mais influentes. Seus trabalhos possuem enorme abrangência de assuntos e voltam-se para áreas do pensamento político, do Direito, da História e da Economia. Essa característica acabou tornando-se altamente valorosa por razões aparentes: o mundo social está em contato direto com todos esses ramos aos quais Weber dedicou seus trabalhos." Veja mais sobre "Introdução à teoria de Max Weber" (<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/introducao-teoria-max-weber.htm>.)

2.1.1 Fundamentação Teórica

A dialética propõe um método de pensamento que é baseado nas contradições entre a unidade e multiplicidade, o singular e o universal e o movimento da imobilidade.

Pensando assim, a escola não detém todos os conhecimentos, será através das práticas pedagógicas que os saberes universais serão apropriados pelos alunos, num sistema onde não só o aluno aprende e, sim, todos compartilham suas informações, suas ideias, tudo aquilo que será necessário para que haja realmente uma transformação positiva na sociedade, pois não se pretende que os alunos apenas decorem ou gravem conhecimentos e definições, mas compreendam a construção desse conhecimento e como cada um pode colaborar para que as futuras gerações também possam usufruir desse contexto. De acordo com Saviani (2003) compreende-se que a educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes.

A necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (SAVIANI, 2003, p. 93).

A educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros

cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes. As relações devem ser baseadas na ética, enfocada numa responsabilidade social, onde todas as ações realizadas sempre visam o bem comum e a transformação da sociedade.

2.1.2 Diretos Humanos

Os Direitos Humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. O Direitos Humanos reage o modo como individualmente vivemos entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que ele tem em relação a eles. Os Direitos Humanos são Universais o que quer dizer que são aplicáveis de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São considerados então como direitos alienáveis e ninguém pode ser privado dele porque estão constituídos em Lei.

Preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade. (UNICEF, 2004, p. 41)

2.1.3 Política de inclusão

A adaptação / flexibilização curricular configura-se nas modificações realizadas no fazer pedagógico, poucas ou variadas, identificando e removendo questões que impedem a aprendizagem e a participação dos alunos, que, por algum motivo, apresentam dificuldades no processo ensino e aprendizagem. Essa adaptação curricular deve ser realizada através do planejamento dos professores regente e coregente, em parceria com o professor de apoio e de atendimento educacional especializado mantendo o conteúdo ano/série, porém com uma didática diferenciada na aplicação e na forma de desenvolvimento com o estudante em sala de aula.

A sala de Recursos Multifunção adaptação / flexibilização curricular configura-se nas modificações realizadas no fazer pedagógico, poucas ou variadas, identificando e removendo questões que impedem a aprendizagem e a participação dos alunos, que, por algum motivo, apresentam dificuldades no processo ensino e aprendizagem. Essa adaptação curricular deve ser realizada através do planejamento dos professores regente e coregente, em parceria com o professor de apoio e de atendimento educacional especializado mantendo o conteúdo ano/série, porém com uma didática diferenciada na aplicação e na forma de desenvolvimento com o estudante em sala de aula nacionais deve ser oportunista a identificação das necessidades especiais dos estudantes, auxiliando os

docentes na elaboração avaliativa referente ao processo de aquisição de conhecimento, realizando o apontamento da necessidade de Encaminhamento para o Centro Municipal de Educação Especializada C.M.A.E.

Através da parceria com a Instituição (ESCOLA) oferecerem e realizarem o apoio pedagógico e a acessibilidade de conhecimento e garantia dos Direitos de Aprendizagem, bem como a inclusão do estudante em sala de aula, de forma específica, construída através do plano de ação individual/coletivo (adaptação curricular) e do acompanhamento da profissional destinada a este atendimento.

O espaço reservado a sala de desenvolvimento do trabalho deve ser acolhedora e própria, oportunizando o uso de materiais diferenciados e direcionados a estimular a valorização do ambiente e o processo de ensino dos estudantes durante esse tempo de estudo e acompanhamento.

Essas ações estão diretamente ligadas ao planejamento e execução dos componentes curriculares, englobando os conteúdos programáticos, os objetivos, a sequência temporal, as metodologias de ensino e a avaliação destinado ao processo regular de ensino.

Procedimentos de intervenção pedagógica: recuperação e reclassificação de estudos. A recuperação de estudos sempre acontecerá paralelamente às avaliações do processo ensino e aprendizagem, independentemente do nível de aprendizado do aluno, abrangendo 100% do conteúdo trabalhado no trimestre. Desta forma, todos os alunos, terão direito de realizar a mesma, prevalecendo à nota maior sobre a menor. Sendo obrigatório o seu registro em livro próprio (Livro Registro de Classe). O estudante também terá direito se necessário a reclassificação de estudos a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desempenho do que registre seu histórico. Quando houver dificuldades de aprendizagem para atingir os objetivos da educação escolar, é necessário que haja ajustes no processo de ensino, o currículo deve ser flexibilizado e permitir adaptações durante o ano letivo.

A escola, equipe pedagógica e professores, terão autonomia para formular, programar e dar continuidade às adaptações curriculares, elaborando estratégias e ações que facilitem a aprendizagem, sendo eficazes para o aluno que se encontra com dificuldades.

O conceito de diversidade permite-nos afirmar que os alunos têm necessidades educacionais próprias e específicas, requerendo atenções pedagógicas individuais, para terem acesso às experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola e à apropriação/construção de conhecimentos.

Os conteúdos ainda poderão ser flexibilizados observando a complexidade das atividades, eliminando alguns componentes da cadeia que constitui determinadas atividades, adaptando e selecionando materiais específicos, além de ajustes de ações que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem.

Para que a adaptação / flexibilização escolar aconteça é necessário que os educadores repensem suas atividades educativas, removam as barreiras para a aprendizagem, garantam a todos o sucesso na aprendizagem e assegurem os meios e as respostas educativas para progredir no sistema educacional ano/série.

A instituição tem disponível uma Sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado A.E.E. Esse atendimento tem como objetivo, identificar e diagnosticar a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, com a finalidade de apontar o encaminhamento dos que precisam de Avaliação Médica, devido a apresentarem dificuldades que vão além da defasagem de conteúdos ou pedagógicas. Sua meta é sanar e orientar a equipe escolar gestora e docente de como desenvolver as habilidades nos alunos com Diagnóstico e Laudo, garantindo que os Direitos de Aprendizagem sejam cumpridos, conforme cita as Leis que resguardam a Educação Inclusiva. As formações são ministradas durante o ano letivo, pela Secretaria de Educação, e os Órgãos a que competem a Educação Especial, bem como de forma individual pelos professores de Apoio. Os estudantes de Inclusão com Laudo são acompanhados através da Adaptação Curricular trimestral, bem como os apontamentos daqueles que apresentam dificuldades, são feitos a sala de A.E.E, para passarem pela triagem avaliativa e encaminhamento ao Centro Municipal de Avaliação Educacional CMAE. As famílias são conduzidas até a instituição, e passam pela entrevista familiar com o pedagogo Orientador, e o mesmo registra em ata a aceitação ou negação da família em relação a Avaliação de Triagem, bem como o encaminhamento do estudante ao CMAE.

LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

LEI 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

LEI No 13.146, de 6 de julho de 2015, é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e promover, em igualdade de condições com demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão.

Pode-se dizer que o termo inclusão vem sendo usado com muita frequência nos últimos anos no conjunto das políticas públicas existentes no Brasil. Alguns autores, dentre os quais Frigotto (1989) e Fonseca (2014) aludem ao tema baseando-se não somente no sujeito, mas também no contexto social.

2.2 Concepção de Educação

Concebe-se a educação como elemento propiciador de conhecimento sobre a realidade, pelo debruçar-se sobre ela, a fim de extrair contextos significativos para a formação humana. Educação é uma prática social que visa o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. A educação é um direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento humano por meio do processo de ensino e aprendizagem.

Art 22 da LDB, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A instituição escolar tem assim a possibilidade de associar-se à vida, de tornar-se uma segunda morada da criança, onde ela aprende através da experiência directa, em vez de ser apenas um local onde decora lições, tendo em vista, numa perspectiva algo abstracta e remota, uma hipotética vivência futura. Isto é, a escola tem a oportunidade de se converter numa comunidade em miniatura, uma sociedade embrionária (DEWEY, 2002, p.26).

2.2.1 Fundamentação Teórica

Os princípios de aprendizagem mais importantes, incluem a relevância, a atenção, a motivação, a prática e a transferência. Compreender e aplicar esses princípios é essencial para criar ambientes de aprendizagem eficazes e promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Podemos citar como os mais importantes teóricos para a educação, Paulo Freire a Levy Vygostsky, de Maria Montessori a Jean Piaget, de Auguste Comte a Emilia Ferreiro. A escola compreende a educação como transformadora, oportunizadora de possibilidades da própria construção do ser que se educa, um ato de amor, po isso, um ato de coragem.

” A educação, qualquer que seja ela, é sempre — Pedagogia da Autonomia, 1996. 13 – “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e

2.2.2 Concepção de Infância e Criança Escola

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”.

É na infância que a criança inicia sua participação numa nova realidade, além do seu contexto social, passa a ser um aluno, pertencente a uma comunidade escolar. A criança enfrentará diversas transformações ao longo do caminho, questões biológicas, psicológicas, sociais e emocionais que fazem parte do seu desenvolvimento humano, tudo isso atrelado a sua vida como discente. Em certo momento deixará de ser criança e passará a ser visto como adolescente.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é o período que se estende dos 10 aos 19 anos de idade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente define a adolescência como o período compreendido entre os 12 e os 18 anos de idade.

Pesquisas recentes no campo da neurociência demonstram que nem só os hormônios são os culpados pelo comportamento explosivo dos adolescentes. Não apenas o corpo, mas a mente e o cérebro passam por uma reorganização funcional nessa fase. É na adolescência que o ser humano adquire a capacidade de pensar e raciocinar além dos limites do próprio mundo e das realidades próximas. O pensamento ultrapassa o tempo presente e torna-se capaz de elaborar teorias acerca de tudo. Passa a orientar seus interesses para o futuro, para os grandes ideais a serem atingidos e para a elaboração de hipóteses. O pensamento torna-se independente da representação e de imagens e passa a operar com conceitos abstratos, cujo conteúdo não é representável de forma concreta. Durante a adolescência, amplia-se a participação social, a popularidade entre os colegas adquire um significado especial para a maioria dos adolescentes, por isso a competência social e a valorização e aceitação pelos amigos contribui para a autoestima. As mudanças cognitivas que ocorrem nessa fase afetam a forma como pensam sobre si mesmo e sobre os demais, bem como as normas e regulamentos familiares, chegando a questioná-las. Além disso, como desenvolvem a capacidade para diferenciar o real do imaginário, passam a criar alternativas para o funcionamento da própria família, apresentam argumentos mais sólidos e convincentes em suas discussões familiares, o que significa um claro questionamento da autoridade dos pais e dos professores.

A escola entra aqui como mediadora nesse conflito, procurando manter o interesse nas aulas e, ao mesmo tempo, garantindo que sejam respeitados o seu modo de agir e

pensar.

É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. É a melhor maneira de por ela lutar é viver-la em nossa prática". (FREIRE, 2017, p. 18).

2.2.3 Articulação entre cuidar e educar

Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser humano não ocorre em momentos e de maneira compartimentada. Portanto, na Educação Infantil, o ato de cuidar e educar são indissociáveis. Não tem como separar essas duas ações.

O acesso a educação pré-escolar (entendido como vagas em creches e pré-escolas) é, pois, direito dos cidadãos e cidadãs de 0 a 6 anos, de todas as classes sociais, sendo dever do Estado assegurá-la, para que a educação possa ser verdadeiramente adjetivada como democrática. [...] Os direitos conquistados precisam ser concretizados (KRAMER, 2006, p. 123).

Quando se trata da articulação da Educação Infantil e O Ensino Fundamental, é importante considerar algumas especificidades, uma vez que cabem aos profissionais da educação escolar levantar possibilidades de diálogos com estas duas etapas da Educação, que apresentam suas peculiaridades educacionais. Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, os acolhimentos estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. Educador e educandos (liderança e massas), co intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento.

Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o

2.2.4 Concepção de jovem e idoso

A concepção de jovem compreende a fase da vida compreendida entre a infância e a vida adulta. Conjunto de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Nesse sentido, a **juventude**, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências. A juventude é a fase da vida de um ser humano mais marcada pelas ambivalências e pelas contradições psicossociais, caracterizadas também por ser uma fase para sentir os reflexos da sociedade.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. — A importância do ato de ler: em três artigos que se completam, Paulo Freire:1989.

2.2.5 Transição da Educação Infantil para Ensino Fundamental

A articulação da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental deve acontecer de forma harmônica, baseada em planejamentos flexíveis que envolvam na didática de aplicação das aulas, jogos, imaginação, expressões e linguagens. Essas atividades contribuem para a vida afetiva e intelectual do estudante durante essa transição, desenvolvendo a segurança e o equilíbrio no decorrer dos anos escolares, sendo, portanto, de suma importância a aplicação do modelo nas práticas educacionais de transição de série/ano da Educação Infantil para o Ensino fundamental, criando assim os alicerces que vão formar a personalidade educacional do estudante.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. — Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire:1996.

2.2.6 Transição dos anos Iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

A articulação entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental deve estar

organizada com base no diálogo, elencando as dificuldades e salientando os encaminhamentos que foram realizados, assegurando, desta forma, a continuidade do processo educacional. Preparar ações referentes aos dados observados em parceria com as duas etapas de ensino, levando em consideração a passagem do 5º para o 6º ano e o contato direto entre as instituições de ensino.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”. — Educação e mudança, Paulo Freire 1979.

2.2.7 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade transversal, atendimento Educacional Especializado e Atendimento Domiciliar)

A educação Inclusiva é a educação especial na escola regular permitem a convivência e a integração social dos alunos com deficiência ou (atípicos), favorecendo a diversidade e a inclusão. Trabalhar essa inclusão significa criar um ambiente que esteja totalmente adequado às necessidades dos estudantes e isso inclui as adaptações arquitetônicas e funcionais.

A principal diferença entre educação especial e inclusiva é que enquanto o público-alvo da primeira é limitado, voltado para pessoas com deficiência, a segunda abordagem reconhece que todos são diferentes dentro do ambiente escolar.

O acesso é garantido em leis, porém, a permanência mediante a uma qualidade de ensino e aprendizagem torna-se fundamental na efetivação da inclusão de alunos com deficiência. A acessibilidade em sala de aula é outro tema sensível e que merece uma atenção especial das instituições escolares, para que todos possam usufruir dos seus direitos independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, entre outras.

A Instituição oferece uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) com espaço específico onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes público-alvo da educação especial, e aqueles que necessitam ser avaliados para encaminhamento ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado. As SRM contam com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização desses estudantes. É importante ressaltar que tais dispositivos podem ser construídos pela própria equipe pedagógica, com o objetivo de eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos no ambiente escolar e demais espaços de sociabilidade.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” — Paulo Freire. Patrono da Educação Brasileira, Paulo Reglus Neves Freire (1921 – 1997)

A Instituição também oferece o serviço destinado a viabilizar a educação escolar de alunos com necessidade educacionais especiais que estejam impossibilitados de frequentar as aulas, em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio. A escola disponibiliza um professor para administrar as aulas a domicílio, de duas as três vezes por semana, conforme possibilidade e organização da família, para que o aluno possa concluir suas horas de estudo conforme legislação.

Lei 2401/19 - Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2.2.8 Educação para as relações étnico-raciais

A diversidade étnico-racial é uma miscigenação de várias raças, representadas pelo movimento do povo negro, através de suas raízes reconhecendo de forma positiva a sua cultura afrodescendente, e a sua valorização nos diversos segmentos da sociedade.

A etnia é definida como genealogia, costumes e tradições compartilhadas, seja real ou afirmada. As raças seriam distinguidas pelas características fenotípicas, como cor da pele, do cabelo e dos olhos. Também pela etnia e o pertencimento a um grupo social.

A importância desse tema na educação, está relacionado a socialização e visibilidade das culturas indígenas e africanas no espaço das instituições de ensino, valorizando as identidades presentes nas escolas, e preparando os educadores para identificar e tratar questões relacionadas a discriminação, a diversidade, desta forma, promovendo debates, troca de opiniões, diálogo e construção de pensamentos em relação a questão étnico-racial.

A escola desenvolve o tema na semana da Consciência Negra, abordando todas essas questões raciais e de diversidades culturais, fazendo a exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em sala de aula.

"Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário. "Nelson,

vencedor do Nobel da Paz em 1993, líder ativista na luta contra o apartheid na África do Sul, país onde se tornou presidente entre 1994 e 1999.

2.2.9 Concepção do Ensino Integral

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A educação em tempo integral nas escolas é um modelo que amplia o período de permanência dos alunos, oferecendo auxílio pedagógico específico e uma variedade de atividades extracurriculares, além das aulas tradicionais. Ela busca garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe a construção permanente de um projeto educativo compartilhado por gestores, professores, estudantes, famílias e comunidades locais. Essa Instituição de Ensino não oferece a Modalidade de Educação Integral.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Paulo Freire Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

2.2.10 Ações de Monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

A ações de monitoramento da busca ativa escolar das crianças nesta instituição, acontece através da estratégia de articulação de metodologia social, que corresponde ao

acionamento dos pais ou responsáveis, em caso de não comparecimento na instituição, apontamento/encaminhamento ao Conselho Tutelar com relatório e registro em ata, e também por ferramenta tecnológica, de inserção no sistema SERP- Sistema Educacional da Rede de Proteção para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (**PCA**E). O sistema de forma on-line, eliminando as fichas físicas. assim, permite o planejamento cuidadoso do retorno de crianças e adolescentes à escola, por meio de ações intersectoriais e do acompanhamento da permanência do(a) estudante por um ano após seu retorno.

Além da repetência e abandono escolar, existem outros aspectos que revelam o funcionamento inadequado das instituições, tais como, a agressividade, a violência e a delinquência em assegurar igualdade de oportunidades para todos à uma educação transformadora.

Para evitar a evasão escolar de forma efetiva, é essencial identificar as causas da infrequência escolar dos alunos, estabelecendo estratégias personalizadas, a fim de fortalecer o relacionamento com os alunos e das famílias, investindo em qualificação docente e, criando um ambiente acolhedor e inclusivo na escola. A escola se baseia em ferramentas como: Mapear a identidade da comunidade escolar, identificar taxas de abandono, realizar a convocação dos responsáveis para esclarecimentos de infrequência escolar, registros em ata, visitas domiciliares, acompanhamento da frequência do aluno, e principalmente manter uma comunicação eficiente com as famílias.

Entender as causas da evasão é fundamental para encontrar as soluções para o problema. Contudo, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e à comunidade da qual ele faz parte (DORE, LÜSCHER, 2011).

2.2.11. Instrumentos de registro de prevenção ao abandono escolar e evasão

A Instituição faz o registro de prevenção do abandono escolar, através do relatório de encaminhamento ao Conselho Tutelar, após a Convocação e Chamada dos pais ou responsáveis ao comparecimento na escola para justificativa da infrequência escolar do

estudante não ter sido justificada, ou pelo não comparecimento dos mesmos, executando seu com em ata.

Quando o estudante atinge um percentual máximo de infreqüência sem justificativa dos pais ou responsáveis, seu nome é anexado ao Sistema Educacional de Proteção – SERP, onde ficará registrado com vulnerável ou evadido.

2.3 Concepção de Gestão

2.3.1 Fundamentação Teórica

A concepção de Gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

E processo de gestão na escola deve ser dinâmico, participativo, abrangente, integrador e requer compartilhar responsabilidades. Essa integração se faz evidentemente necessária nas mais diversas ações e tomadas de decisões.

O processo de gestão na escola deve ser dinâmico, participativo, abrangente, integrador e requer compartilhar responsabilidades. Essa integração se faz evidentemente necessária nas mais diversas ações e tomadas de decisões.

Buscando o desenvolvimento da escola como um todo, com seus projetos, planejamentos, órgãos e funcionamento.

É necessário, para a democratização do ensino em nosso país, que haja uma profunda revolução educacional, que leve a mudanças de mentalidade e de cultura pedagógica, que redefina o uso social da educação através de novas concepções educacionais e de que estas correspondam às exigências educacionais de nossa época. É fundamental uma mudança qualitativa nas políticas educacionais, contrariando os mitos que impedem uma educação que efetivamente beneficie a população como um todo e não reforce o privilégio de alguns grupos. (Secretaria de Educação e Formação Profissional da PMSA, 2002 (b): 2.

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-

se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país. O Documento-Referência da primeira Conferência Nacional de Educação (Conae) refere-se à qualidade da educação, associando este tema ao da gestão democrática. Não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola. A gestão democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação”. A gestão democrática como princípio pedagógico e como preceito constitucional impregna todos os sistemas e redes de ensino. O princípio constitucional da gestão democrática.

A fundamentação teórica do texto está baseado:
História das ideias pedagógicas (1993); Pedagogia da práxis (1995); Paulo Freire: Uma biobibliografia (1996); Pedagogia da Terra (2000); Perspectivas atuais da educação (2000); Os mestres de Rousseau (2004); Educar para um outro mundo possível (2007) e Educar para a sustentabilidade (2008).

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática

A instituição tem como instrumentos de Gestão Democrática, a Assembleia Escolar, que tem como objetivo formular queixas ou sugestões em nome da comunidade escolar, representando um espaço aberto também à todos os estudantes matriculados na instituição de ensino, com direito a voz. Sua função é realizada para objetivar e discutir sobre temas e providências relacionados a comunidade escolar. O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar nas seguintes instâncias: representação dos professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos e diretores.

Na instituição em questão, temos como representante deste órgão:

Presidente: Tatiana Santos do Nascimento

Representação dos Trabalhadores da Educação: Keli de Arcega Mendes

Representação dos Trabalhadores da Educação não docentes: Denize Dias Alves

Representação da APMF: Morgana Maria da Silva

Representação dos Pais de Alunos: Tamara Margarida Santos Ferreira

Representação dos Movimentos Sociais Organizados da Comunidade: Renata Alba Caciabue Lima

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, é um órgão de representação da instância colegiada, e de suma importância para a efetivação da Gestão Democrática e participativa na escola, uma vez que organiza e fiscaliza as ações desenvolvidas dentro da escola. Na instituição em questão, temos como representante deste órgão:

Presidente: Thaís Ferreira Costa

Vice-Presidente: Larissa Costa dos Santos

1º Secretária: Glaciele Cristine de Paula Costa

2º Secretária: Fabiana dos Santos

1º Tesoureira: Morgana Maria da Silva

2º Tesoureiro: Julio Cesar Nascimento da Silva

As reuniões são realizadas trimestralmente e estão prevista da seguinte maneira:

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
1º Trimestre	23/02/2025	Instituição
2º Trimestre	19/04/2025	Instituição
3º Trimestre	25/10/2025	Instituição
Organização dos espaços/ Reformas no prédio	1ºtrimestre/abril 2025	Instituição
Captação de Recursos próprios através da APMF	1ºtrimestre/abril 2025	Instituição
Formatura dos 5º Anos e ações para 2025	3º Trimestre/ Novembro e Dezembro	Instituição

2.3.3 Eixo de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

Gestão de Serviços de Apoio (resolução de conflitos, recursos humanos, físicos materiais e financeiros)

PRIORIDADE

- Segurança do prédio nos horários de entrada e saída dos estudantes;
- Almojarifado reforma e organização;
- escoamento da água da chuva;
- Troca das caixas de água de amianto por caixas de plástico;
- Remanejamento das salas de Recursos Multifuncionais, biblioteca e sala da Equipe Pedagógica;
- Restauração da quadra Poliesportiva;
- Concerto e troca do Telhado onde se faz necessário;
- Troca das fechaduras das portas das salas de aulas;
- Restauração dos Banheiros dos estudantes.

AÇÕES

- Verificação de providências para a insistente reclamação dos pais quanto à segurança e depredação do prédio e quadra poliesportiva.
- Adequação do espaço para arquivamento e almojarifado.
- Verificação de problemas estruturais de escoamento de água da chuva e caixas de água, pátio das crianças, quadra e estacionamento, telhado, portas e banheiros;
- Orientação na entrada e saída dos alunos.

PERÍODO Durante todo o ano

RECURSOS Solicitação aos órgãos competentes

RESPONSÁVEIS Direção Escolar

OBSERVAÇÃO – Todas essas ações devem ser realizadas nos anos vigentes a esse P.P.P.

-

AÇÕES

- Adaptações físicas em banheiros e área comum (sanitários adequados, rampas de acesso, etc)
- Orientação e acompanhamento para professores que estão com alunos de inclusão.
- Suporte pedagógico para professores e alunos;
- Professor de Apoio Pedagógico com com laudos e direito constituído.

PERÍODO

- Adaptações físicas – Indeterminado
- Orientação e acompanhamento - quinzenal/trimestral

RECURSOS - Prefeitura e Equipe Pedagógica

RESPONSÁVEIS - Direção escolar e Equipe Pedagógica

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

Conhecer a família de um aluno é conhecer e compreender o próprio aluno, a

convivência no seio familiar resulta na vida dos educandos de forma positiva ou negativa. Se uma criança está envolvida diariamente em um ambiente hostil certamente agirá assim, o contrário acontece com uma criança que vive em um lar de muita calma, carinho e educação, pois ser assim que se apresentará na escola.

Com base nessa afirmativa fica claro que, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa. Os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados, que refletem na vida escolar das crianças, assim o professor irá conhecer a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso.

Conforme **Piaget** (2007) a relação **família**, professores e **escola** é de extrema importância para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, para o educador e a **escola** a função é de mediar e ampliar o conhecimento, já para os pais auxiliar no processo de conhecimento do educando.

Pensando nisso, a escola quer manter essa cultura de diálogo com os pais ou responsáveis, com a família. Todos devem estar envolvidos, criando um ambiente propício para esse laço estreito. As ações criadas pela escola para essa aproximação são frequentes, porém as famílias enfrentam um ritmo diário frenético, com os trabalhos e os afazeres domésticos, mas a escola pretende se adequar à essa realidade, aceitando sugestões e novas formas de participação.

Segundo Durkheim, (1977), a família é um corpo social ligado pela solidariedade, seus componentes se dividem por idades e tarefas as mesmas podem estar ou não ligadas ao sexo do indivíduo.

Pensando nesse crescimento há vários pontos a serem destacados, para que a escola consiga manter o foco em suas melhorias:

- Orientações para os pais e comunidade, sobre o funcionamento da APMF (mudança da antiga APP), Conselho Escolar e PDDE, assim como os recursos recebidos e investidos na escola;
- Pesquisa de opinião com os pais para que possam expor suas ideias e/ou sugestões para melhoria da escola;
- Esclarecimentos sobre regras de convivência, atendimentos prestados pela

Orientação Escolar, conscientização sobre o ECA e o Regimento Escolar, chamando a atenção dos pais quanto as informações que eles prestam à escola.

- Realização de uma avaliação institucional.
- Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano, visando a utilização do material do SEFE.
- Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o PPP, pela direção escolar.
- Reforço escolar, no mesmo turno, com professores de apoio.
- Adaptações físicas em banheiros e área comum.
- Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço para sugestões.
- Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade.
- Verificação de providências para a insistente reclamação dos pais quanto à segurança e depredação do prédio e quadra poliesportiva.
- Adequação do espaço para arquivamento e almoxarifado.
- Verificação de problemas estruturais de escoamento de água da chuva, pátio das crianças, quadra e estacionamento.
- Policiamento e orientação policial na entrada e saída dos alunos, devido ao alto número de infrações de trânsito e falta de lombadas.
- Adequação do mobiliário do laboratório de informática, assim como o número de monitores.
- Identificação das causas dos alunos reprovados no ano anterior para elaboração de planejamento estratégico.
- Medidas para melhorar a frequência de alunos com altos índices de falta.
- Acompanhamento dos alunos com dificuldade, através de planejamento específico.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.

As articulações desenvolvidas entre o diretor, pedagogos e demais profissionais visam aprimorar a implementação e execução de ações e atividades relacionadas ao processo educativo, com a organização de encontros e diálogos pedagógicos como estímulo à reflexão sobre as práticas educativas, o processo avaliativo e a perspectiva de inclusão.

Lück (2000, p.11): Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço

dos processos sócios educacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente

Em caso de uma ocorrência na escola, é necessário primeiramente comunicar o fato a Direção Escolar, que em conjunto com os Pedagogos Coordenador/Orientador, deverá comunicar os responsáveis pelo fato ocorrido, e fazer o registo da situação em ata, indicando a responsabilização do autor, através dos procedimentos voltados ao aluno, ou no caso de funcionário, a fim de serem tomadas as referentes medidas cabíveis a causa em questão.

As Fundações podem ser criadas pelo arbítrio de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas a partir de um patrimônio, sendo este constituído de bens que passam a ser de interesse coletivo, portanto, passível de fiscalização do Estado, através do Ministério Público (SILVEIRA, 2007).

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a Mantenedora

A Mantenedora é a pessoa jurídica de direito público, que provê os recursos necessários para o funcionamento da instituição de ensino, subsidiando recursos necessários a manutenção do consumo de Água e Energia Elétrica, materiais pedagógicos e de limpeza/higiene, e manutenção dos espaços físicos. O mantenedora é responsável pela gestão financeira e administrativa da escola, garantindo a sustentabilidade da educação de excelência, com uma equipe de professores qualificados, articulando as ações com a escola, de forma a garantir os direitos dos estudantes, funcionários e comunidade, instituídos em lei.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes

A educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes. As relações entre professores e alunos, devem ser baseadas na ética, enfocada numa responsabilidade social, onde todas as ações realizadas sempre visem o bem comum e a transformação da sociedade. De acordo com Paulo Freire (1997), a educação como um

todo deve ser pautada na tomada de consciência. A educação pode ser entendida como uma ferramenta de promoção da equidade social, já que ela tem o poder de libertar o homem do que o oprime por ser capaz de torná-lo autônomo em seus pensamentos, em seus processos de conhecer, e de fazê-lo consciente como sujeito no mundo. Dessa forma, promove a liberdade aos sujeitos, que agem livremente e são capazes de refletir a respeito de si mesmos e das questões que os cercam. Na pedagogia freiriana, portanto, a tomada de consciência do aluno deve ser o norte, o objetivo mestre do processo educativo. Para tanto, trabalha-se com base no diálogo e na reflexão, a partir da cultura e das experiências dos educandos, buscando a sua compreensão do processo sócio histórico de constituição da sociedade e das instituições sociais, assim como do seu lugar/papel social como transformador das realidades que o cercam. Cabe aos professores articularem esses processos para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes. Para Freire:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isso não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é, uma realidade histórico cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles
(1983, p. 50).

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA

Quando algum funcionário percebe que há uma criança sofrendo bullying ou cyberbullying na escola, ele precisa tomar medidas imediatamente. Se é um professor, precisa avisar a orientação escolar, a direção e a coordenadora pedagógica para que algo seja feito, como uma conversa com o agressor e com a vítima e até mesmo a expulsão do aluno que agride. O segundo passo é avisar aos pais para que eles procurem assistência psicológica para a vítima. Entretanto, muitas vezes, as escolas ficam com receio de expulsar o abusador, já que é uma receita a menos, e sentem medo de avisar os pais que o filho está sofrendo bullying, uma vez que os responsáveis podem decidir por mudar o filho de escola. Essa motivação não pode impedir a direção escolar de tomar essas decisões, porque as consequências para a vida da vítima são grandes. Além disso, manter um aluno que pratica bullying é complicado porque ele provavelmente não tem só uma vítima, é possível que, se feita uma investigação, vários outros casos sejam descobertos. No fim,

não resolver o problema só trará mais dificuldades para a escola, pois, quando os outros pais souberem que nada é feito quanto a esses casos, vão querer mudar os filhos de escola.

Lei 14.811/2024, de 12/01/2024, instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, definindo a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Nos termos da **Lei 11.841/2024**, o cyberbullying é constituído pela “intimidação sistemática virtual”, a qual se dá quando a “conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos online ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real”.

A lei prevê multa para quem fizer bullying e pena de dois a quatro anos de reclusão para os autores de cyberbully.

2.4 Concepção de Planejamento

O planejamento de ensino, consiste em um processo de tomada de decisões, a partir da análise de informações disponíveis no Currículo Educacional Municipal, que norteiam a construção da aprendizagem nas instituições escolares através do planejamento quinzenal, estabelecido nessa instituição, baseados nos conteúdos apontados na B.N.C.C para cada ano/série. Ele é construído levando em conta a análise dos resultados anteriores, a clareza dos objetivos a serem alcançados, o Traçado de metas para o ano letivo vigente, baseando-se no plano de ação da escola que envolve toda a comunidade escolar, implementando novas tecnologias na busca da garantia dos Direitos de Aprendizagem dos estudantes.

Segundo Paulo Freire, “Não existe docência sem discência. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. O planejamento, para ter significado e validade precisa de uma ação participativa por parte do aluno. Paulo Freire (1987) afirma que a concepção problematizadora reforça a mudança, uma vez que o educador desenvolve o saber com os educandos, e este com o educador, não mais a serviço da opressão, mas da libertação.

2.4.1 Fundamentação Teórica

Planejar a educação no âmbito de sistemas e redes de ensino implica a tomada de decisões, bem como a implementação de ações que compõem a esfera da política educacional propriamente dita. A concepção de planejamento escolar sustentada na ideia de Projeto Político-Pedagógico emerge, com a finalidade, de adquirir e nortear a aplicação e desenvolvimento das Competências e Habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes.

De acordo com Baia Horta (1991),
A perspectiva de planejamento educacional enquanto atributo do exercício do
poder constitui uma abordagem funcionalista na qual:
o plano torna-se funcional, não em relação ao todo social, mas em relação a
uma vontade política que pode estar alienada do projeto da própria sociedade
e que se utiliza do plano como instrumento para fazer valer seu próprio projeto
(BAIA HORTA, 1991).

Wallon (1995), na sua obra A evolução psicológica da
criança, trata do desenvolvimento da criança inserida em
determinado meio. Ele afirma que o potencial herdado
geneticamente por um indivíduo depende
diretamente do ambiente em que ele está inserido.

2.4.2 Plano de Ação para a recomposição da Aprendizagem

Recomposição de aprendizagens surge como uma resposta aos impactos causados pela defasagem de conteúdos, proporcionado por uma série de ações e atividades que, juntas, tem como objetivo impulsionar o processo de ensino e aprendizagem considerando estudantes em diferentes níveis de aprendizagem. Quando se fala em Recomposição de aprendizagens o foco é garantir a construção de conhecimentos que ajudem a desenvolver competências e habilidades de acordo com o ano escolar em que os alunos estão matriculados. Neste sentido, a BNCC e seus currículos são ótimas ferramentas para direcionar essa Recomposição. É preciso fazer uma seleção das habilidades prioritárias que devem ser trabalhadas no ano letivo, principalmente, em Língua Portuguesa e Matemática.

Mediante esse processo, Feitosa (1999) explica
que a proposta pedagógica de Freire pode ser
dividida em três etapas principais:
Investigação, tematização e problematização.

2.4.3 Plano de Ação Diretor

Ações do Diretor

PRIORIDADE	
<ul style="list-style-type: none"> - Orientação para os pais e comunidade, sobre o funcionamento da APMF e Conselho Escolar, destinação dos recursos do PDDE, recebidos e investidos na escola; - Avaliação Institucional dos Funcionários; - Funcionamento da escola, atendimento e serviço de orientação educacional da comunidade escolar. - Manter o diálogo constante entre professores; - Pesquisas de satisfação com ações desenvolvidas na instituição; - Ouvidoria e atendimento aos pais e comunidade; - Interação entre pais, responsáveis e professores com acompanhamento da Equipe Gestora. 	
AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimentos sobre regras de convivência, atendimentos prestados pela Coordenação/Orientação Escolar; - Conscientização sobre o E.C.A. e o Regimento Escolar, bem como o Projeto Político Pedagógico, salientando a importância da atualização de dados pelos pais, assim como seu interesse nas ações promovidas pela escola; - Palestra sobre o funcionamento da APMF, Conselho Escolar e PDDE. - Exposição no quadro de informações financeiras da escola referente a prestação de contas; - Pesquisa de opinião com os pais para que possam expor suas ideias e/ou sugestões para melhoria da escola; - Reuniões trimestrais, individuais e coletivas entre professores e responsáveis sobre a vida escolar do estudante; - Atendimento Educacional Especializado (A.E.E); - Recuperação e Reforço/Reclassificação de Estudos; - Festividades baseadas na arrecadação de verbas para uso e manutenção da escola; - Formação em Serviço para os professores que precisem adquirir banco de horas. - Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço escolar para possíveis sugestões; - Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade; - Atendimento aos pais e comunidade escolar, bem como projetos e visitantes. 	
PERÍODO	1º/2º/3º/Trimestre
RECURSOS - Membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários PPP, Conselho Escolar e Equipe Pedagógica	
RESPONSÁVEIS - Presidente da APMF, Conselho Escolar e Direção Escolar	

2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

Ações da Coordenação

PRIORIDADE

- Estudos sobre Plano de Ensino para 2024;
- Material do SEFE e Livro Didático;
- Avaliações e Planejamentos pedagógicos;
- Atualização do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar
- Distribuição de Turmas.
- Estudos sobre Plano de Ensino, material do SEFE, avaliações, planejamentos, PPP, entre outros documentos da escola
- Reforço escolar

AÇÕES

- Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano.
- Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o acompanhamento da equipe gestora(Pedagogos).
- Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano.
- Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o PPP, pela direção escolar.
- Reforço escolar, no mesmo turno, com professores de apoio.

PERÍODO

- Estudos sobre Plano de Ensino para 2024 (1 Trimestre)
- Avaliação institucional – Início do segundo semestre
- Demais ações – Durante todo o ano
- Avaliação institucional – Início do segundo semestre
- Demais ações – Durante todo o ano

RECURSOS - Equipe pedagógica, professores de apoio, direção escolar.

RESPONSÁVEIS - Equipe Pedagógica Coordenação

2.4.5 Plano de Ação do Pedagogo Orientador

Ações da Orientação

PRIORIDADE

- Manter o diálogo constante entre professores
- Pesquisas de satisfação

AÇÕES

- Atendimento pessoal aos pais
- Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço para sugestões.
- Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade.
- Atendimento e Encaminhamentos ao CMAE
- Acompanhamento de frequência Escolar
- Apontamentos no sistema Serp de estudantes infrequentes

<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamentos ao Conselho Tutelar - Reunião com Pais e Alunos em situação de Vulnerabilidade
PERÍODO <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento pessoal aos pais – Durante todo o ano - Pesquisa de satisfação – Final do 1º semestre
RECURSOS: Professores, funcionários, caixa adequada, pais e comunidade.
RESPONSÁVEIS: Equipe Pedagógica Orientador

2.4.6 Plano de Ação da Equipe Apoio Administrativa

PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none"> - Manter os documentos organizados e atualizados; - Fornecer as informações solicitadas pela equipe e professor; - Atualizar o sistema SERE periodicamente; - Atender os pais e comunidade com eficiência e gentileza.
AÇÕES <ul style="list-style-type: none"> - Consulta periódica ao SERE e ao e-mail da escola; - Organização frequente das pastas individuais dos alunos e documentos anexos; - Atendimento eficiente e distinto.
PERÍODO <ul style="list-style-type: none"> - Todas as prioridades citadas acima durante o decorrer do ano letivo.
RECURSOS - Funcionários administrativos
RESPONSÁVEIS - Equipe administrativa e Gestão escolar

2.4.7 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none"> - Manter as dependências da escola organizadas e limpas; - Manutenção periódica dos ambientes de sala de aula organização e higienização; - Manutenção periódica dos sanitários, espaços de uso comum e salas específicas. - Organizar escalas de trabalho eficientes e com bom aproveitamento do pessoal. - Parceria na limpeza geral da instituição - Solicitar manutenção da área externa quando necessário. - Colaborar no cuidado das crianças no horário de recreio, juntamente com os com os professores e equipe pedagógica.
--

AÇÕES <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza periódica de todas as dependências da escola. - Organização dos locais de trabalho e salas de aula.
PERÍODO <ul style="list-style-type: none"> - Todas as prioridades citadas acima durante o decorrer do ano letivo.
RECURSOS - Funcionários Operacional
RESPONSÁVEIS - Apoio operacional e Gestão escolar

2.4.8 Plano de Ação do Conselho Escolar

PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none"> - Zelar pela manutenção da escola - Monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. - Acompanhar as funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas - Representar e decidir aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e fiscais da escola - Avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento das leis, e documentos que regem a instituição.
AÇÕES <ul style="list-style-type: none"> - Reformas e manutenção do Prédio da instituição - Acompanhamento das verbas destinadas a educação - Aplicação das verbas - Reuniões para resolução de casos específicos que requeram a participação efetiva do Conselho.
PERÍODO <ul style="list-style-type: none"> - Ano letivo vigente – 1º, 2º e 3º Trimestre
RECURSOS –Municipais, Federais e de Arrecadação da APMF
RESPONSÁVEIS –Direção e Membros do Conselho Escola

2.4.9 Plano de Trabalho dos Docentes

<p>PRIORIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mediar, facilitar e articular o conhecimento e conteúdos propostos pela BNCC - Atuar como pesquisador, provocador do aluno - Despertar a curiosidade, busca, hábito da descoberta e participação em questionamentos e construções no ensino e aprendizagem. - Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina/módulo, cumprindo integralmente o programa e a carga horária, os dias letivos, os horários estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação institucional, à reflexão pedagógica e ao desenvolvimento profissional.
<p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação Diagnóstica dos estudantes - Plano de recomposição de Aprendizagem - Preenchimento do Registro de Classe Online - Aplicação de Atividades avaliativas externas e internas - Levantamento de Conceitos - Lançamento de Médias para aprovação ou reprovação dos estudantes. - Formação e Capacitação conforme cronograma.
<p>PERÍODO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ano letivo vigente – 1º, 2º e 3º Trimestre
<p>RECURSOS: Municipais Mantenedora</p>
<p>RESPONSÁVEIS: Equipe Pedagógica e Docente</p>

Cronograma de Planejamento

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
1º Trimestre	Ciclo 1 10/02 a 28/03/2025 03/03 a 21/03/2025 24/03 a 11/04/2025 14/04 a 02/05/2025 05/05 a 23/05/2025	Instituição
2º Trimestre	26/05 a 13/06/2025 16/06 a 04/07/2025 07/07 a 25/07/2025 28/07 a 15/08/2025 18/08 a 05/09/2025	Instituição
3º Trimestre	08/09 a 26/09/2025 29/09 a 17/10/2025 20/10 a 07/11/2025 10/11 a 28/11/2025 01/12 a 19/11/2025	Instituição

Matriz Curricular Manhã

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2386601

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 3º Ano 

Organização : 3º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2386601

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 5º Ano 

Organização : 5º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S


(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Matriz Curricular Tarde

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2379176

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 1º Ano 

Organização : 1º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2379176

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 2º Ano 

Organização : 2º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2379176

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 2º Ano 

Organização : 2º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado

O Plano Educacional Individualizado sigla (PEI), é desenvolvido nessa instituição escolar de forma elaborada pelo professor regente, corregente e de apoio escolar, com instrução da professora de Atendimento Educacional Especializado sigla (A.E.E). Ele é elaborado a partir de uma avaliação de um aluno com necessidade educacional específica, que visa o levantamento dessas necessidades, seus conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades, oferecendo ao aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, ou com altas habilidades/superdotação, ou também com dificuldades de aprendizagem um atendimento direcionado e individualizado. Portanto o PEI visa registrar esse caráter individual cada aluno para que, usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes, no ensino regular, sendo revisado periodicamente, a fim de que o professor possa acompanhar o desenvolvimento do aluno e mudar as estratégias conforme observação em sala de aula e no convívio desse aluno com a comunidade escolar.

Um dos principais papéis reservados a educação, consiste antes de tudo, dotar a humanidade de capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o

seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (DELORS, 2004, p. 28-29).

2.4.11 Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar

Quando o estudante não estiver internado, porém afastado da escola para tratamento de saúde, mediante atestado médico, por um período superior a 90 (noventa) dias, a escola deve solicitar um professor de atendimento pedagógico domiciliar por meio da solicitação de abertura de demanda para a Secretaria Municipal de Educação. O atendimento pedagógico domiciliar é uma ação educacional que requer planejamento e cuidados para que seja bem sucedido. A prática educacional neste atendimento apresenta algumas características específicas, com mudanças na organização do espaço e do tempo, bem como dos recursos disponíveis. Atendimento educacional domiciliar ou hospitalar ao estudante da rede pública com atestado médico, que indique a impossibilidade de frequentar as aulas por enfermidade, fratura ou conforme o CID declarado pelo médico.6 de ago. de 2020

CRONOGRAMA NORMATIVA N° 01/2024

1° TRIMESTRE 08/02 a 17/05

2° TRIMESTRE 20/05 a 30/08

3° TRIMESTRE 02/09 a 18/12

Ciclo 1- 27/02 a 15/03

Ciclo 2- 18/03 a 12/04

Ciclo 3- 15/04 a 03/05

Ciclo 4- 07/05 a 24/05

Ciclo 5- 27/05 a 18/06

Ciclo 6- 19/06 a 05/07 Recesso Escolar (Ciclo menor)

Ciclo 7- 22/07 a 09/08

Ciclo 8- 12/08 a 04/09

Ciclo 9- 05/09 a 25/09

Ciclo10- 26/09 a 21/10

Ciclo11- 22/10 a 11/11

Ciclo12- 12/11 a 03/12

Ciclo13- 04/12 a 18 /12

Recesso Escolar (Ciclo menor)

Semana de Avaliação

1º TRIMESTRE

1ª Avaliação 18 a 22/03

1ª Recuperação 25 a 28/03

2ª Avaliação 01/05/04

2ª Recuperação 22 a 26/04

3º TRIMESTRE

1ª Avaliação 16 a 20/09

1ª Recuperação 15 a 21/10

2ª Avaliação 11 a 14/11

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação Teórica

O currículo é cultural, universal, devendo sempre ser reavaliado e reformulado frente à realidade social. Onde o enfoque seja o conteúdo como produção histórico-social de todos os homens, dentro de uma proposta onde haja interação entre o conteúdo e a realidade concreta. Engloba várias outras concepções para que a escola possa alcançar seus objetivos e tenha a verdadeira noção de seu papel social. É onde se expressa o conhecimento sobre o ser humano, a natureza, a sociedade, a educação, a aprendizagem, tudo unido nas práticas pedagógicas e nas relações sociais.

O método deve ser pautado na prática social porque decorre das relações estabelecidas entre conteúdo, método e concepção de mundo. Confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

Dentro da perspectiva histórico-crítica, Gasparin defende o ensino-aprendizagem a partir de cinco práticas distintas: prática social inicial do conteúdo, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final do conteúdo. Gasparin destaca que “de acordo com esta proposta teórico-metodológica, as

grandes questões sociais precedem a seleção de conteúdos escolares” (p.37). O desastroso é que as escolas, ou a grande maioria delas, trabalham apenas com conteúdos pré estabelecidos pelo currículo oficial, sistematizados ideologicamente por um corpo docente superior, Conselhos Nacionais ou Estaduais de Educação. Frente a isso, questiona-se: “na prática da escola, o que vem primeiro, o conteúdo, ou as grandes questões sociais?” (p.38).

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

2.5.2 Direitos e Objetivos de Aprendizagem

A BNCC propõe na etapa da Educação Fundamental, ensino obrigatório com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se no ano em que a criança completar 6 (seis) anos de idade, e tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação, articulados os conteúdos curriculares criando assim as condições de aprendizado para que os estudantes tenham um papel ativo na vivência e resolução de desafios. Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, e da economia, mediante ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, bem como a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores. Eles compreendem as disciplinas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciência Humanas. Direitos de Aprendizagem:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística,

matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

8. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

9. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além disso, a BNCC contribui para o aprimoramento de outros pilares da educação, como a formação inicial e continuada dos professores, a produção de materiais didáticos, a reestruturação das matrizes de avaliações e a revisão dos exames nacionais, que serão analisados a partir das informações presentes na Base Nacional Comum Curricular.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Lei no 9.394/1996

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
 - a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio;
 - II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
 - III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;
- 10 Lei de diretrizes e bases da educação nacional
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208

11 Lei no 9.394/1996

da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime

de responsabilidade.

§ 5o Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público;

III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I – Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

SEÇÃO III – Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

23Lei no 9.394/1996

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1o É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2o Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3o O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4o O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5o O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6o O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1o Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

24 Lei de diretrizes e bases da educação nacional

§ 2o Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

As contribuições da teoria construtivista de Piaget, sobre a construção do conhecimento e os mecanismos de influência educativa têm chamado a atenção para os processos individuais, que têm lugar em um contexto interpessoal e que procuram analisar

como os alunos aprendem, estabelecendo uma estreita relação com os processos de ensino em que estão conectados. Os mecanismos de influência educativa têm um lugar no processo de ensino aprendizagem, como um processo onde não se centra atenção em um dos aspectos que o compreendem, mas em todos os envolvidos. Se analisarmos a situação atual da prática educativa em nossas escolas identificaremos problemas como: a grande ênfase dada a memorização, pouca preocupação com o desenvolvimento de habilidades para reflexão crítica e auto-crítica dos conhecimento que aprende; as ações ainda são centradas nos professores que determinam o quê e como deve ser aprendido e a separação entre educação e instrução. A solução para tais problemas está no aprofundamento de como os educandos aprendem e como o processo de ensinar pode conduzir à aprendizagem.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, já dizia Paulo Freire.² jul. de 2020

A concepção defendida aqui é que o processo de ensino-aprendizagem é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O instrutivo é um processo de formar homens capazes e inteligentes.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula(cotidiana da Ensino Fundamental, do A.E.E E do recreio dirigido)

Buscando uma perspectiva de sucesso para o desenvolvimento e aprendizagem do educando no contexto o espaço físico torna-se um elemento indispensável a ser observado. A organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim estimuladas e independentes.

A escola não pode limitar-se à função de ensinar. Exige-se-lhe, cada vez mais, a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve estar cada vez mais próxima da realidade. Muitos dos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos (VEIGA, 2002, p. 68).

A instituição de ensino organiza seu tempo através da divisão das aulas aplicadas a cada dia da semana, bem como do tempo que se refere a cada disciplina de 50 mim por aula, com intervalo de alimentação de 20 mim por turma atendida 3º, 4º e 5º Ano. As salas de aulas conforme a demanda do ano/série em questão oferecem um espaço com mesa do

professor, carteira e cadeira para o estudante, armários para os pertences do professor e material didático do aluno para o uso durante o ano letivo. A instituição também possui uma quadra poliesportiva ampla, um patio coberto usado também como refeitório, espaços laterais com gramado, uma sala de apoio Educacional A.E.E, uma sala para agentes de apoio, uma cozinha, uma secretaria, um almoxarifado, uma sala de leitura, uma sala de professores, duas salas para apoio pedagógico, 8 salas de aula, dois banheiros masculino e feminino.

Os atendimentos realizados pela sala de Atendimento Educacional Especializados, acontecem de forma escalonada, através da necessidade individual dos alunos, reipeitando o grau de dificuldade e comprometimento, bem como a ordem da fila de espera, conforme apontamento do professor e da equipe pedagógica. O atendimento por criança respeita o tempo limite de 30 mim por atendimento, uma vez que a demanda é consideravelmente grande.

“A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2011, p. 52).

A reflexão sobre a prática pedagógica faz-se essencial ao educador, para que os processos de ensino-aprendizagem sejam inclusivos.

Assim, Freire (2011) enfatiza a importância de um diálogo entre professor e aluno, que representa uma libertação por parte dos sujeitos. (FREIRE, 2011, p. 93).

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 Fundamentação Teórica

Todos os professores estão cientes de sua responsabilidade ao avaliar os alunos, conhecedores das leis e a da diversidade de instrumentos a serem utilizados. Como está expresso na Deliberação 07/99 – CEE – PR, em seu artigo 3º, § 3.º, deixa claro que *“É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição”*, para tanto os professores registram todas as avaliações realizadas ao longo do período, assim como a participação, assiduidade, trabalhos individuais e em grupos, tudo isso para que o aluno tenha várias oportunidades de mostrar o seu aprendizado.

Nesse sentido, o aluno deve aprender a tomar o conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e a organizar-se para as mudanças necessárias. Esse exercício

contínuo realizado no ambiente escolar promoverá o crescimento individual do sujeito que passará, naturalmente a articular-se com o coletivo social no exercício de sua vida cidadã, estabelecendo interações entre os conteúdos por ele apropriados no processo ensino aprendizagem e a realidade, visando a transformação da sociedade (ação-compreensão-ação). Todo o processo se inicia com um diagnóstico, para que se evidencie o nível de aprendizagem do aluno e se possa organizar as avaliações, pautadas nos eixos de cada disciplina e conseqüente registro no Livro.

“A avaliação da aprendizagem, na visão freiriana, deve promover a consciência crítica por meio do diálogo livre, permanente e democrático (sem autoritarismo ou excessos de poder) entre professor e aprendiz. A avaliação é um processo dinâmico e coletivo e, conseqüentemente, fruto do compartilhamento entre os sujeitos o ato de aprender não opera por transmissão de informações mas por pelo encontro permanente dos homens (educadores e educandos), mediatizados pelos diversos saberes de cada um.

Paulo Freire: algumas aproximações. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.2, n.1, 2007.

Nessa instituição de ensino, as avaliações acontecem de forma diária e continua da progressão do aluno, e através do trimestre que disponibiliza duas avaliações e duas recuperações, mas também são considerados trabalhos e pesquisas conforme a disponibilidade no planejamento pedagógico quinzenal do professor.

2.6.2 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Perceber as dificuldades de aprendizagem e atuar de forma apropriada sobre elas, é uma forma de fazer acontecer a aprendizagem significativa. Fazer com que o aluno consiga superar esse problema, muitas vezes causados por déficits cognitivos, físicos e, ou afetivo, representa a investigação, a finalidade, de muitos dos profissionais que acreditam no construir, nas superações que o processo educativo pode proporcionar.

A escola necessita rever estratégias, transformar suas aulas e atividades pensando na capacidade dos estudantes, e na garantia que todos possam se desenvolver dentro do processo de aquisição de conhecimentos pedagógicos. É necessário também, uma aproximação entre família e escola, um maior incentivo ao estudante por parte da família, professores bem preparados para lidar com as dificuldades, buscando melhorias tanto nos métodos de ensino quanto na parte psicológica de seus alunos.

E também seria de fundamental importância, a contribuição significativa dos órgãos governamentais, para uma maior e melhor estruturação da educação municipal, buscando

minimizar as desigualdades e promovendo o acesso à educação de forma democrática, e equiparada para todos os setores da sociedade.

As dificuldades encontradas no cotidiano da escola refletem os aspectos que precisam ser repensados e melhorados, através de ações que visem o entrosamento entre família e escola, proporcionando um vínculo mais estreito e possibilitando o diagnóstico precoce das ações que devem ser executadas para o melhoramento do ensino e aprendizagem. Com isso se torna mais eficiente a construção do plano de ensino e consequente melhoria nos resultados.

A escola não pode limitar-se à função de ensinar. Exige-se-lhe, cada vez mais, a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve estar cada vez mais próxima da realidade. Muitos dos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos (VEIGA, 2002, p. 68).

Os avanços decorrem das ações que são tomadas frente às dificuldades, é nesse sentido que a escola quer enfatizar seus esforços. Planejamento bem elaborado e profissionais comprometidos com suas metas e objetivos, caminhando juntos com a meta e objetivo da escola.

2.6.3 Avaliação Institucional

Atualmente a avaliação institucional passa por um processo de reconhecimento de sua importância na educação como fator equalizador na possibilidade de buscar soluções e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos professores e gestores. Visando conhecer melhor o processo de avaliar em suas diversas modalidades a pesquisa tem como objetivo central identificar as finalidades e as contribuições da Avaliação Institucional sob a ótica dos professores. Assim, sendo o princípio de avaliação institucional numa perspectiva democrática gera dificuldades na medida em que ela ainda é vista por boa parte dos integrantes da instituição como um momento importante, mas sem muita compreensão na sua realização e para qual finalidade ela é desenvolvida independente do resultado, que muitas vezes não são apresentados para os participantes. Avaliação de Desempenho é um processo adotado por instituições para mensurar o desempenho e comportamento de seus profissionais a partir de critérios comuns. Através dela é possível acompanhar o desenvolvimento individual, até mesmo o andamento do trabalho em equipe.

Dessa forma, o gestor descobre as potencialidades do seu profissional, ou seja, o que ele realmente possui de talento para ser aplicado à empresa. Também é possível

identificar os pontos fracos dos colaboradores e capacitá-los para sanar os pontos de melhorias identificados.

A avaliação de desempenho dos profissionais é realizada oficialmente bianualmente, conforme formulário enviado pelos Recursos Humanos da SEMEDI, pois avaliação é um quesito para elevação de nível do profissional.

A avaliação é uma prática intrínseca ao processo ensino e aprendizagem que tem como função e objetivo contribuir para a transformação da educação continuada, buscando o melhoramento acadêmico pedagógico dos estudantes, como resultado de uma maior eficiência na gestão e desenvolvimento do trabalho, conforme deseja a comunidade acadêmica. Desta forma, a avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global dos envolvidos no processo, considerando as características individuais e coletivas da Instituição, bem como dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos e quantitativos. Freitas (2006, p.16)

Portanto a mesma tem como objetivos, identificar a finalidade e as contribuições dessa Avaliação Institucional realizada sob a ótica dos professores, bem como analisar como acontece o trabalho dos funcionários da escola, Institucional na escola, conhecer as ações realizadas a partir dos resultados e a participação dos professores no processo de aplicação, avaliação e Desenvolvimento da Base Curricular Nacional SIGLA (BNCC).

2.6.4 Recuperação paralela de estudos

A recuperação de estudos sempre acontecerá paralelamente às avaliações do processo ensino e aprendizagem, independentemente do nível de aprendizado do aluno, abrangendo 100% do conteúdo trabalhado no trimestre. Desta forma, todos os alunos, terão direito de realizar a mesma, prevalecendo à nota maior sobre a menor. Sendo obrigatório o seu registro em livro próprio (Livro Registro de Classe R.C.O). O estudante também terá direito se necessário a reclassificação de estudos a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desempenho do que registre seu histórico escolar.

Todos os alunos possuem direitos iguais, em especial para aqueles que, por inúmeras razões, apresentam dificuldades de aprendizagem bem como nos conteúdos curriculares, procedimentos comumente usados nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas avaliações escolares.

Hoffmann (2001), parte da idéia que a avaliação é inerente ao processo, tanto quanto a recuperação de estudos. Entende que mediação é a aproximação, diálogo,acompanhamento do jeito de ser e aprender de cada educando,

dando-lhe a mão com rigor e afeto, para ajudá-lo a prosseguir, tendo opção de rumos na trajetória do conhecimento.

Os professores do ensino comum modalidade regular, com auxílio do professor de apoio e dos pedagogos, devem planejar suas aulas com recursos diversos de forma a motivar estratégias que garantam essa recuperação e reclassificação dos estudos através da:

- Variedade de atividades metodológicas;
- Trabalho em grupo, cooperativo e individual;
- Desenvolvimento do conteúdo com atividades diferenciadas;
- Utilização de diferentes materiais didáticos pedagógicos que permitam aumentar ou diminuir o grau de complexidade dos conteúdos;
- Organização do espaço físico da sala de aula, favorecendo a autonomia e a mobilidade de crianças com inclusão ou em processo de recuperação;
- Administração do tempo aplicado a essa modalidade;
- Manutenção da avaliação que possa atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, através de técnicas e de instrumentos diferenciados realizado cotidianos em sala de aula.

2.6.5 Avaliação Externa

A análise dos resultados das avaliações externas possibilita a criação de um painel da Educação no país, ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para a área. Em uma perspectiva política, elas contribuem para definir qual o direito de aprendizagem básico que todo aluno deve ter assegurado. Esses parâmetros são essenciais para que as redes e as escolas reflitam quais são as estratégias para promover uma Educação de qualidade. Na instituição escolar Municipal de Paranaguá Escola Maria José Henrique Tavares, o cronograma de avaliações externas é enviado pela Secretaria Municipal de Educação e corresponde as seguintes avaliações anuais:

PROGRAMA	AVALIAÇÃO	TURMAS	DATAS
Prova Paraná	Fluência (entrada)	2º Ano	13/03/24
Prova Paraná	Fluência (saída)	2º Ano	18/11 a 29/11/24
Prova Paraná	Diagnóstica (1º Edição)	5º Ano	24/04 a 25/04/24
Prova Paraná	Diagnóstica (2º Edição)	5º Ano	28/08 a 29/08/24
Prova Paraná	Diagnóstica (3º Edição)	5º Ano	27/11 a

Prova Paraná Mais	Edição Única	2ºAno/5º Ano	28/11/24
Compromisso Nacional	Diagnóstica Inicial L.Portuguesa	3º Ano e 4º Ano	15/10/24
Criança Alfabetizada	(fluência) Matemática	Ano	05/04/24
Compromisso Nacional	Diagnóstica Intermediária L.Portuguesa (escrita, fluência, leitura)	3º Ano e 4º Ano	Junho
Criança Alfabetizada	Diagnóstica Final L.Portuguesa (escrita, fluência, leitura)	3º Ano e 4º Ano	Outubro
Compromisso Nacional			
Criança Alfabetizada			
Indica	L.Portuguesa	2ºAno ao 5º Ano	03/04/24
Indica	L.Portuguesa	2ºAno ao 5º Ano	04/04/24

2.6.6 Organização e efetivação dos Conselhos de Classes , prés e pós conselhos

A organização efetiva dos Conselhos de Classes são realizadas nas dependências escolares, bem como previstas em calendário emitido pelo Conselho Municipal de Educação sigla (COMED). A reunião é convocada através da Secretaria Escolar e Direção, e durante a mesma, os docentes realizam o Levantamento de Conceitos Escolares referentes ao Trimestre/Ano, a fim de finalizar as informações referentes ao conteúdo aplicado, avaliações trimestrais, planejamentos pedagógicos, estudantes infrequentes, e encaminhamentos dos que apresentam necessidade de avaliação do processo de ensino aprendizagem. Os pré conselhos também tem data estipulada no calendario escolar, porém são desenvolvidos durante o período letivo de aula, na permanência dos professores regentes e corregentes, de forma individual com a equipe gestora, que realiza os apontamentos prévios das informações para organização de medidas a ser tomadas. O pós conselho é relizado através da resposta as indicações dos docentes, e devolutiva da equipe pedagógica referente as medidas tomadas para a resolução dos problemas diagnosticados no trimestre.

O Conselho de Classe surge embasado no pressuposto de que, num processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objetivo que se avalia, para obter, conseqüentemente, tomadas de decisão mais acertadas. No caso aqui enfocado, por meio das análises dos diversos professores, ter-se-ia o maior conhecimento do aluno, para o seu melhor atendimento pedagógico, papel fundamental do Conselho de Classe (DALBEN, 1995.p.111 e 112)

2.7 CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

A nosso ver, a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos estudantes, garantindo que os direitos de aprendizagem sejam completos e contruídos levando em consideração o avanço do mundo globalizado.

Silva (2002) entende a formação continuada como um processo de construção de saberes envolvendo os contextos históricos e sociais dos sujeitos, bem como o acesso as informações e a complexidade que envolvem os espaços, os quais se dialogam e circulam os indivíduos. Nesse sentido, a formação deve ser pensada a partir das vivências e dos cotidianos dos professores, não visando pensar as práticas pedagógicas como produtos finais ou simplificados de um processo, mas sim, por entender as experiências e as relações em sala de aula como potentes e formativas.

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

A formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. Ela é oferecida durante a hora atividade do professor, afim de promover o aperfeiçoamento durante seu exercício de trabalho. Os temas abordados vão de acordo com as demandas que surgem na educação, bem como para auxiliar os docentes a aplicar esses conhecimentos de forma a melhorar o levantamento e aprimoramento de dados relacionados as Competências e Habilidades propostas pela B.N.C.C.

Formações oferecidas pela Mantenedora:

SEFE (Ferramentas de Diagnóstico Escolar, Tipos de Avaliação, Avaliação e Rubrica);

SAÚDE DO PROFESSOR (Gerenciamento de rotinas de trabalho, busca de apoio a profissionais da saúde);

2.7.3 Formação continuada na instituição conforma Instrução da Hora Atividade nº01/2018

Sabe-se que a nomenclatura “hora-atividade” é utilizada para denominar momentos de estudo e planejamento inseridos na jornada de trabalho do professor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n.º 9.394, de 1996, por mais que não utilize a terminologia “hora-atividade”, prevê que o professor tenha espaços/tempo de estudo e planejamento, inseridos em sua jornada de trabalho.

A hora-atividade é de extrema relevância para a organização do trabalho pedagógico do professor, é neste espaço que ele vai planejar o encaminhamento metodológico de sua disciplina, podendo trocar ideias com seus pares, estudar, dialogar com a equipe pedagógica e realizar atividades inerentes a profissão docente. Por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar. Os professores procuram se atualizar através de estudos particulares e coletivos em seus horários de hora-atividade, assim como, participando de todos os eventos e capacitações ofertados pela SEMEDI.

Segundo o Decreto nº 1378, de 1º de julho de 2010, em seu Artigo 5º, no parágrafo XI, a SEMEDI deve “promover a formação dos profissionais da educação”, para que seja garantido na rede institucional, o quadro de hora atividade quando possível concentrada, proporcionando efetiva participação de suas equipes docentes disciplinares, as atividades relacionadas e oferecidas pela Rede Municipal de Ensino, bem como as formações ofertadas pela própria instituição. Cabe à equipe gestora manter esse quadro de horários atualizado e organizado, a fim de atender todos os profissionais da escola em igualdade e equipariedade.

2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos a instituição

Formação Continuada externa a instituição é um um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, a fim de assegurar a ação que promova aprendizagem significativa do professor para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. É indispensável para que as instituições de ensino e equipes de educação acompanhem essas novidades e consigam evoluir de forma proporcional a educação ainda mais qualificada e completa aos alunos, promovendo impactos positivos em toda a comunidade escolar.

A formação continuada pode ser feita por meio de cursos, treinamentos, workshops, seminários, grupos de estudo, entre outras atividades que visem aperfeiçoar o desempenho do professor em sala de aula.

CRIANÇA ALFABETIZADA (Validação de Dados,Cadastro e Atualizações, Material de Apoio, Aplicação,Aplicativo de Correção);

ADE/AVANÇA LITORAL (Levantamento de Conceitos Educacionais, Estudo Da Proposta CONAE, Avaliações Externas);

ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E JOVENS (Palestras e Fóruns de Discussão).

2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas

Com isso, é possível melhorar a qualidade da educação oferecida na sala de aula e analisar as contribuições das tecnologias nas atividades on-line e as categorias da experiência evidenciadas ao longo do processo formativo. Os resultados indicam que a integração entre o contexto virtual e o da prática profissional permitiu que as experiências se constituíssem como objetos de formação, reflexão, teorização e transformação.

Art. 13 A Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas, atendendo ao disposto no Parágrafo único do artigo 61 daLDB.

A educação a distância mediatizada pelas tecnologias digitais viabiliza a integração da experiência do profissional nas ações de formação, propiciando o desenvolvimento de um design curricular com foco na experiência compartilhada e na reflexão sobre a mesma prática já adquirida.

As transformações constantes ocorridas nos espaços virtuais possibilitam uma nova relação com o saber, demonstradas por meio de três constatações: a primeira é a renovação dos aberes durante o percurso profissional; a segunda a natureza do trabalho que estará voltada para aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos; e a terceira diz respeito ao *ciberespaço*, que apresenta tecnologias intelectuais que amplificam as funções cognitivas humanas, ampliando o potencial de inteligência coletiva, como se analisa em: “[...] *uma saída para contribuir com o nosso conhecimento neste momento...*” [Lévy \(1999, p. 157\)](#),

3 MATRIZ CURRICULAR

Município :	PARANAGUA
Estabelecimento :	MARIA J H TAVARES, E M PROFA-EI EF
Período Letivo :	2024-1
Curso :	ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno :	Manhã
Código Matriz :	2386601

Matriz Curricular	Organização da Matriz
-------------------	-----------------------

Geral	
Lei Educação : LDB 9394/96	
Situação da Matriz Curricular	
Situação :	Autorizada para o Período Letivo
Forma Implantação :	Simultânea
Per. Let. Inicial Validade : 2024-1	

4 PROPOSTA CURRICULAR

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Deliberação nº 07/99–CEE–PR**. Trata das Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio. Disponível em:<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao071999ce> e>. Acesso em 09 abr. 2024.

BRASIL. **Deliberação nº 02/99-COMED**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

BRASIL. **Instrução nº 02/2004**. Trata da Resolução nº 305/2004 (Atribuição de horaParei aqui - atividade) e da Lei Estadual nº 13.807, de 30/09/2002 (Instituição de 20% de hora atividade). Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao022004suedseed> >. Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990** – Dispõe sobre o Estatuto da Criança.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leisL9394.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.738/2008** – Dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008** – Dispõe sobre o estágio dos estudantes.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14o ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

MALANCHEN, Julia. Currículo e Pedagogia histórico-crítica: a defesa da universalidade dos conteúdos escolares. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/597-0.pdf> Acesso em: 05 abr. 2024.

REVISTA LINHAS. **Florianópolis**, v. 14, n. 26, jan/jun 2013. p. 265-292

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**; tradução de ROSA, Ernani F. da F. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, DEMERVAL. **Escola e Democracia**, São Paulo, Cortez, 2003. Sistema Educacional – SERE. Disponível em: <https://www.sere.pr.gov.br/sere/>. Acesso em 20 abr. 2018.

VEIGA, Ilma Passos A., Amaral, Ana Lúcia. **Formação de Professores: políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola. *ETD* [online]. 2009, vol.10, n.02, pp.186-202. ISSN 1676-2592.

ALMEIDA. J. A. M. Política pública de formação continuada do professor: O PDE no Paraná. Implicações no trabalho docente. Curitiba: April, 2020.

ANEXOS

I – Instrumento de Avaliação Institucional

anexo doc

II – Instrumento de Pesquisa Realizado para caracterização da comunidade escolar

A instituição realizou a caracterização da comunidade escolar através de reunião com registro em ata.

III – Pareceres Descritivos

A instituição não trabalha com Pareceres Descritivos, os conceitos são lançados através de nota.

IV – Plano de Atendimento Educacional Especializado



PREFEITURA DE PARANAGUÁ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ TAVARES PLANO
EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)**

Dados Pessoais

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Idade: _____

Mãe:

Pai:

Escola: Escola Municipal “Maria José Henrique Tavares”

Diagnóstico:

Professora: _____ Ano: _____ Turno de atendimento:

_____ Telefone:

Organização do atendimento:

- Período do atendimento: 1º Semestre
- Frequência do atendimento: Diária
- Tempo do atendimento: 13:30 a 17:30h
- Composição do atendimento () individual (X) coletivo.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	REALIZ A COM AUXÍLI O	REALIZ A SEM AUXÍLI O	NÃO REALI ZA
COMUNICAÇÃO ORAL			
Sabe ouvir o outro			
Responde ao ser chamado			
Demonstra compreender o que é falado			
Se comunica: () olhar () gestos () sílabas () palavras () frases			
Realiza relação entre pensamento e fala			
Relata experiências pessoais			
Transmite recados			
Situações que se comunica:			
LEITURA E ESCRITA			
Demonstra atenção em sala			
Reconhece: () letras () sílabas () palavras () nda Obs:			
Escreve: () letras () sílabas () palavras () nda Obs:			
Copia do quadro utilizando as linhas e espaçamentos			
Bom domínio na escrita de frases			
Processo de memorização			
Compreende leitura de textos: curtos () longos ()			
Obs:			
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO			
Reconhece e compreende quantidades numéricas			
Realiza contagem numérica			
Identifica numeros em diferentes contextos			
Domina conceitos de ter mais ou menos (quantidade)			
Possui habilidade da () adição e ou subtração ()			
Classifica objetos com base em diferentes atributos (cor, forma, tamanho)			
Possui habilidade da () divisão e ou multiplicação ()			
Obs:			

SÓCIO-AFETIVO			
Olha nos olhos dos outros			
Aceita aproximação social			
Possui iniciativa social			
Segue regras e rotinas			
Resistência a frustração			
Comportamento adequado em público			
Permanece em sala			
Demonstra timidez			
Agressividade			
Oscilação de humor			
Obs:			
MOTRICIDADE-FINA			
Possui domínio manual para desenhar, rabiscar			
Utiliza tesoura			

Domínio motor: () mão direita () mão esquerda			
Escrita com força excessiva no papel			
Utiliza borracha para apagar			
Manipula objetos pequenos com domínio			
Agitação psicomotora			
Obs:			
MOTRICIDADE-AMPLA			
Permanece sentado com ou sem apoio			
Anda com ou sem apoio			
Equilíbrio corporal para correr			
Domina movimento do corpo			
Reproduz movimentos ou danças			
OBS:			

ASS: PROFESSORA/EDUCADORA

ASS: DIRETORA

ATENDIMENTOS OFERTADOS E OU REALIZADOS:

*Sala de Recursos Multifuncional

Paranaguá _____, de _____ de 2024.

V- Plano de Formação Continuada



PREFEITURA DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

EM SERVIÇO

Nome do profissional responsável pela formação:

Colaboradores:

Introdução:

Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Aponta de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.

Objetivos Específicos:

Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.

Fundamentação Teórica:

O texto deve ser elaborado sobre uma visão geral do problema com base em autores consultados dando sustentação ao trabalho, por isso é indispensável registrar as fontes

VI – Plano de Ação

direção

VII – Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

A instituição não possui plano específico para essa área de Educação.

VIII – Plano de Atendimento Emergencial -PAE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
 ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES
 ENSINO FUNDAMENTAL

DADOS GERAIS (contato em caso de Emergência)

Nome de Escola: ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES

Ramal de Emergência: RAMAL: (41) 2046

Secretaria: TELEFONE: (41) 37211758

DADOS GERAIS DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ESCOLA

NOME: TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO TELEFONE: (41) 900428078

DADOS GERAIS PROFESSORES QUE COMPÕE A BRIGADA ESCOLAR

NOME: SIMONE DOS SANTOS ALVES TELEFONE: (41) 984236411

NOME: JOSIANE MARTINS FERREIRA TELEFONE: (41) 992050335

NOME: GISELLE ALVES CORRÊA TELEFONE: (41) 998176864

NOME: MARIA CRISTINA BEZERRA PEREIRA TELEFONE: (41) 995651162

PLANO DE ABANDONO

1º PASSO:ACIONAR O CORPO DE BOMBEIRO ATRAVÉS DOS TELEFONE 193;

2º PASSO: ACIONAR TRÊS VEZES CONSECUTIVAS O SINAL SONORO PARA AS TURMAS;

3º PASSO: AÇÃO DA BRIGADA ESCOLAR PARA COMBATER O PRINCÍPIO DA

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CONFORME FORMAÇÃO

4° PASSO: FORMAÇÃO DAS FILAS DE CADA TURMA NO CORREDOR DAS SALAS DE AULAS DIRIGINDO-SE A QUADRA POLIESPORTIVA;

5° PASSO: REALIZAÇÃO DA CONTAGEM DE ESTUDANTES E PROFESSORES;

6° PASSO: ABERTURA DO PORTÃO LATERAL DE EMERGÊNCIA PARA EVACUAÇÃO.

NÚMEROS DE EMERGÊNCIA

SAMU TELEFONE: (41) 3420-8200/991157489/991825767

GUARDA CIVIL TELEFONE: (41) 34206166/153

POLÍCIA MILITAR TELEFONE: (41) 34206166/190

PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES

ÁREA TOTAL: 901,79 Metros quadrados;

CAPACIDADE DE PÚBLICO: 601 pessoas

USO DE GLP: Máximo 3 recipientes P-13KG em abrigo externo

PROJETO TÉCNICO NIB: 570276/2011 válida até 9 de setembro de 2021

RESPONSÁVEL GERAL

TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO

CNPJ: 76.017.458/0001-15 / CNAE: 8513/9-00

LOGRADOURO: Claudionor Nascimento/Jardim Santa Rosa s/n.

VIII – Calendário Escolar ESCOLA MUNICIPAL "PROF^a MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES"

ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**PARANAGUÁ – PR
2024**

SUMÁRIO

1-IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	04
1.1 Histórico.....	05
1.2 Quadro De Atos.....	06
1.3 Biografia Do Patrono.....	06
1.4 Organização Escolar.....	08
1.5 Estudo Da Realidade.....	09
2-FINS E OBJETIVOS	11
2.1 Concepções.....	13
2.2 Concepção Pedagógica, Filosóficas e Psicológicas.....	19
2.3 Concepção De Avaliação Integral Da Criança No Ensino Fundamental.....	21
2.4 Projeto Político Pedagógico.....	23
2.5 Proposta Curricular.....	24
2.6 Plano de Ação da Escola.....	25
2.7 Plano de Ensino.....	28
2.8 Avaliação Institucional.....	28
2.9 Avaliação de Processo Ensino-Aprendizagem.....	28
2.10 Registro de Classe R.C.O.....	29

2.11 Procedimentos de Intervenção Pedagógica: Recuperação e Reclassificação de estudos.....	30
3-DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DE METAS - Eixo Ensino e Aprendizagem.....	31
3.1 Ações De Apoio Pedagógico e Ações De Inclusão.....	31
3.2 Procedimentos de Intervenção Pedagógica de Recuperação e Reclassificação de Estudos.....	32
3.3 Análise de avanços e dificuldades.....	33
3.4 Proposta de Ação para o Ano Corrente.....	34
3.5 Projetos Pedagógicos.....	35
3.6 Plano de ação do pedagogo coordenador escolar.....	36
3.7 Articulação entre ações de cuidar e educar, no processo de acolhimento das famílias e crianças na Educação Infantil.....	37
3.8 Articulação da Educação Infantil.....	38
3.9 Eixo Gestão de Recursos Humanos, Físicos, Materiais e Financeiros.....	38
3.10 – Levantamento de Ações que potencializam recursos para a criação de condições necessárias para o desenvolvimento do processo de Ensino e Aprendizagem.....	38
3.11 Análise de Avanços e dificuldades.....	39
3.12 Proposta de Ação para o Ano Corrente.....	39
3.13 Eixo Democrática e Participativa.....	42
3.14 Integração Escola Comunidade.....	42
3.15 Instituições Auxiliares: A.P.M.F e Conselho Escolar.....	42
3.16 Eixo de Formação.....	43
4-ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	43
4.1 Plano de Atividades a serem Desenvolvidos nos Espaços Pedagógicos, em áreas verdes e intervalo.....	43
4.2 P.A.E. - Plano de Abandono Escolar.....	49
5-AVALIAÇÃO.....	50
5.1 Avaliação Pedagógica.....	50
5.2 Proposta de Recuperação de Estudos.....	51
5.3 Aceleração de Estudos.....	51
5.4 Avaliação de Desempenho dos Profissionais.....	

5.5 Proposta com Objetivos, Metas, Ações, Cronograma, Espaço, Responsabilidade e Parcerias.....	52
6-CALENDÁRIO ESCOLAR.....	53
6.1 Calendário de prestação de contas.....	54
7-CRONOGRAMA.....	55
7.1 Regime de funcionamento da Educação Infantil de acordo com o Calendário.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Município: **Paranaguá**

Código do Município: **180**

Instituição: **Escola Municipal "Profª. Maria José Henrique Tavares"**

Código do INEP: **41140885**

Email da instituição: **tatiana.nascimento@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Coordenadora

Manhã: **Eliane do Nascimento**

Email: **eliani.nascimento@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Coordenadora

Tarde: **Altamira Aparecida Fernandes de Oliveira**

Email: **altamira.fernandes@paranagua.pr.gov.br**

Pedagoga Orientadora

Manhã/Tarde: **Fabiana Bestana Gimenes**

Email: **fabiana.bestana@paranagua.pr.gov.br**

Dependência Administrativa: **SEMEDI**

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá

Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino: Decreto nº. 671, de 22/07/1985, da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino: Res. Nº 04/86, de 02/01/1986

Horários de Funcionamento: 07h30min às 11h30min /13h30min às 17h30min.

Etapas e Modalidades de Ensino Ofertado por esta Instituição

Educação do Campo

Educação Especial

Educação Infantil

Ensino Fundamental

1.1 Histórico

A Escola Municipal “Professora Maria José Henrique Tavares” está situada à Rua Claudionor Nascimento, s/nº, Jardim Santa Rosa, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, zona urbana. Foi inaugurada no mês de julho de 1985 e seu funcionamento foi autorizado pelo **Decreto nº. 671**, de 22 de julho de 1985, da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Recebeu esse nome em homenagem à Professora Maria José Henrique Tavares, nascida em Paranaguá, no dia 07 de maio de 1919. Lecionou na Escola Isolada Pires Pardiniho e no Grupo Escolar Faria Sobrinho. Ficou conhecida e respeitada pela sua postura e capacidade profissional, sendo descrita como uma pessoa de personalidade forte, meiga, responsável e dedicada. Distribuiu e recebeu ao longo do tempo que lhe coube em vida, carinho e amizade. Após 28 anos de dedicação, aposentou-se, disseminando em seu caminho de amor, saberes, competências e habilidades na vida daqueles que um dia, poderão partilhar, assim como ela, do seu universo de paixão em ensinar. Preencheu seus anos de aposentadoria com cursos de artes, crochê, culinária e com atos de benemerência. Falecendo aos 63 anos, no dia 16 de junho de 1982.

Inicialmente, a Escola possuía um bloco com seis salas de aula; outro com salas para direção, secretaria e cozinha; além de banheiro feminino e masculino e uma área coberta para o recreio.

No ano de 2004, passou por reformas e ampliação, onde foram criadas: sala de informática, brinquedoteca, sala de professores, banheiro para funcionários e adequação da estrutura já existente.

Em 2005 foi criada a quadra poliesportiva com cobertura e iluminação.

Atualmente, a escola possui: oito salas de aula, banheiro feminino para os estudantes, banheiro masculino para os estudantes, banheiro para funcionários, sala de informática, sala de leitura, que foi inaugurada em 13 de agosto de 2015, sala para biblioteca e orientação, sala para coordenação, almoxarifado, secretaria, direção, sala dos professores, despensa, cozinha, área coberta para lanche e quadra poliesportiva coberta.

1.2 Quadro de Atos

Biografia do Patrono

Em de uma família humilde onde o pai, Caetano Antônio Henrique, era funcionário da Alfândega e a mãe, Osmina Silva Henrique, o ajudava nas despesas lavando roupa para a família Acrísio Guimarães. Nasceu no dia 07 de maio de 1919, uma menina sadia de imensos olhos verdes. Seu nome era Maria José da Silva Henrique. Quarta filha de uma prole de cinco filhas, tinha ainda dois irmãos: um por parte do pai e outro por parte de mãe.

A família de Maria José soube formar-se, solidificar-se e ensinar-lhe valores, mostrando-lhe que apesar das dificuldades econômicas, ela podia ser feliz.

Nascida em uma modesta casa de madeira à Rua Princesa Isabel (atual edifício Nossa Senhora do Rocio) tinha como vizinhos e companheiros de "cozinhado" as crianças da família Pinho e Guimarães, numa época em que laços de amizade e respeito, uniam-se a relações duradouras que marcavam as cidades pequenas do interior.

Tinha como irmãs Ephigênia, Hilda, Eurídice e Regina Helena. Anos mais tarde, Ephigênia ajudou com seu trabalho à máquina de costura, a cuidar e encaminhar aquela criança, sendo na prática, sua segunda mãe. Diante de tanta atenção e carinho, Maria José tornou-se uma pessoa afável e querida e as necessidades materiais nem eram tão percebidas.

Hilda foi trabalhar na Cia telefônica da cidade. Eurídice tornou-se professora e Regina Helena, a filha mais nova da família, também seguiu o mister de ensinar. Quanto aos irmãos Múcio e Sebastião, aquele trabalhava no IBC e este no Cais do Porto. Sua juventude foi tranquila aos moldes dos anos trinta, intermediando canções ao pé do rádio e as conversas das mães sentadas nas cadeiras à calçada enquanto as crianças brincavam e os jovens jogavam bilboquê, diabolô e sete-marias.

Viver em Paranaguá, cidade histórica, plena de vínculos amigos, em que a solidariedade unia as famílias, solidificou na formação do caráter de Maria José, as características que sempre a marcaram: a honradez, a paciência e a ternura em suas ações.

Vieram os estudos na escola de dona Eleusina e, posteriormente, no Grupo Escolar Anexo à Escola Normal Dr. Caetano Munhoz da Rocha, onde mais tarde Maria José formou-se professora. Em 31 de janeiro de 1940, Maria José Silva Henrique, aos 21 anos, foi nomeada para reger uma das classes do grupo escolar da cidade de Rebouças, no interior do Paraná, a mais ou menos 250 km de Paranaguá. Era um estágio probatório à nomeação. Quilômetros vencidos com lentidão e dificuldade serra acima, nos trilhos da, então, Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPSC), lá foi a professorinha pela primeira vez em sua vida percorrer tanta distância. Difícil de ir e vir naqueles tempos!

Em razão disso, ficou então hospedada na casa da família do dentista Germano (o sobrenome perdido no tempo), parentes da amiga Maria Cândida, que também foi nomeada para reger a classe naquela cidade. Lá permaneceu por dois anos, tendo vindo à sua cidade natal somente quatro vezes, nos períodos de férias. Em 10 de fevereiro de 1942, Maria José foi removida para Paranaguá para ser regente de classe na escola isolada fixada na Praça Pires Pardini, como professora normalista - Padrão G - fazendo parte permanente no Quadro de Ensino do Estado do Paraná.

Dona Izaura, que era proprietária de uma casa na esquina da Rua Júlia da Costa com Mestre Leopoldino, alugava uma sala da mesma, fazendo surgir aquela "Escola Isolada Pires Pardini" onde alunos do 1º, 2º, 3º e 4º anos, distribuía-se em filas e recebiam, cada qual, seus despectivos ensinamentos. Tarefa nada fácil, mas desempenhada com galhardia e ternura, qualidade que levou como sua por toda a vida.

Casou-se em 1951 com Evandro Tavares e um ano após, nasceu seu filho Alberto Rafael Tavares Neto (falecido prematuramente em 1997, aos seus 45 anos de idade).

Por algum tempo, ensinou também no Grupo Escolar da Costeira de onde transferiu seu exercício para o Grupo Escolar Faria Sobrinho. Ali, sua carreira floresceu e Maria José ficou conhecida e respeitada pela sua postura e capacidade profissional. Recebeu dos alunos, familiares e colegas todo o carinho e reconhecimento que um ser humano cômico de suas responsabilidades e pleno de dedicação profissional pode esperar.

Após 28 anos de dedicação, estando no nível 15 - símbolo MN4, aposentou-se, deixando disseminado em seu caminho de amor, saberes, competências e habilidades na

vida daqueles que um dia, puderam partilhar com ela o seu universo de paixão: ENSINAR.

De seu único filho Alberto Rafael nasceu sua única descendente - Rafaela. Preencheu seus anos de aposentadoria com cursos de artes, de crochê, de culinária e com atos de benemerência. Meiga e gentil, distribuiu e recebeu ao longo do tempo que lhe coube na vida, carinho e amizade.

A indicação de seu nome para um espaço onde os folguedos, os risos, as canções, as brincadeiras e o aprendizado das crianças borbulham, manterá sempre vivo o nome de Maria José Henrique Tavares. Faleceu no dia 16 de junho de 1982.

1.2.1 Mudanças na estrutura física/e ou mudança de endereço

A Instituição de ensino em questão, não apresentou mudança de endereço até o ano vigente de 2024, mantendo-se no endereço: Rua Claudionor Nascimento s/nº Jardim Santa Rosa, telefone/ fax: (41)3721 1770, na cidade de Paranaguá. A estrutura material também não sofreu alterações, porém, foram feitas trocas no espaço das sala de professores, bem como a sala de Atendimento Educacional Especializado (A.E.E), que estava localizada na parte externa da Instituição, a mesma passou para a sala que era dos professores, e a de professores para a sala de Informática que foi desativada. Sendo assim, não tivemos mas mudanças consideráveis a serem citadas.

1.3 Relação dos Profissionais da Instituição

Equipe Gestora

Direção: Tatiana Santos do Nascimento

Secretária Geral: Fabiana dos Santos

Assistente Administrativo: Denize Dias Alves

Pedagogas Manhã/Tarde: Eliani do Nascimento, Altamira Aparecida Fernandes, Fabiana Bestana Gimenes

Equipe Docente

26-Andressa Matozzo Soares Bonardo

27-Cybelle de Fátima Gomes Pereira

28-Débora Cristina Santos Silva

- 29-Débora de Freitas Matilde Bozi
- 30-Giselle Alves Corrêa
- 31-Glaciele Cristiane de Paula Costa
- 32-Graziela Agostinho da Costa
- 33-Greice Kelly de Lima Alves
- 34-Hilda Aparecida M. da Silva Santos
- 35- Hosana Gonçalves Silva
- 36- Karime Klingelfus Congrossi Moreira
- 37- Keli de Árcega Mendes
- 38- Luanda Carolina Falavine
- 39- Marco Antônio Alexandrino da Silva
- 40- Maria Aparecida da Silveira Dalago
- 41- Maria Cristina Bezerra Pereira
- 42- Marileuza Alves Constantino de Freitas
- 43- Neucili Cunha da Silva
- 44- Roberta Cardozo Colodel Modesto
- 45- Rosimere César de Araújo do Carmo
- 46- Sandra Moreira Norberto
- 47- Silvana Ferreira Pereira
- 48- Simone dos Santos Alves
- 49-Vanessa Mattozo Soares
- 50- Karime Klingelfus Congrossi Moreira

1.3.1 Nível de Escolaridade

FUNCIONÁRIO	FORMAÇÃO INICIAL	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Tatiana dos Santos do Nascimento	Ensino Médio	Pedagogia	
Altamira Aparecida Fernandes	Ensino Médio	Pedagogia	Psicopedagogia
Eliani do Nascimento	Ensino Médio	Pedagogia	Psicopedagogia
Fabiana Bestana Gimenes	Magistério	Pedagogia	
Fabiana dos Santos	Magistério	História	História
Andressa Matozzo Soares Bonardo	Magistério	Pedagogia	

Cybele de Fátima Gomes Pereira	Magistério	Pedagogia (inc.)	
Débora Cristina Santos Silva	Magistério	Letras Port./Inglês	
Débora de Freitas Matilde Bozi	Magistério	Pedagogia	
Giselle Alves Corrêa	Magistério	História	
Glaciele Cristiane de Paula Costa	Magistério		
Graziela Agostinho da Costa	Ensino Médio	Letras inglês	Educação Especial
Greice Kelly de Lima Alves	Magistério	Pedagogia	Gestão escolar
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	Magistério	Matemática	Supervisão Escolar
Hosana Gonçalves Silva	Magistério	Pedagogia	Alfabetização e Linguagem
Keli de Árcega Mendes	Magistério	Pedagogia	Psicopedagogia
Luanda Carolina Falavine	Magistério	Pedagogia	
Marco Antônio Alexandrino da Silva	Ensino Médio	Educação Física	
Maria Aparecida da S. Dalago			
Maria Cristina Bezerra Pereira	Magistério	Pedagogia	Neuropsicopedagogia
Marileuza Alves	Magistério	Pedagogia	
Constantino de Freitas			
Neucili Cunha da Silva	Magistério	Pedagogia	
Roberta Cardozo Colodel Modesto	Ensino Médio	Pedagogia	
Rosimere César de Araújo do Carmo	Magistério	Pedagogia	Supervisão Escolar
Sandra Moreira Norberto	Magistério	Pedagogia	Gestão Escolar
Silvana Ferreira Pereira	Magistério	Pedagogia	
Simone dos Santos Alves	Magistério	Pedagogia	Educação Especial
Vanessa Mattozo Soares	Magistério	Pedagogia	
Karime Klingelfus	Magistério	Pedagogia	Mestrado
Congrossi Moreira			

1.3.2 Cargos, funções e vínculo empregatício

FUNCIONÁRIO

FUNÇ

Tatiana Santos do Nascimento	Dire
Altamira Aparecida Fernandes	Pedaq Coorde
Eliani do Nascimento	Pedaq Coorde
Fabiana Bestana Gimenes	Pedaq Orienta
Fabiana dos Santos	Secre Ger
Denize Dias Alves	Secre Adminis
Andressa Matozzo Soares Bonardo	Profe
Cybelle de Fátima Gomes Pereira	Profe
Débora Cristina Santos Silva	Profe
Débora de Freitas Matilde Bozi	Profe
Giselle Alves Corrêa	Profe
Glaciele Cristiane de Paula Costa	Profe
Graziela Agostinho da Costa	Profe
Greice Kelly de Lima Alves	Profe
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	Profe
Hosana Gonçalves Silva	Profe

Keli de Árcega Mendes		Profe
Luanda Carolina Falavine		Profe
Marco Antônio Alexandrino da Silva	Ensino Médio	Profe
Maria Aparecida da S. Dalago		
Maria Cristina Bezerra Pereira		Profe
Marileuza Alves Constantino de Freitas		Profe
Neucili Cunha da Silva		Profe
Roberta Cardozo Colodel Modesto		Profe
Rosimere César de Araújo do Carmo		Profe
Sandra Moreira Norberto		Profe
Silvana Ferreira Pereira		Profe
Simone dos Santos Alves		Profe
Vanessa Mattozo Soares		Profe
Karime Klingelfus Congrossi Moreira		Profe

FUNCIONÁRIO	PADRÃO
Andressa Matozzo Soares Bonardo	1

Cybelle de Fátima Gomes Pereira	2
Débora Cristina Santos Silva	2
Débora de Freitas Matilde Bozi	2
Giselle Alves Corrêa	2
Glaciele Cristiane de Paula Costa	1
Graziela Agostinho da Costa	1
Greice Kelly de Lima Alves	2
Hilda Aparecida M. da Silva Santos	1
Hosana Gonçalves Silva	2
Keli de Árcega Mendes	2
Luanda Carolina Falavine	1
Marco Antônio Alexandrino da Silva	1
Maria Aparecida da Silveira Dalago	1
Maria Cristina Bezerra PereiraMagistério	2
Marileuza Alves Constantino de Freitas	2
Neucili Cunha da Silva	1
Roberta Cardozo Colodel Modesto	1
Rosimere Cézar de Araújo do Carmo	1
Sandra Moreira Norberto	1
Silvana Ferreira Pereira	1
Simone dos Santos Alves	2
Vanessa Mattozo Soares	1
Karime Klingelfus Congrossi Moreira	2

1.4 Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar

A escola atende uma comunidade formada por uma diversidade cultural plural, em que é possível observar crianças de todos os níveis sociais.

Os pais, em uma parcela considerável, têm uma presença ativa nas atividades desenvolvidas pela escola, mantendo uma relação estreita com a Instituição, demonstrando compromisso assumido com a relação escolar de seus filhos. É certo que exceções existem, mas a escola preza por cativar todos os que estão afastados, conscientizando-os da sua importância enquanto membros ativos da escola e da comunidade.

A escola encontra-se no bairro Jardim Santa Rosa, próximo à Avenida Prefeito Roque Vernalha, à Rodovia Ayrton Senna (BR277) e à linha férrea. É um bairro residencial, com pequenos comércios, supermercados, farmácias, posto de combustível, chácaras, uma fábrica de café e uma escola de samba. Considerado um bairro central, engloba os mais diversos níveis de renda, com alguns locais que apresentam problemas de violência, com problemas que atingem certa parcela de alunos e ex-alunos da escola.

Fazendo um levantamento da ficha de matrícula dos alunos, observou-se um percentual de aproximadamente 50% dos pais que declararam ter Ensino Médio, porém boa parcela dos pais não preenche esse campo no ato da matrícula. E uma parcela de, aproximadamente, 5% dos pais declarou ter cursado ou estar cursando o Ensino Superior.

Durante a realização de reuniões de pais é comum ver mães que ainda são donas de casa e muitos outros que são avós ou tios, que acabam sendo responsáveis pelas crianças, em vista do trabalho dos pais. Mas, a escola não possui dados sobre esse assunto.

Existem muitos armazéns nas imediações da escola o que causa um grande fluxo de caminhões na rua em frente à escola e nas que circundam a instituição.

A linha 1 corresponde a classe considerada Classe Alta (sem risco) 47%

A linha 2 corresponde a classe considerada Classe Baixa (vulnerável) 13%

A linha 3 corresponde a Classe Média

(não vulnerável) 17%

A linha 4 corresponde a Classe Média baixa (não vulnerável) 23%

1.5 Contextualização das condições física e materiais

A gestão dos recursos dentro da escola é definida de acordo com os planejamentos, objetivos e metas.

Os recursos humanos são prioritariamente definidos pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, e SEMEDI Secretaria Municipal de Educação, professores e funcionários administrativos e de apoio são lotados nesta Secretaria. Dentro da escola cabe ao gestor administrar os funcionários de forma eficaz, zelando pelos direitos e deveres de todos, independentemente de sua função.

Os recursos físicos, materiais e financeiros, provenientes de várias origens (Prefeitura, PDDE, doações), são administrados pela equipe gestora juntamente com Conselho Escolar e a APMF.

A escola apresenta um espaço físico condizente a sua necessidade, porém não tem adaptações de rampa ou apoiadores nos banheiro de alunos e ou/ funcionários para pessoas com Deficiência Física, as salas de aula atendem a demanda dos alunos dos períodos matutino e vespertino, bem como a parte material da escola estruturada de acordo com o ano/série que são oferecidas as respectivas matrículas. Os espaços como banheiros , e algumas salas necessitam de reformas e pinturas, programadas para o ano de 2024/2025.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardados as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes

Atualmente, a escola possui: oito salas de aula, banheiro feminino para os estudantes, banheiro masculino para os estudantes, banheiro para funcionários, sala de leitura, que foi inaugurada em 13 de agosto de 2015, sala para biblioteca e orientação, sala para coordenação, almoxarifado, secretaria, direção, sala dos professores, despensa, cozinha, área coberta para lanche e quadra poliesportiva coberta.

1.6 Regime de Horários e Funcionamentos

A escola atende em Período Regular Matutino no horário de entrada das 7:30h, ao horário de saída às 11:30h e

Período Regular Vespertino no horário de entrada das 13:30h, ao horário de saída às 17:30h. A escola funciona em regime parcial, devido à procura de vagas pelos moradores locais e a falta de salas, não foi possível transformar em Ensino Integral, pois acarretaria na diminuição de vagas, para que se desenvolvesse um Ensino Integral de qualidade. Atualmente, a escola funciona com os seguintes horários e períodos:

1.6.1 Quantitativos de Turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas

A escola atende 15 turmas ao total dos dois períodos, sendo 08 turmas no matutino, e 07 turmas no vespertino

Turmas atendidas no Período Matutino

3° Ano A/3° Ano B/3° Ano C

4° Ano A/4°Ano B

5°Ano A/5°Ano B/5° Ano C

Turmas atendidas no Período Vespertino

1°Ano A/1° Ano B/1° Ano C/1° Ano D

2° Ano A/2°aNO B/2°Ano C

1.6.2 Critérios de Distribuição de Turmas

A disponibilidade usada como critério para a distribuição de turmas, levou em consideração, o número de salas disponíveis, o número de crianças com ingresso ao 1° Ano advindas dos CMEIS localizados no entorno da escola, e a necessidade de matrículas relacionadas ao atendimento a essa comunidade escola.

1.6.3 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma.

Turmas atendidas no Período Matutino

3°Ano A total 17

3°Ano B total 17

3°Ano C total 18

4°Ano A total 18

4°Ano B total 21

5°Ano A total 16

5°Ano B total 18

5°Ano C total 18

Turmas atendidas no Período Vespertino

1°Ano A total 18

1°Ano B total 17

1°Ano C total 18

1°Ano D total 17

2°Ano A total 17

2ºAno B total 17

2ºAno C total 17

1.6.4 Projetos Próprios das Instituições, e oferecidos pela mantenedora:

NOME DO PROJETO: Projeto Porto Escola

JUSTIFICATIVA: Projeto extracurricular.

PÚBLICO: Alunos matriculados no 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Semestral.

CARGA HORÁRIA DESTINADA: 4 horas

RESPONSÁVEIS: Coordenação educacional.

DISCIPLINA(s) ENVOLVIDA(s): Projeto Multidisciplinar

DESENVOLVIMENTO: Realização 2024, os alunos participarão de passeios pelo porto, compreendendo as normas de segurança em caso de acidentes ambientais e as providências que estão sendo tomadas pela APPA para conservação e revitalização do entorno do porto e das vias de acesso.

AValiação: Envio dos desenhos para o concurso realizado pelo porto, com premiação.

NOME DO PROJETO: Projeto A Escola e a Família (SEFE) – Família na Escola

JUSTIFICATIVA: Projeto extracurricular.

PÚBLICO: Familiares dos alunos matriculados do 1º ao 5º ano.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Encontro semestral. CARGA HORÁRIA DESTINADA: 4 horas RESPONSÁVEIS: Orientação educacional.

DISCIPLINA(s) ENVOLVIDA(s): Projeto Multidisciplinar

DESENVOLVIMENTO: Realização 2024, as famílias passam o dia na escola, conforme o período de matrícula do estudante e nesse dia são desenvolvidas atividades que requer a participação da família ou responsável com a respectiva criança. A aplicação é realizada pelos professores de cada turma, vistada e aprovada pela coordenação pedagógica e gestora.

1.6.5 Quadro de horários da equipe docente e hora atividade

Turmas Matutinas

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º A	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA		
L. PORTUGUESA	CIÊNCIAS - (07:30 - 08:10)	MATEMÁTICA	ARTE - (07:30 - 08:10)		
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)	MATEMÁTICA	ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA (08:50 - 09:20 / 09:40 - 10:40)	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA		
L. PORTUGUESA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º B	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA		
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)	ARTE - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA		
L. PORTUGUESA	CIÊNCIAS - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA		
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)	HISTÓRIA		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 3º C	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA		
GEOGRAFIA	ARTE - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA		
GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA		
HISTÓRIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA	INGLÊS - (10:00 - 10:40)		
HISTÓRIA	CIÊNCIAS - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:40 - 11:20)		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

		GRADE DE AULAS		TURMA: 4º A	HORÁRIO: 07:30
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA		
ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	ED. FÍSICA - (07:30 - 08:10)		
INGLÊS - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA		
CIÊNCIAS - (08:50 - 09:20 / 09:40 - 10:40)	L. PORTUGUESA		L. PORTUGUESA		
ARTE - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	HISTÓRIA		
		HISTÓRIA	INGLÊS - (10:40 - 11:20)		

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 4º B** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (07:30 - 08:10)
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	INGLÊS - (08:10 - 08:50)	CIÊNCIAS - (08:10 - 09:20 / 09:40 - 10:05)
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)
L. PORTUGUESA	ED. FÍSICA - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	ARTE - (10:40 - 11:20)

RECREIO: 09:20 - 09:40h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º A** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
MATEMÁTICA	INGLÊS - (07:30 - 08:10)	INGLÊS - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA
ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)	ED. FÍSICA - (10:05 - 10:40)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	ARTE - (10:40 - 11:20)	HISTÓRIA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º B** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
ARTE - (07:30 - 08:10)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA
ED. FÍSICA - (08:10 - 08:50)	L. PORTUGUESA	GEOGRAFIA	INGLÊS - (08:10 - 08:50)
MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	L. PORTUGUESA
INGLÊS - (10:40 - 11:20)	L. PORTUGUESA	HISTÓRIA	MATEMÁTICA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES" E.F
GRADE DE AULAS **TURMA: 5º C** **HORÁRIO: 07:30**

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
INGLÊS - (07:30 - 08:10)	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA
MATEMÁTICA	GEOGRAFIA	L. PORTUGUESA	L. PORTUGUESA
ARTE - (10:05 -	HISTÓRIA	INGLÊS - (10:05 -	L. PORTUGUESA

10:40)

ED. FÍSICA - (10:40 - 11:20) HISTÓRIA

10:40)

MATEMÁTICA L. PORTUGUESA

RECREIO: 09:45 - 10:05h.

1.6.6 Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos, em áreas verdes e recreio dirigido

A escola não dispõe de áreas verde para recreação, apenas um corredor lateral com gramado, mas que não comporta atividades porque está localizado ao lado das salas de aula, e o espaço é pequeno. Também não temos intervalo com atividades dirigidas, devido a não ter estagiários da área pedagógico que possam auxiliar a Orientação que atende outras demandas durante os 20 min de intervalo, bem como a questão de acidentes, ligações referentes a saúde das crianças, e ocorrências em sala de aula.

1.6.7 Plano de atendimento emergencial

Este PAE tem como objetivo orientar os funcionários da Instituição e equipes responsáveis pelo atendimento a emergências, como agir de forma a ser definindo as primeiras ações a serem adotadas em caso de algum acontecimentos que requeram uma ação emergencial, e os recursos humanos e materiais disponíveis a serem usado na contenção de uma possível situação de risco para as pessoas presentes.

Lei nº 18.424, de 08 de janeiro de 2015, alterada pela Lei nº 20.863, de 07 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 4.587, de 13 de julho de 2016. É uma parceria entre a Coordenadora Estadual da Defesa Civil do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação e Secretaria do Estado da Segurança Pública por Meio do Corpo de Bombeiros.

1.7 Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR



PREFEITURA DE
PARANAGUÁ
CIDADE MÁX DO PARANÁ

2024



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

LEGENDA	
	FÉRIAS
	INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE
	FORMAÇÃO CONTINUADA
	PLANEJAMENTO
	REFORMULAÇÃO PPP
	PRÉ - CONSELHO
	CONSELHO DE CLASSE
	PÓS - CONSELHO
	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
	RECESSO ESCOLAR

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
MAI	01 DIA DO TRABALHO
	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05	- 66 dias
2º Trimestre - 20/05 a 30/08	- 61 dias
3º Trimestre - 02/09 a 18/12	- 74 dias

Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil
 Calendário Aprovado pelo COMED - PGM - Deliberação nº 01/2023
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

1.8 Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar

As reuniões da APMF e Conselho Escolar estão agendadas para as seguintes datas conforme cronograma abaixo:

CONSELHO ESCOLAR	MÊS	DIA	ANO	APMF	MÊS	DIA	ANO
1º TRIMESTRE	Abril	15	2024	1º TRIMESTRE	Abril	15	2024
2º TRIMESTRE	Julho	31	2024	2º TRIMESTRE	Julho	31	2024
3º TRIMESTRE	Outubro	4	2024	3º TRIMESTRE	Outubro	4	2024

1.9 Calendário da Prestação de Contas

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
Anexo 1A Diagnóstico de Necessidades do Setor Pedagógico	19/02 a 22/02	Instituição/Docentes
Anexo 1B Diagnóstico de Necessidades do Setor Administrativo	19/02 a 22/02	Instituição/Docentes
Anexo 1C Diagnóstico de Necessidades do Setor Serviços Gerais	19/02 a 22/02	Instituição/Docentes
Anexo 2 Levantamento das Necessidades por Setor e Análise de Sugestão de Compras	04/03 a 14/03	Instituição/Docentes
Anexo 4 Aprovação das Prioridades (com registro em ata)	18/03 a 19/03	Instituição/APMF e Conselho Escolar
Entrega de cópia impressa Apenas do Anexo 4 (com assinatura do protocolo)	20/03 a 22/03	SEMEDI

2 Concepções

2.1 Concepções de Sociedade

Uma sociedade é um agrupamento humano, em determinado recorte espacial e temporal, regido por normas comuns, culturais e/ou escritas, e unido pela consciência de pertencimento. Para WEBER as ideias, as crenças e os valores são os principais catalisadores das mudanças sociais. Ele acreditava que os indivíduos dispunham de

liberdade para agir e modificar a sua realidade. A ação social seria, portanto, qualquer ação que possuísse um sentido e uma finalidade determinados por seu autor.

"Entre os grandes pensadores da Sociologia, Max Weber (1864-1920) é considerado um dos autores mais influentes. Seus trabalhos possuem enorme abrangência de assuntos e voltam-se para áreas do pensamento político, do Direito, da História e da Economia. Essa característica acabou tornando-se altamente valorosa por razões aparentes: o mundo social está em contato direto com todos esses ramos aos quais Weber dedicou seus trabalhos." Veja mais sobre "Introdução à teoria de Max Weber" (<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/introducao-teoria-max-weber.htm>.)

2.1.1 Fundamentação Teórica

A dialética propõe um método de pensamento que é baseado nas contradições entre a unidade e multiplicidade, o singular e o universal e o movimento da imobilidade.

Pensando assim, a escola não detém todos os conhecimentos, será através das práticas pedagógicas que os saberes universais serão apropriados pelos alunos, num sistema onde não só o aluno aprende e, sim, todos compartilham suas informações, suas ideias, tudo aquilo que será necessário para que haja realmente uma transformação positiva na sociedade, pois não se pretende que os alunos apenas decorem ou gravem conhecimentos e definições, mas compreendam a construção desse conhecimento e como cada um pode colaborar para que as futuras gerações também possam usufruir desse contexto. De acordo com Saviani (2003) compreende-se que a educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes.

A necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (SAVIANI, 2003, p. 93).

A educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros

cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes. As relações devem ser baseadas na ética, enfocada numa responsabilidade social, onde todas as ações realizadas sempre visam o bem comum e a transformação da sociedade.

2.1.2 Diretos Humanos

Os Direitos Humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. O Direitos Humanos reage o modo como individualmente vivemos entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que ele tem em relação a eles. Os Direitos Humanos são Universais o que quer dizer que são aplicáveis de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São considerados então como direitos alienáveis e ninguém pode ser privado dele porque estão constituídos em Lei.

Preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade. (UNICEF, 2004, p. 41)

2.1.3 Política de inclusão

A adaptação / flexibilização curricular configura-se nas modificações realizadas no fazer pedagógico, poucas ou variadas, identificando e removendo questões que impedem a aprendizagem e a participação dos alunos, que, por algum motivo, apresentam dificuldades no processo ensino e aprendizagem. Essa adaptação curricular deve ser realizada através do planejamento dos professores regente e coregente, em parceria com o professor de apoio e de atendimento educacional especializado mantendo o conteúdo ano/série, porém com uma didática diferenciada na aplicação e na forma de desenvolvimento com o estudante em sala de aula.

A sala de Recursos Multifunção adaptação / flexibilização curricular configura-se nas modificações realizadas no fazer pedagógico, poucas ou variadas, identificando e removendo questões que impedem a aprendizagem e a participação dos alunos, que, por algum motivo, apresentam dificuldades no processo ensino e aprendizagem. Essa adaptação curricular deve ser realizada através do planejamento dos professores regente e coregente, em parceria com o professor de apoio e de atendimento educacional especializado mantendo o conteúdo ano/série, porém com uma didática diferenciada na aplicação e na forma de desenvolvimento com o estudante em sala de aula nacionais deve ser oportunista a identificação das necessidades especiais dos estudantes, auxiliando os

docentes na elaboração avaliativa referente ao processo de aquisição de conhecimento, realizando o apontamento da necessidade de Encaminhamento para o Centro Municipal de Educação Especializada C.M.A.E.

Através da parceria com a Instituição (ESCOLA) oferecerem e realizarem o apoio pedagógico e a acessibilidade de conhecimento e garantia dos Direitos de Aprendizagem, bem como a inclusão do estudante em sala de aula, de forma específica, construída através do plano de ação individual/coletivo (adaptação curricular) e do acompanhamento da profissional destinada a este atendimento.

O espaço reservado a sala de desenvolvimento do trabalho deve ser acolhedora e própria, oportunizando o uso de materiais diferenciados e direcionados a estimular a valorização do ambiente e o processo de ensino dos estudantes durante esse tempo de estudo e acompanhamento.

Essas ações estão diretamente ligadas ao planejamento e execução dos componentes curriculares, englobando os conteúdos programáticos, os objetivos, a sequência temporal, as metodologias de ensino e a avaliação destinado ao processo regular de ensino.

Procedimentos de intervenção pedagógica: recuperação e reclassificação de estudos. A recuperação de estudos sempre acontecerá paralelamente às avaliações do processo ensino e aprendizagem, independentemente do nível de aprendizado do aluno, abrangendo 100% do conteúdo trabalhado no trimestre. Desta forma, todos os alunos, terão direito de realizar a mesma, prevalecendo à nota maior sobre a menor. Sendo obrigatório o seu registro em livro próprio (Livro Registro de Classe). O estudante também terá direito se necessário a reclassificação de estudos a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desempenho do que registre seu histórico. Quando houver dificuldades de aprendizagem para atingir os objetivos da educação escolar, é necessário que haja ajustes no processo de ensino, o currículo deve ser flexibilizado e permitir adaptações durante o ano letivo.

A escola, equipe pedagógica e professores, terão autonomia para formular, programar e dar continuidade às adaptações curriculares, elaborando estratégias e ações que facilitem a aprendizagem, sendo eficazes para o aluno que se encontra com dificuldades.

O conceito de diversidade permite-nos afirmar que os alunos têm necessidades educacionais próprias e específicas, requerendo atenções pedagógicas individuais, para terem acesso às experiências de aprendizagem proporcionadas pela escola e à apropriação/construção de conhecimentos.

Os conteúdos ainda poderão ser flexibilizados observando a complexidade das atividades, eliminando alguns componentes da cadeia que constitui determinadas atividades, adaptando e selecionando materiais específicos, além de ajustes de ações que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem.

Para que a adaptação / flexibilização escolar aconteça é necessário que os educadores repensem suas atividades educativas, removam as barreiras para a aprendizagem, garantam a todos o sucesso na aprendizagem e assegurem os meios e as respostas educativas para progredir no sistema educacional ano/série.

A instituição tem disponível uma Sala de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado A.E.E. Esse atendimento tem como objetivo, identificar e diagnosticar a aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, com a finalidade de apontar o encaminhamento dos que precisam de Avaliação Médica, devido a apresentarem dificuldades que vão além da defasagem de conteúdos ou pedagógicas. Sua meta é sanar e orientar a equipe escolar gestora e docente de como desenvolver as habilidades nos alunos com Diagnóstico e Laudo, garantindo que os Direitos de Aprendizagem sejam cumpridos, conforme cita as Leis que resguardam a Educação Inclusiva. As formações são ministradas durante o ano letivo, pela Secretaria de Educação, e os Órgãos a que competem a Educação Especial, bem como de forma individual pelos professores de Apoio. Os estudantes de Inclusão com Laudo são acompanhados através da Adaptação Curricular trimestral, bem como os apontamentos daqueles que apresentam dificuldades, são feitos a sala de A.E.E, para passarem pela triagem avaliativa e encaminhamento ao Centro Municipal de Avaliação Educacional CMAE. As famílias são conduzidas até a instituição, e passam pela entrevista familiar com o pedagogo Orientador, e o mesmo registra em ata a aceitação ou negação da família em relação a Avaliação de Triagem, bem como o encaminhamento do estudante ao CMAE.

LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

LEI 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

LEI No 13.146, de 6 de julho de 2015, é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e promover, em igualdade de condições com demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão.
Pode-se dizer que o termo inclusão vem sendo usado com muita

frequência nos últimos anos no conjunto das políticas públicas existentes no Brasil. Alguns autores, dentre os quais Frigotto (1989) e Fonseca (2014) aludem ao tema baseando-se não somente no sujeito, mas também no contexto social.

2.2 Concepção de Educação

Concebe-se a educação como elemento propiciador de conhecimento sobre a realidade, pelo debruçar-se sobre ela, a fim de extrair contextos significativos para a formação humana. Educação é uma prática social que visa o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. A educação é um direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento humano por meio do processo de ensino e aprendizagem.

Art 22 da LDB, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A instituição escolar tem assim a possibilidade de associar-se à vida, de tornar-se uma segunda morada da criança, onde ela aprende através da experiência directa, em vez de ser apenas um local onde decora lições, tendo em vista, numa perspectiva algo abstracta e remota, uma hipotética vivência futura. Isto é, a escola tem a oportunidade de se converter numa comunidade em miniatura, uma sociedade embrionária (DEWEY, 2002, p.26).

2.2.1 Fundamentação Teórica

Os princípios de aprendizagem mais importantes, incluem a relevância, a atenção, a motivação, a prática e a transferência. Compreender e aplicar esses princípios é essencial para criar ambientes de aprendizagem eficazes e promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Podemos citar como os mais importantes teóricos para a educação, Paulo Freire a Levy Vygostsky, de Maria Montessori a Jean Piaget, de Auguste Comte a Emilia Ferreiro. A escola compreende a educação como transformadora, oportunizadora de possibilidades da própria construção do ser que se educa, um ato de amor, po isso, um ato de coragem.

” A educação, qualquer que seja ela, é sempre — Pedagogia da Autonomia, 1996. 13 – “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

2.2.2 Concepção de Infância e Criança Escola

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), "as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio".

É na infância que a criança inicia sua participação numa nova realidade, além do seu contexto social, passa a ser um aluno, pertencente a uma comunidade escolar. A criança enfrentará diversas transformações ao longo do caminho, questões biológicas, psicológicas, sociais e emocionais que fazem parte do seu desenvolvimento humano, tudo isso atrelado a sua vida como discente. Em certo momento deixará de ser criança e passará a ser visto como adolescente.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é o período que se estende dos 10 aos 19 anos de idade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente define a adolescência como o período compreendido entre os 12 e os 18 anos de idade.

Pesquisas recentes no campo da neurociência demonstram que nem só os hormônios são os culpados pelo comportamento explosivo dos adolescentes. Não apenas o corpo, mas a mente e o cérebro passam por uma reorganização funcional nessa fase. É na adolescência que o ser humano adquire a capacidade de pensar e raciocinar além dos limites do próprio mundo e das realidades próximas. O pensamento ultrapassa o tempo presente e torna-se capaz de elaborar teorias acerca de tudo. Passa a orientar seus interesses para o futuro, para os grandes ideais a serem atingidos e para a elaboração de hipóteses. O pensamento torna-se independente da representação e de imagens e passa a operar com conceitos abstratos, cujo conteúdo não é representável de forma concreta. Durante a adolescência, amplia-se a participação social, a popularidade entre os colegas adquire um significado especial para a maioria dos adolescentes, por isso a competência social e a valorização e aceitação pelos amigos contribui para a autoestima. As mudanças cognitivas que ocorrem nessa fase afetam a forma como pensam sobre si mesmo e sobre os demais, bem como as normas e regulamentos familiares, chegando a questioná-las. Além disso, como desenvolvem a capacidade para diferenciar o real do imaginário, passam a criar alternativas para o funcionamento da própria família, apresentam argumentos mais sólidos e convincentes em suas discussões familiares, o que significa um claro questionamento da autoridade dos pais e dos professores.

A escola entra aqui como mediadora nesse conflito, procurando manter o interesse nas aulas e, ao mesmo tempo, garantindo que sejam respeitados o seu modo de agir e pensar.

É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar.

É a melhor maneira de por ela lutar é viver-la em nossa prática”.

(FREIRE, 2017, p. 18).

2.2.3 Articulação entre cuidar e educar

Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser humano não ocorre em momentos e de maneira compartimentada. Portanto, na Educação Infantil, o ato de cuidar e educar são indissociáveis. Não tem como separar essas duas ações.

O acesso a educação pré-escolar (entendido como vagas em creches e pré-escolas) é, pois, direito dos cidadãos e cidadãs de 0 a 6 anos, de todas as classes sociais, sendo dever do Estado assegurá-la, para que a educação possa ser verdadeiramente adjetivada como democrática. [...] Os direitos conquistados precisam ser concretizados (KRAMER, 2006, p. 123).

Quando se trata da articulação da Educação Infantil e O Ensino Fundamental, é importante considerar algumas especificidades, uma vez que cabem aos profissionais da educação escolar levantar possibilidades de diálogos com estas duas etapas da Educação, que apresentam suas peculiaridades educacionais. Educação infantil e ensino fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, os acolhimentos estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. Educador e educandos (liderança e massas), co intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento.

Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento. Paulo Freire:(2005, p.64).

2.2.4 Concepção de jovem e idoso

A concepção de jovem compreende a fase da vida compreendida entre a infância e a vida adulta. Conjunto de pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Nesse sentido, a **juventude**, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências. A juventude é a fase da vida de um ser humano mais marcada pelas ambivalências e pelas contradições psicossociais, caracterizadas também por ser uma fase para sentir os reflexos da sociedade.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. — A importância do ato de ler: em três artigos que se completam, Paulo Freire:1989.

2.2.5 Transição da Educação Infantil para Ensino Fundamental

A articulação da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental deve acontecer de forma harmônica, baseada em planejamentos flexíveis que envolvam na didática de aplicação das aulas, jogos, imaginação, expressões e linguagens. Essas atividades contribuem para a vida afetiva e intelectual do estudante durante essa transição, desenvolvendo a segurança e o equilíbrio no decorrer dos anos escolares, sendo, portanto, de suma importância a aplicação do modelo nas práticas educacionais de transição de série/ano da Educação Infantil para o Ensino fundamental, criando assim os alicerces que vão formar a personalidade educacional do estudante.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. — Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire:1996.

2.2.6 Transição dos anos Iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

A articulação entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental deve estar organizada com base no diálogo, elencando as dificuldades e salientando os

encaminhamentos que foram realizados, assegurando, desta forma, a continuidade do processo educacional. Preparar ações referentes aos dados observados em parceria com as duas etapas de ensino, levando em consideração a passagem do 5º para o 6º ano e o contato direto entre as instituições de ensino.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”. — Educação e mudança, Paulo Freire 1979.

2.2.7 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade transversal, atendimento Educacional Especializado e Atendimento Domiciliar)

A educação Inclusiva é a educação especial na escola regular permitem a convivência e a integração social dos alunos com deficiência ou (atípicos), favorecendo a diversidade e a inclusão. Trabalhar essa inclusão significa criar um ambiente que esteja totalmente adequado às necessidades dos estudantes e isso inclui as adaptações arquitetônicas e funcionais.

A principal diferença entre educação especial e inclusiva é que enquanto o público-alvo da primeira é limitado, voltado para pessoas com deficiência, a segunda abordagem reconhece que todos são diferentes dentro do ambiente escolar.

O acesso é garantido em leis, porém, a permanência mediante a uma qualidade de ensino e aprendizagem torna-se fundamental na efetivação da inclusão de alunos com deficiência. A acessibilidade em sala de aula é outro tema sensível e que merece uma atenção especial das instituições escolares, para que todos possam usufruir dos seus direitos independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, entre outras.

A Instituição oferece uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) com espaço específico onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes público-alvo da educação especial, e aqueles que necessitam ser avaliados para encaminhamento ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado. As SRM contam com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização desses estudantes. É importante ressaltar que tais dispositivos podem ser construídos pela própria equipe pedagógica, com o objetivo de eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos no ambiente escolar e demais espaços de sociabilidade.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças

A Instituição também oferece o serviço destinado a viabilizar a educação escolar de alunos com necessidade educacionais especiais que estejam impossibilitados de frequentar as aulas, em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio. A escola disponibiliza um professor para administrar as aulas a domicílio, de duas as três vezes por semana, conforme possibilidade e organização da família, para que o aluno possa concluir suas horas de estudo conforme legislação.

Lei 2401/19 - Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2.2.8 Educação para as relações étnico-raciais

A diversidade étnico-racial é uma miscigenação de várias raças, representadas pelo movimento do povo negro, através de suas raízes reconhecendo de forma positiva a sua cultura afrodescendente, e a sua valorização nos diversos segmentos da sociedade.

A etnia é definida como genealogia, costumes e tradições compartilhadas, seja real ou afirmada. As raças seriam distinguidas pelas características fenotípicas, como cor da pele, do cabelo e dos olhos. Também pela etnia e o pertencimento a um grupo social.

A importância desse tema na educação, está relacionado a socialização e visibilidade das culturas indígenas e africanas no espaço das instituições de ensino, valorizando as identidades presentes nas escolas, e preparando os educadores para identificar e tratar questões relacionadas a discriminação, a diversidade, desta forma, promovendo debates, troca de opiniões, diálogo e construção de pensamentos em relação a questão étnico-racial.

A escola desenvolve o tema na semana da Consciência Negra, abordando todas essas questões raciais e de diversidades culturais, fazendo a exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em sala de aula.

"Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário. “Nelson, vencedor do Nobel da Paz em 1993, líder ativista na luta contra o apartheid na África do Sul, país onde se tornou

2.2.9 Concepção do Ensino Integral

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A educação em tempo integral nas escolas é um modelo que amplia o período de permanência dos alunos, oferecendo auxílio pedagógico específico e uma variedade de atividades extracurriculares, além das aulas tradicionais. Ela busca garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe a construção permanente de um projeto educativo compartilhado por gestores, professores, estudantes, famílias e comunidades locais. Essa Instituição de Ensino não oferece a Modalidade de Educação Integral.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo,
humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes
brincando de matar gente, ofendendo a vida,
destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a
educação sozinha não transformar a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda. transformar a
sociedade, sem ela tampouco a sociedade
muda. Paulo Freire Pedagogia da indignação: Cartas
pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora
Unesp, 2000.

2.2.10 Ações de Monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

A ações de monitoramento da busca ativa escolar das crianças nesta instituição, acontece através da estratégia de articulação de metodologia social, que corresponde ao acionamento dos pais ou responsáveis, em caso de não comparecimento na instituição, apontamento/encaminhamento ao Conselho Tutelar com relatório e registro em ata, e

também por ferramenta tecnológica, de inserção no sistema SERP- Sistema Educacional da Rede de Proteção para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (**PCA**E). O sistema de forma on-line, eliminando as fichas físicas. assim, permite o planejamento cuidadoso do retorno de crianças e adolescentes à escola, por meio de ações intersectoriais e do acompanhamento da permanência do(a) estudante por um ano após seu retorno.

Além da repetência e abandono escolar, existem outros aspectos que revelam o funcionamento inadequado das instituições, tais como, a agressividade, a violência e a delinquência em assegurar igualdade de oportunidades para todos à uma educação transformadora.

Para evitar a evasão escolar de forma efetiva, é essencial identificar as causas da infrequência escolar dos alunos, estabelecendo estratégias personalizadas, a fim de fortalecer o relacionamento com os alunos e das famílias, investindo em qualificação docente e, criando um ambiente acolhedor e inclusivo na escola. A escola se baseia em ferramentas como: Mapear a identidade da comunidade escolar, identificar taxas de abandono, realizar a convocação dos responsáveis para esclarecimentos de infrequência escolar, registros em ata, visitas domiciliares, acompanhamento da frequência do aluno, e principalmente manter uma comunicação eficiente com as famílias.

Entender as causas da evasão é fundamental para encontrar as soluções para o problema. Contudo, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto à escola e à comunidade da qual ele faz parte (DORE, LÜSCHER, 2011).

2.2.11. Instrumentos de registro de prevenção ao abandono escolar e evasão

A Instituição faz o registro de prevenção do abandono escolar, através do relatório de encaminhamento ao Conselho Tutelar, após a Convocação e Chamada dos pais ou responsáveis ao comparecimento na escola para justificativa da infrequência escolar do estudante não ter sido justificada, ou pelo não comparecimento dos mesmos, executando seu com em ata.

Quando o estudante atinge um percentual máximo de infrequência sem justificativa dos pais ou responsáveis, seu nome é anexado ao Sistema Educacional de Proteção – SERP, onde ficará registrado com vulnerável ou evadido.

2.3 Concepção de Gestão

2.3.1 Fundamentação Teórica

A concepção de Gestão está associada ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”.

O processo de gestão na escola deve ser dinâmico, participativo, abrangente, integrador e requer compartilhar responsabilidades. Essa integração se faz evidentemente necessária nas mais diversas ações e tomadas de decisões.

O processo de gestão na escola deve ser dinâmico, participativo, abrangente, integrador e requer compartilhar responsabilidades. Essa integração se faz evidentemente necessária nas mais diversas ações e tomadas de decisões.

Buscando o desenvolvimento da escola como um todo, com seus projetos, planejamentos, órgãos e funcionamento.

É necessário, para a democratização do ensino em nosso país, que haja uma profunda revolução educacional, que leve a mudanças de mentalidade e de cultura pedagógica, que redefina o uso social da educação através de novas concepções educacionais e de que estas correspondam às exigências educacionais de nossa época. É fundamental uma mudança qualitativa nas políticas educacionais, contrariando os mitos que impedem uma educação que efetivamente beneficie a população como um todo e não reforce o privilégio de alguns grupos. (Secretaria de Educação e Formação Profissional da PMSA, 2002 (b): 2.

A participação popular e a gestão democrática fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas”. Elas incidem positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem. Mas, formar para a participação

é, também, formar para a cidadania, isto é, formar o cidadão para participar, com responsabilidade, do destino de seu país. O Documento-Referência da primeira Conferência Nacional de Educação (Conae) refere-se à qualidade da educação, associando este tema ao da gestão democrática. Não se consegue melhorar a qualidade da educação sem a participação da sociedade na escola. A gestão democrática como princípio da educação nacional sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação”. A gestão democrática como princípio pedagógico e como preceito constitucional impregna todos os sistemas e redes de ensino. O princípio constitucional da gestão democrática.

A fundamentação teórica do texto está baseado:
História das ideias pedagógicas (1993); Pedagogia da práxis (1995); Paulo Freire: Uma biobibliografia (1996); Pedagogia da Terra (2000); Perspectivas atuais da educação (2000); Os mestres de Rousseau (2004); Educar para um outro mundo possível (2007) e Educar para a sustentabilidade (2008).

2.3.2 Instrumentos de Gestão Democrática

A instituição tem como instrumentos de Gestão Democrática, a Assembleia Escolar, que tem como objetivo formular queixas ou sugestões em nome da comunidade escolar, representando um espaço aberto também à todos os estudantes matriculados na instituição de ensino, com direito a voz. Sua função é realizada para objetivar e discutir sobre temas e providências relacionados a comunidade escolar. O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. Este é formado pela representação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar nas seguintes instâncias: representação dos professores, pais ou responsáveis, funcionários, pedagogos e diretores.

Na instituição em questão, temos como representante deste órgão:

Presidente: Tatiana Santos do Nascimento

Representação dos Trabalhadores da Educação: Keli de Arcega Mendes

Representação dos Trabalhadores da Educação não docentes: Denize Dias Alves

Representação da APMF: Morgana Maria da Silva

Representação dos Pais de Alunos: Tamara Margarida Santos Ferreira

Representação dos Movimentos Sociais Organizados da Comunidade: Renata
Alba Caciabue Lima

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, é um órgão de representação da instância colegiada, e de suma importância para a efetivação da Gestão Democrática e participativa na escola, uma vez que organiza e fiscaliza as ações desenvolvidas dentro da escola. Na instituição em questão, temos como representante deste órgão:

Presidente: Thaís Ferreira Costa

Vice-Presidente: Larissa Costa dos Santos

1º Secretária: Glaciele Cristine de Paula Costa

2º Secretária: Fabiana dos Santos

1º Tesoureira: Morgana Maria da Silva

2º Tesoureiro: Julio Cesar Nascimento da Silva

As reuniões são realizadas trimestralmente e estão prevista da seguinte maneira:

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
1º Trimestre	23/02/2024	Instituição
2º Trimestre	19/04/2024	Instituição
3º Trimestre	25/10/2024	Instituição
Organização dos espaços/ Reformas no prédio	anual	Instituição
Captação de Recursos próprios através da APMF	anual	Instituição
Formatura dos 5º Anos e ações para 2025	3º Trimestre/ Novembro e Dezembro	Instituição

2.3.3 Eixo de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

Gestão de Serviços de Apoio (resolução de conflitos, recursos humanos, físicos materiais e financeiros)

PRIORIDADE

- Segurança do prédio nos horários de entrada e saída dos estudantes;
- Almojarifado reforma e organização;
- escoamento da água da chuva;
- Troca das caixas de água de amianto por caixas de plástico;
- Remanejamento das salas de Recursos Multifuncionais, biblioteca e sala da Equipe Pedagógica;
- Restauração da quadra Poliesportiva;
- Concerto e troca do Telhado onde se faz necessário;
- Troca das fechaduras das portas das salas de aulas;
- Restauração dos Banheiros dos estudantes.

AÇÕES

- Verificação de providências para a insistente reclamação dos pais quanto à segurança e deprecação do prédio e quadra poliesportiva.
- Adequação do espaço para arquivamento e almojarifado.
- Verificação de problemas estruturais de escoamento de água da chuva e caixas de água, pátio das crianças, quadra e estacionamento, telhado, portas e banheiros;
- Orientação na entrada e saída dos alunos.

PERÍODO Durante todo o ano

RECURSOS Solicitação aos órgãos competentes

RESPONSÁVEIS Direção Escolar

OBSERVAÇÃO – Todas essas ações devem ser realizadas nos anos vigentes a esse P.P.P.

-

AÇÕES

- Adaptações físicas em banheiros e área comum (sanitários adequados, rampas de acesso, etc)
- Orientação e acompanhamento para professores que estão com alunos de inclusão.
- Suporte pedagógico para professores e alunos;
- Professor de Apoio Pedagógico com com laudos e direito constituído.

PERÍODO

- Adaptações físicas – Indeterminado
- Orientação e acompanhamento - quinzenal/trimestral

RECURSOS - Prefeitura e Equipe Pedagógica

RESPONSÁVEIS - Direção escolar e Equipe Pedagógica

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

Conhecer a família de um aluno é conhecer e compreender o próprio aluno, a convivência no seio familiar resulta na vida dos educandos de forma positiva ou negativa. Se uma criança está envolvida diariamente em um ambiente hostil certamente agirá assim, o contrário acontece com uma criança que vive em um lar de muita calma, carinho e

educação, pois ser assim que se apresentará na escola.

Com base nessa afirmativa fica claro que, se não houver a participação efetiva dos pais, o processo educativo restrito à escola é insuficiente para uma educação completa. Os pais podem exercer grandes influências no trabalho docente por causa do grande vínculo entre os entes da família e os problemas por ela derivados, que refletem na vida escolar das crianças, assim o professor irá conhecer a realidade através dos pais e responsáveis, resultando numa parceria de sucesso.

Conforme **Piaget** (2007) a relação **família**, professores e **escola** é de extrema importância para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, para o educador e a **escola** a função é de mediar e ampliar o conhecimento, já para os pais auxiliar no processo de conhecimento do educando.

Pensando nisso, a escola quer manter essa cultura de diálogo com os pais ou responsáveis, com a família. Todos devem estar envolvidos, criando um ambiente propício para esse laço estreito. As ações criadas pela escola para essa aproximação são frequentes, porém as famílias enfrentam um ritmo diário frenético, com os trabalhos e os afazeres domésticos, mas a escola pretende se adequar à essa realidade, aceitando sugestões e novas formas de participação.

Segundo Durkheim, (1977), a família é um corpo social ligado pela solidariedade, seus componentes se dividem por idades e tarefas as mesmas podem estar ou não ligadas ao sexo do indivíduo.

Pensando nesse crescimento há vários pontos a serem destacados, para que a escola consiga manter o foco em suas melhorias:

- Orientações para os pais e comunidade, sobre o funcionamento da APMF (mudança da antiga APP), Conselho Escolar e PDDE, assim como os recursos recebidos e investidos na escola;
- Pesquisa de opinião com os pais para que possam expor suas ideias e/ou sugestões para melhoria da escola;
- Esclarecimentos sobre regras de convivência, atendimentos prestados pela Orientação Escolar, conscientização sobre o ECA e o Regimento Escolar, chamando a atenção dos pais quanto as informações que eles prestam à escola.
- Realização de uma avaliação institucional.

- Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano, visando a utilização do material do SEFE.
- Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o PPP, pela direção escolar.
- Reforço escolar, no mesmo turno, com professores de apoio.
- Adaptações físicas em banheiros e área comum.
- Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço para sugestões.
- Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade.
- Verificação de providências para a insistente reclamação dos pais quanto à segurança e depredação do prédio e quadra poliesportiva.
- Adequação do espaço para arquivamento e almoxarifado.
- Verificação de problemas estruturais de escoamento de água da chuva, pátio das crianças, quadra e estacionamento.
- Policiamento e orientação policial na entrada e saída dos alunos, devido ao alto número de infrações de trânsito e falta de lombadas.
- Adequação do mobiliário do laboratório de informática, assim como o número de monitores.
- Identificação das causas dos alunos reprovados no ano anterior para elaboração de planejamento estratégico.
- Medidas para melhorar a frequência de alunos com altos índices de falta.
- Acompanhamento dos alunos com dificuldade, através de planejamento específico.

2.3.5 Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais.

As articulações desenvolvidas entre o diretor, pedagogos e demais profissionais visam aprimorar a implementação e execução de ações e atividades relacionadas ao processo educativo, com a organização de encontros e diálogos pedagógicos como estímulo à reflexão sobre as práticas educativas, o processo avaliativo e a perspectiva de inclusão.

Lück (2000, p.11): Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócios educacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento.

2.3.6 Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente

Em caso de uma ocorrência na escola, é necessário primeiramente comunicar o fato a Direção Escolar, que em conjunto com os Pedagogos Coordenador/Orientador, deverá comunicar os responsáveis pelo fato ocorrido, e fazer o registro da situação em ata, indicando a responsabilização do autor, através dos procedimentos voltados ao aluno, ou no caso de funcionário, a fim de serem tomadas as referentes medidas cabíveis a causa em questão.

As Fundações podem ser criadas pelo arbítrio de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas a partir de um patrimônio, sendo este constituído de bens que passam a ser de interesse coletivo, portanto, passível de fiscalização do Estado, através do Ministério Público (SILVEIRA, 2007).

2.3.7 Articulação entre a Unidade Educacional e a Mantenedora

A Mantenedora é a pessoa jurídica de direito público, que provê os recursos necessários para o funcionamento da instituição de ensino, subsidiando recursos necessários a manutenção do consumo de Água e Energia Elétrica, materiais pedagógicos e de limpeza/higiene, e manutenção dos espaços físicos. O mantenedora é responsável pela gestão financeira e administrativa da escola, garantindo a sustentabilidade da educação de excelência, com uma equipe de professores qualificados, articulando as ações com a escola, de forma a garantir os direitos dos estudantes, funcionários e comunidade, instituídos em lei.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes

A educação não pode ser omissa diante das transformações pelas quais passa a sociedade. A escola precisa rever o seu papel como responsável pela formação dos futuros cidadãos, precisa abrir espaço para um novo jeito de pensar, de construir novas atitudes. As relações entre professores e alunos, devem ser baseadas na ética, enfocada numa responsabilidade social, onde todas as ações realizadas sempre visem o bem comum e a transformação da sociedade. De acordo com Paulo Freire (1997), a educação como um todo deve ser pautada na tomada de consciência. A educação pode ser entendida como uma ferramenta de promoção da equidade social, já que ela tem o poder de libertar o homem do que o oprime por ser capaz de torná-lo autônomo em seus pensamentos, em

seus processos de conhecer, e de fazê-lo consciente como sujeito no mundo. Dessa forma, promove a liberdade aos sujeitos, que agem livremente e são capazes de refletir a respeito de si mesmos e das questões que os cercam. Na pedagogia freiriana, portanto, a tomada de consciência do aluno deve ser o norte, o objetivo mestre do processo educativo. Para tanto, trabalha-se com base no diálogo e na reflexão, a partir da cultura e das experiências dos educandos, buscando a sua compreensão do processo sócio histórico de constituição da sociedade e das instituições sociais, assim como do seu lugar/papel social como transformador das realidades que o cercam. Cabe aos professores articularem esses processos para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes. Para Freire:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção muda, embora isso não signifique, ainda, a mudança da estrutura. Mas a mudança da percepção da realidade, que antes era vista como algo imutável, significa para os indivíduos vê-la como realmente é, uma realidade histórico cultural, humana, criada pelos homens e que pode ser transformada por eles
(1983, p. 50).

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA

Quando algum funcionário percebe que há uma criança sofrendo bullying ou cyberbullying na escola, ele precisa tomar medidas imediatamente. Se é um professor, precisa avisar a orientação escolar, a direção e a coordenadora pedagógica para que algo seja feito, como uma conversa com o agressor e com a vítima e até mesmo a expulsão do aluno que agride. O segundo passo é avisar aos pais para que eles procurem assistência psicológica para a vítima. Entretanto, muitas vezes, as escolas ficam com receio de expulsar o abusador, já que é uma receita a menos, e sentem medo de avisar os pais que o filho está sofrendo bullying, uma vez que os responsáveis podem decidir por mudar o filho de escola. Essa motivação não pode impedir a direção escolar de tomar essas decisões, porque as consequências para a vida da vítima são grandes. Além disso, manter um aluno que pratica bullying é complicado porque ele provavelmente não tem só uma vítima, é possível que, se feita uma investigação, vários outros casos sejam descobertos. No fim, não resolver o problema só trará mais dificuldades para a escola, pois, quando os outros pais souberem que nada é feito quanto a esses casos, vão querer mudar os filhos de escola.

Lei 14.811/2024, de 12/01/2024, instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a

violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, definindo a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Nos termos da **Lei 11.841/2024**, o cyberbullying é constituído pela “intimidação sistemática virtual”, a qual se dá quando a “conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos online ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real”.

A lei prevê multa para quem fizer bullying e pena de dois a quatro anos de reclusão para os autores de cyberbully.

2.4 Concepção de Planejamento

O planejamento de ensino, consiste em um processo de tomada de decisões, a partir da análise de informações disponíveis no Currículo Educacional Municipal, que norteiam a construção da aprendizagem nas instituições escolares através do planejamento quinzenal, estabelecido nessa instituição, baseados nos conteúdos apontados na B.N.C.C para cada ano/série. Ele é construído levando em conta a análise dos resultados anteriores, a clareza dos objetivos a serem alcançados, o Tracejado de metas para o ano letivo vigente, baseando-se no plano de ação da escola que envolve toda a comunidade escolar, implementando novas tecnologias na busca da garantia dos Direitos de Aprendizagem dos estudantes.

Segundo Paulo Freire, “Não existe docência sem discência. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. O planejamento, para ter significado e validade precisa de uma ação participativa por parte do aluno. Paulo Freire (1987) afirma que a concepção problematizadora reforça a mudança, uma vez que o educador desenvolve o saber com os educandos, e este com o educador, não mais a serviço da opressão, mas da libertação.

2.4.1 Fundamentação Teórica

Planejar a educação no âmbito de sistemas e redes de ensino implica a tomada de decisões, bem como a implementação de ações que compõem a esfera da política educacional propriamente dita. A concepção de planejamento escolar sustentada na ideia de Projeto Político-Pedagógico emerge, com a finalidade, de adquirir e nortear a aplicação e desenvolvimento das Competências e Habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes.

De acordo com Baia Horta (1991),
A perspectiva de planejamento educacional enquanto atributo do exercício do poder constitui uma abordagem funcionalista na qual:

o plano torna-se funcional, não em relação ao todo social, mas em relação a uma vontade política que pode estar alienada do projeto da própria sociedade e que se utiliza do plano como instrumento para fazer valer seu próprio projeto (BAIA HORTA, 1991).

Wallon (1995), na sua obra A evolução psicológica da criança, trata do desenvolvimento da criança inserida em determinado meio. Ele afirma que o potencial herdado geneticamente por um indivíduo depende diretamente do ambiente em que ele está inserido.

2.4.2 Plano de Ação para a recomposição da Aprendizagem

Recomposição de aprendizagens surge como uma resposta aos impactos causados pela defasagem de conteúdos, proporcionado por uma série de ações e atividades que, juntas, tem como objetivo impulsionar o processo de ensino e aprendizagem considerando estudantes em diferentes níveis de aprendizagem. Quando se fala em Recomposição de aprendizagens o foco é garantir a construção de conhecimentos que ajudem a desenvolver competências e habilidades de acordo com o ano escolar em que os alunos estão matriculados. Neste sentido, a BNCC e seus currículos são ótimas ferramentas para direcionar essa Recomposição. É preciso fazer uma seleção das habilidades prioritárias que devem ser trabalhadas no ano letivo, principalmente, em Língua Portuguesa e Matemática.

Mediante esse processo, Feitosa (1999) explica que a proposta pedagógica de Freire pode ser dividida em três etapas principais: Investigação, tematização e problematização.

2.4.3 Plano de Ação Diretor

Ações do Diretor
PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none">- Orientação para os pais e comunidade, sobre o funcionamento da APMF e Conselho Escolar, destinação dos recursos do PDDE, recebidos e investidos na escola;- Avaliação Institucional dos Funcionários;- Funcionamento da escola, atendimento e serviço de orientação educacional da comunidade escolar.- Manter o diálogo constante entre professores;

<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas de satisfação com ações desenvolvidas na instituição; - Ouvidoria e atendimento aos pais e comunidade; - Interação entre pais, responsáveis e professores com acompanhamento da Equipe Gestora. 	
AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimentos sobre regras de convivência, atendimentos prestados pela Coordenação/Orientação Escolar; - Conscientização sobre o E.C.A. e o Regimento Escolar, bem como o Projeto Político Pedagógico, salientando a importância da atualização de dados pelos pais, assim como seu interesse nas ações promovidas pela escola; - Palestra sobre o funcionamento da APMF, Conselho Escolar e PDDE. - Exposição no quadro de informações financeiras da escola referente a prestação de contas; - Pesquisa de opinião com os pais para que possam expor suas ideias e/ou sugestões para melhoria da escola; - Reuniões trimestrais, individuais e coletivas entre professores e responsáveis sobre a vida escolar do estudante; - Atendimento Educacional Especializado (A.E.E); - Recuperação e Reforço/Reclassificação de Estudos; - Festividades baseadas na arrecadação de verbas para uso e manutenção da escola; - Formação em Serviço para os professores que precisem adquirir banco de horas. - Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço escolar para possíveis sugestões; - Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade; - Atendimento aos pais e comunidade escolar, bem como projetos e visitantes. 	
PERÍODO	1º/2º/3º/Trimestre
RECURSOS - Membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários PPP, Conselho Escolar e Equipe Pedagógica	
RESPONSÁVEIS - Presidente da APMF, Conselho Escolar e Direção Escolar	

2.4.4 Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

Ações da Coordenação
PRIORIDADE
<ul style="list-style-type: none"> - Estudos sobre Plano de Ensino para 2024; - Material do SEFE e Livro Didático; - Avaliações e Planejamentos pedagógicos; - Atualização do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar - Distribuição de Turmas. - Estudos sobre Plano de Ensino, material do SEFE, avaliações, planejamentos, PPP, entre outros documentos da escola - Reforço escolar

<p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano. - Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o acompanhamento da equipe gestora(Pedagogos). - Elaboração de momentos para discussão do Plano de Ensino entre os professores que lecionam para o mesmo ano. - Verificação de avaliações, planejamentos diários em consonância com o PPP, pela direção escolar. - Reforço escolar, no mesmo turno, com professores de apoio.
<p>PERÍODO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos sobre Plano de Ensino para 2024 (1 Trimestre) - Avaliação institucional – Início do segundo semestre - Demais ações – Durante todo o ano - Avaliação institucional – Início do segundo semestre - Demais ações – Durante todo o ano
<p>RECURSOS - Equipe pedagógica, professores de apoio, direção escolar.</p>
<p>RESPONSÁVEIS - Equipe Pedagógica Coordenação</p>

2.4.5 Plano de Ação do Pedagogo Orientador

<p>Ações da Orientação</p>
<p>PRIORIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter o diálogo constante entre professores - Pesquisas de satisfação
<p>AÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento pessoal aos pais - Pesquisa de satisfação com professores e funcionários, com espaço para sugestões. - Troca de experiências entre professores em suas horas-atividade. - Atendimento e Encaminhamentos ao CMAE - Acompanhamento de frequência Escolar - Apontamentos no sistema Serp de estudantes infrequentes - Encaminhamentos ao Conselho Tutelar - Reunião com Pais e Alunos em situação de Vulnerabilidade
<p>PERÍODO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento pessoal aos pais – Durante todo o ano - Pesquisa de satisfação – Final do 1º semestre
<p>RECURSOS: Professores, funcionários, caixa adequada, pais e comunidade.</p>
<p>RESPONSÁVEIS: Equipe Pedagógica Orientador</p>

2.4.6 Plano de Ação da Equipe Apoio Administrativa

PRIORIDADE
<ul style="list-style-type: none"> - Manter os documentos organizados e atualizados; - Fornecer as informações solicitadas pela equipe e professor; - Atualizar o sistema SERE periodicamente; - Atender os pais e comunidade com eficiência e gentileza.
AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - Consulta periódica ao SERE e ao e-mail da escola; - Organização frequente das pastas individuais dos alunos e documentos anexos; - Atendimento eficiente e distinto.
PERÍODO
- Todas as prioridades citadas acima durante o decorrer do ano letivo.
RECURSOS - Funcionários administrativos
RESPONSÁVEIS - Equipe administrativa e Gestão escolar

2.4.7 Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

PRIORIDADE
<ul style="list-style-type: none"> - Manter as dependências da escola organizadas e limpas; - Manutenção periódica dos ambientes de sala de aula organização e higienização; - Manutenção periódica dos sanitários, espaços de uso comum e salas específicas. - Organizar escalas de trabalho eficientes e com bom aproveitamento do pessoal. - Parceria na limpeza geral da instituição - Solicitar manutenção da área externa quando necessário. - Colaborar no cuidado das crianças no horário de recreio, juntamente com os com os professores e equipe pedagógica.
AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - Limpeza periódica de todas as dependências da escola. - Organização dos locais de trabalho e salas de aula.
PERÍODO
- Todas as prioridades citadas acima durante o decorrer do ano letivo.
RECURSOS - Funcionários Operacional
RESPONSÁVEIS - Apoio operacional e Gestão escolar

2.4.8 Plano de Ação do Conselho Escolar

PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none">- Zelar pela manutenção da escola- Monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino.- Acompanhar as funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática das escolas públicas- Representar e decidir aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e fiscais da escola- Avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento das leis, e documentos que regem a instituição.
AÇÕES <ul style="list-style-type: none">- Reformas e manutenção do Prédio da instituição- Acompanhamento das verbas destinadas a educação- Aplicação das verbas- Reuniões para resolução de casos específicos que requeram a participação efetiva do Conselho.
PERÍODO <ul style="list-style-type: none">- Ano letivo vigente – 1º, 2º e 3º Trimestre
RECURSOS –Municipais, Federais e de Arrecadação da APMF
RESPONSÁVEIS –Direção e Membros do Conselho Escola

2.4.9 Plano de Trabalho dos Docentes

PRIORIDADE <ul style="list-style-type: none">- Mediar, facilitar e articular o conhecimento e conteúdos propostos pela BNCC- Atuar como pesquisador, provocador do aluno- Despertar a curiosidade, busca, hábito da descoberta e participação em questionamentos e construções no ensino e aprendizagem.- Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina/módulo, cumprindo integralmente o programa e a carga horária, os dias letivos, os horários estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação institucional, à reflexão pedagógica e ao desenvolvimento profissional.

AÇÕES <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação Diagnóstica dos estudantes - Plano de recomposição de Aprendizagem - Preenchimento do Registro de Classe Online - Aplicação de Atividades avaliativas externas e internas - Levantamento de Conceitos - Lançamento de Médias para aprovação ou reprovação dos estudantes. - Formação e Capacitação conforme cronograma.
PERÍODO <ul style="list-style-type: none"> - Ano letivo vigente – 1º, 2º e 3º Trimestre
RECURSOS: Municipais Mantenedora
RESPONSÁVEIS: Equipe Pedagógica e Docente

Cronograma de Planejamento

AÇÃO	PERÍODO	LOCAL
1º Trimestre	Ciclo 1 27/02/2024 a 15/03/2024 18/03/2024 a 12/04/2024 15/04/2024 a 03/05/2024 07/05/2024 a 24/05/2024 27/05/2024 a 18/06/2024	Instituição
2º Trimestre	19/06/2024 a 05/07/2025 22/07/2024 a 09/08/2024 12/08/2024 a 04/09/2024 16/09/2024 a 04/09/2024	Instituição
3º Trimestre	26/09/2024 a 21/10/2024 22/10/2024 a 12/11/2024 13/11/2024 a 04/12/2024 05/12/2024 a 18/12/2024	Instituição

2.4.10 Plano de Atendimento Educacional Especializado

O Plano Educacional Individualizado sigla (PEI), é desenvolvido nessa instituição escolar de forma elaborada pelo professor regente, correte e de apoio escolar, com instrução da professora de Atendimento Educacional Especializado sigla (A.E.E). Ele é elaborado a partir de uma avaliação de um aluno com necessidade educacional específica, que visa o levantamento dessas necessidades, seus conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades, oferecendo ao aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento, ou com altas habilidades/superdotação, ou também com dificuldades de aprendizagem um atendimento direcionado e individualizado. Portanto o PEI visa registrar

esse caráter individual cada aluno para que, usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes, no ensino regular, sendo revisado periodicamente, a fim de que o professor possa acompanhar o desenvolvimento do aluno e mudar as estratégias conforme observação em sala de aula e no convívio desse aluno com a comunidade escolar.

Um dos principais papéis reservados a educação, consiste antes de tudo, dotar a humanidade de capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (DELORS, 2004, p. 28-29).

2.4.11 Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar

Quando o estudante não estiver internado, porém afastado da escola para tratamento de saúde, mediante atestado médico, por um período superior a 90 (noventa) dias, a escola deve solicitar um professor de atendimento pedagógico domiciliar por meio da solicitação de abertura de demanda para a Secretaria Municipal de Educação. O atendimento pedagógico domiciliar é uma ação educacional que requer planejamento e cuidados para que seja bem sucedido. A prática educacional neste atendimento apresenta algumas características específicas, com mudanças na organização do espaço e do tempo, bem como dos recursos disponíveis. Atendimento educacional domiciliar ou hospitalar ao estudante da rede pública com atestado médico, que indique a impossibilidade de frequentar as aulas por enfermidade, fratura ou conforme o CID declarado pelo médico.6 de ago. de 2020

CRONOGRAMA NORMATIVA Nº 01/2024

1º TRIMESTRE 08/02 a 17/05

2º TRIMESTRE 20/05 a 30/08

3º TRIMESTRE 02/09 a 18/12

Ciclo 1- 27/02 a 15/03

Ciclo 2- 18/03 a 12/04

Ciclo 3- 15/04 a 03/05

Ciclo 4- 07/05 a 24/05

Ciclo 5- 27/05 a 18/06

Ciclo 6- 19/06 a 05/07 Recesso Escolar (Ciclo menor)

Ciclo 7- 22/07 a 09/08

Ciclo 8- 12/08 a 04/09

Ciclo 9- 05/09 a 25/09

Ciclo10- 26/09 a 21/10

Ciclo11- 22/10 a 11/11

Ciclo12- 12/11 a 03/12

Ciclo13- 04/12 a 18 /12

Recesso Escolar (Ciclo menor)

Semana de Avaliação

1º TRIMESTRE

1ª Avaliação 18 a 22/03

1ª Recuperação 25 a 28/03

2ª Avaliação 01/05/04

2ª Recuperação 22 a 26/04

3º TRIMESTRE

1ª Avaliação 16 a 20/09

1ª Recuperação 15 a 21/10

2ª Avaliação 11 a 14/11

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação Teórica

O currículo é cultural, universal, devendo sempre ser reavaliado e reformulado frente à realidade social. Onde o enfoque seja o conteúdo como produção histórico-social de todos os homens, dentro de uma proposta onde haja interação entre o conteúdo e a realidade concreta. Engloba várias outras concepções para que a escola possa alcançar seus objetivos e tenha a verdadeira noção de seu papel social. É onde se expressa o conhecimento sobre o ser humano, a natureza, a sociedade, a educação, a aprendizagem, tudo unido nas práticas pedagógicas e nas relações sociais.

O método deve ser pautado na prática social porque decorre das relações estabelecidas entre conteúdo, método e concepção de mundo. Confronta os saberes

trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

Dentro da perspectiva histórico-crítica, Gasparin defende o ensino-aprendizagem a partir de cinco práticas distintas: prática social inicial do conteúdo, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final do conteúdo. Gasparin destaca que “de acordo com esta proposta teórico-metodológica, as grandes questões sociais precedem a seleção de conteúdos escolares” (p.37). O desastroso é que as escolas, ou a grande maioria delas, trabalham apenas com conteúdos pré estabelecidos pelo currículo oficial, sistematizados ideologicamente por um corpo docente superior, Conselhos Nacionais ou Estaduais de Educação. Frente a isso, questiona-se: “na prática da escola, o que vem primeiro, o conteúdo, ou as grandes questões sociais?” (p.38).

GASPARIN, João Luiz. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

2.5.2 Direitos e Objetivos de Aprendizagem

A BNCC propõe na etapa da Educação Fundamental, ensino obrigatório com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se no ano em que a criança completar 6 (seis) anos de idade, e tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação, articulados os conteúdos curriculares criando assim as condições de aprendizado para que os estudantes tenham um papel ativo na vivência e resolução de desafios. Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, e da economia, mediante ao desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, bem como a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores. Eles compreendem as disciplinas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, e Ciência Humanas. Direitos de Aprendizagem:

10. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

11. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar

causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

12. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

13. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

14. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

15. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

16. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

17. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

18. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

19. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além disso, a BNCC contribui para o aprimoramento de outros pilares da educação, como a formação inicial e continuada dos professores, a produção de materiais didáticos, a reestruturação das matrizes de avaliações e a revisão dos exames nacionais, que serão analisados a partir das informações presentes na Base Nacional Comum

Curricular.

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Lei no 9.394/1996

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extraescolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII – consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

10 Lei de diretrizes e bases da educação nacional

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3o Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2o do art. 208 11 Lei no 9.394/1996

da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4o Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5o Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o poder público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo poder público;

III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I – Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

SEÇÃO III – Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

23Lei no 9.394/1996

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

24 Lei de diretrizes e bases da educação nacional

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas

diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

2.5.3 Concepção de Ensino e Aprendizagem

As contribuições da teoria construtivista de Piaget, sobre a construção do conhecimento e os mecanismos de influência educativa têm chamado a atenção para os processos individuais, que têm lugar em um contexto interpessoal e que procuram analisar como os alunos aprendem, estabelecendo uma estreita relação com os processos de ensino em que estão conectados. Os mecanismos de influência educativa têm um lugar no processo de ensino aprendizagem, como um processo onde não se centra atenção em um dos aspectos que o compreendem, mas em todos os envolvidos. Se analisarmos a situação atual da prática educativa em nossas escolas identificaremos problemas como: a grande ênfase dada a memorização, pouca preocupação com o desenvolvimento de habilidades para reflexão crítica e auto-crítica dos conhecimento que aprende; as ações ainda são centradas nos professores que determinam o quê e como deve ser aprendido e a separação entre educação e instrução. A solução para tais problemas está no aprofundamento de como os educandos aprendem e como o processo de ensinar pode conduzir à aprendizagem.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, já dizia Paulo Freire.² jul. de 2020

A concepção defendida aqui é que o processo de ensino-aprendizagem é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O instrutivo é um processo de formar homens capazes e inteligentes.

2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula(cotidiana da Ensino Fundamental, do A.E.E E do recreio dirigido)

Buscando uma perspectiva de sucesso para o desenvolvimento e aprendizagem do educando no contexto o espaço físico torna-se um elemento indispensável a ser observado. A organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim estimuladas e independentes.

A escola não pode limitar-se à função de ensinar. Exige-se-lhe, cada vez mais, a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve estar cada vez mais próxima da realidade. Muitos dos

problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos (VEIGA, 2002, p. 68).

A instituição de ensino organiza seu tempo através da divisão das aulas aplicadas a cada dia da semana, bem como do tempo que se refere a cada disciplina de 50 min por aula, com intervalo de alimentação de 20 min por turma atendida 3º, 4º e 5º Ano. As salas de aulas conforme a demanda do ano/série em questão oferecem um espaço com mesa do professor, carteira e cadeira para o estudante, armários para os pertences do professor e material didático do aluno para o uso durante o ano letivo. A instituição também possui uma quadra poliesportiva ampla, um patio coberto usado também como refeitório, espaços laterais com gramado, uma sala de apoio Educacional A.E.E, uma sala para agentes de apoio, uma cozinha, uma secretaria, um almoxarifado, uma sala de leitura, uma sala de professores, duas salas para apoio pedagógico, 8 salas de aula, dois banheiros masculino e feminino.

Os atendimentos realizados pela sala de Atendimento Educacional Especializados, acontecem de forma escalonada, através da necessidade individual dos alunos, reipeitando o grau de dificuldade e comprometimento, bem como a ordem da fila de espera, conforme apontamento do professor e da equipe pedagógica. O atendimento por criança respeita o tempo limite de 30 min por atendimento, uma vez que a demanda é consideravelmente grande.

“A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2011, p. 52).

A reflexão sobre a prática pedagógica faz-se essencial ao educador, para que os processos de ensino-aprendizagem sejam inclusivos.

Assim, Freire (2011) enfatiza a importância de um diálogo entre professor e aluno, que representa uma libertação por parte dos sujeitos. (FREIRE, 2011, p. 93).

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 Fundamentação Teórica

Todos os professores estão cientes de sua responsabilidade ao avaliar os alunos, conhecedores das leis e a da diversidade de instrumentos a serem utilizados. Como está

expresso na Deliberação 07/99 – CEE – PR, em seu artigo 3º, § 3.º, deixa claro que *“É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição”*, para tanto os professores registram todas as avaliações realizadas ao longo do período, assim como a participação, assiduidade, trabalhos individuais e em grupos, tudo isso para que o aluno tenha várias oportunidades de mostrar o seu aprendizado.

Nesse sentido, o aluno deve aprender a tomar o conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e a organizar-se para as mudanças necessárias. Esse exercício contínuo realizado no ambiente escolar promoverá o crescimento individual do sujeito que passará, naturalmente a articular-se com o coletivo social no exercício de sua vida cidadã, estabelecendo interações entre os conteúdos por ele apropriados no processo ensino aprendizagem e a realidade, visando a transformação da sociedade (ação-compreensão-ação). Todo o processo se inicia com um diagnóstico, para que se evidencie o nível de aprendizagem do aluno e se possa organizar as avaliações, pautadas nos eixos de cada disciplina e conseqüente registro no Livro.

“A avaliação da aprendizagem, na visão freiriana, deve promover a consciência crítica por meio do diálogo livre, permanente e democrático (sem autoritarismo ou excessos de poder) entre professor e aprendiz. A avaliação é um processo dinâmico e coletivo e, conseqüentemente, fruto do compartilhamento entre os sujeitos o ato de aprender não opera por transmissão de informações mas por pelo encontro permanente dos homens (educadores e educandos), mediatizados pelos diversos saberes de cada um.

Paulo Freire: algumas aproximações. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v.2, n.1, 2007.

Nessa instituição de ensino, as avaliações acontecem de forma diária e contínua da progressão do aluno, e através do trimestre que disponibiliza duas avaliações e duas recuperações, mas também são considerados trabalhos e pesquisas conforme a disponibilidade no planejamento pedagógico quinzenal do professor.

2.6.2 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

Perceber as dificuldades de aprendizagem e atuar de forma apropriada sobre elas, é uma forma de fazer acontecer a aprendizagem significativa. Fazer com que o aluno consiga superar esse problema, muitas vezes causados por déficits cognitivos, físicos e, ou afetivo, representa a investigação, a finalidade, de muitos dos profissionais que acreditam no construir, nas superações que o processo educativo pode proporcionar.

A escola necessita rever estratégias, transformar suas aulas e atividades pensando

na capacidade dos estudantes, e na garantia que todos possam se desenvolver dentro do processo de aquisição de conhecimentos pedagógicos. É necessário também, uma aproximação entre família e escola, um maior incentivo ao estudante por parte da família, professores bem preparados para lidar com as dificuldades, buscando melhorias tanto nos métodos de ensino quanto na parte psicológica de seus alunos.

E também seria de fundamental importância, a contribuição significativa dos órgãos governamentais, para uma maior e melhor estruturação da educação municipal, buscando minimizar as desigualdades e promovendo o acesso à educação de forma democrática, e equiparada para todos os setores da sociedade.

As dificuldades encontradas no cotidiano da escola refletem os aspectos que precisam ser repensados e melhorados, através de ações que visem o entrosamento entre família e escola, proporcionando um vínculo mais estreito e possibilitando o diagnóstico precoce das ações que devem ser executadas para o melhoramento do ensino e aprendizagem. Com isso se torna mais eficiente a construção do plano de ensino e consequente melhoria nos resultados.

A escola não pode limitar-se à função de ensinar. Exige-se-lhe, cada vez mais, a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve estar cada vez mais próxima da realidade. Muitos dos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos (VEIGA, 2002, p. 68).

Os avanços decorrem das ações que são tomadas frente às dificuldades, é nesse sentido que a escola quer enfatizar seus esforços. Planejamento bem elaborado e profissionais comprometidos com suas metas e objetivos, caminhando juntos com a meta e objetivo da escola.

2.6.3 Avaliação Institucional

Atualmente a avaliação institucional passa por um processo de reconhecimento de sua importância na educação como fator equalizador na possibilidade de buscar soluções e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos professores e gestores. Visando conhecer melhor o processo de avaliar em suas diversas modalidades a pesquisa tem como objetivo central identificar as finalidades e as contribuições da Avaliação Institucional sob a ótica dos professores. Assim, sendo o princípio de avaliação institucional numa perspectiva democrática gera dificuldades na medida em que ela ainda é vista por boa parte dos integrantes da instituição como um momento importante, mas sem muita compreensão na sua realização e para qual finalidade ela é desenvolvida

independente do resultado, que muitas vezes não são apresentados para os participantes. Avaliação de Desempenho é um processo adotado por instituições para mensurar o desempenho e comportamento de seus profissionais a partir de critérios comuns. Através dela é possível acompanhar o desenvolvimento individual, até mesmo o andamento do trabalho em equipe.

Dessa forma, o gestor descobre as potencialidades do seu profissional, ou seja, o que ele realmente possui de talento para ser aplicado à empresa. Também é possível identificar os pontos fracos dos colaboradores e capacitá-los para sanar os pontos de melhorias identificados.

A avaliação de desempenho dos profissionais é realizada oficialmente bianualmente, conforme formulário enviado pelos Recursos Humanos da SEMEDI, pois avaliação é um quesito para elevação de nível do profissional.

A avaliação é uma prática intrínseca ao processo ensino e aprendizagem que tem como função e objetivo contribuir para a transformação da educação continuada, buscando o melhoramento acadêmico pedagógico dos estudantes, como resultado de uma maior eficiência na gestão e desenvolvimento do trabalho, conforme deseja a comunidade acadêmica. Desta forma, a avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global dos envolvidos no processo, considerando as características individuais e coletivas da Instituição, bem como dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos e quantitativos. Freitas (2006, p.16)

Portanto a mesma tem como objetivos, identificar a finalidade e as contribuições dessa Avaliação Institucional realizada sob a ótica dos professores, bem como analisar como acontece o trabalho dos funcionários da escola, Institucional na escola, conhecer as ações realizadas a partir dos resultados e a participação dos professores no processo de aplicação, avaliação e Desenvolvimento da Base Curricular Nacional SIGLA (BNCC).

2.6.4 Recuperação paralela de estudos

A recuperação de estudos sempre acontecerá paralelamente às avaliações do processo ensino e aprendizagem, independentemente do nível de aprendizado do aluno, abrangendo 100% do conteúdo trabalhado no trimestre. Desta forma, todos os alunos, terão direito de realizar a mesma, prevalecendo à nota maior sobre a menor. Sendo obrigatório o seu registro em livro próprio (Livro Registro de Classe R.C.O). O estudante também terá direito se necessário a reclassificação de estudos a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desempenho do que registre seu histórico escolar.

Todos os alunos possuem direitos iguais, em especial para aqueles que, por inúmeras razões, apresentam dificuldades de aprendizagem bem como nos conteúdos curriculares, procedimentos comumente usados nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas avaliações escolares.

Hoffmann (2001), parte da idéia que a avaliação é inerente ao processo, tanto quanto a recuperação de estudos. Entende que mediação é a aproximação, diálogo,acompanhamento do jeito de ser e aprender de cada educando, dando-lhe a mão com rigor e afeto, para ajudá-lo a prosseguir, tendo opção de rumos na trajetória do conhecimento.

Os professores do ensino comum modalidade regular, com auxílio do professor de apoio e dos pedagogos, devem planejar suas aulas com recursos diversos de forma a motivar estratégias que garantam essa recuperação e reclassificação dos estudos através da:

- Variedade de atividades metodológicas;
- Trabalho em grupo, cooperativo e individual;
- Desenvolvimento do conteúdo com atividades diferenciadas;
- Utilização de diferentes materiais didáticos pedagógicos que permitam aumentar ou diminuir o grau de complexidade dos conteúdos;
- Organização do espaço físico da sala de aula, favorecendo a autonomia e a mobilidade de crianças com inclusão ou em processo de recuperação;
- Administração do tempo aplicado a essa modalidade;
- Manutenção da avaliação que possa atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, através de técnicas e de instrumentos diferenciados realizado cotidianos em sala de aula.

2.6.5 Avaliação Externa

A análise dos resultados das avaliações externas possibilita a criação de um painel da Educação no país, ferramenta fundamental na elaboração de políticas públicas para a área. Em uma perspectiva política, elas contribuem para definir qual o direito de aprendizagem básico que todo aluno deve ter assegurado. Esses parâmetros são essenciais para que as redes e as escolas reflitam quais são as estratégias para promover uma Educação de qualidade. Na instituição escolar Municipal de Paranaguá Escola Maria José Henrique Tavares, o cronograma de avaliações externas é enviado pela Secretaria Municipal de Educação e corresponde as seguintes avaliações anuais:

PROGRAMA	AValiação	TURMAS	DATAS
Prova Paraná	Fluência (entrada)	2ºAno	13/03/24 18/11 a
Prova Paraná	Fluência (saída)	2ºAno	29/11/24 24/04 a
Prova Paraná	Diagnóstica (1º Edição)	5º Ano	25/04/24 28/08 a
Prova Paraná	Diagnóstica (2º Edição)	5º Ano	29/08/24 27/11 a
Prova Paraná	Diagnóstica (3º Edição)	5º Ano	28/11/24
Prova Paraná Mais Compromisso Nacional	Edição Única	2ºAno/5º Ano 3º Ano e 4º Ano	15/10/24 05/04/24
Criança Alfabetizada Compromisso Nacional	Diagnóstica Inicial L.Portuguesa (fluência) Matemática	3º Ano e 4º Ano	Junho
Criança Alfabetizada Compromisso Nacional	Diagnóstica Intermediária L.Portuguesa (escrita, fluência, leitura)	3º Ano e 4º Ano	Outubro
Indica	L.Portuguesa	2ºAno ao 5º Ano	03/04/24
Indica	L.Portuguesa	2ºAno ao 5º Ano	04/04/24

2.6.6 Organização e efetivação dos Conselhos de Classes , prés e pós conselhos

A organização efetiva dos Conselhos de Classes são realizadas nas dependências escolares, bem como previstas em calendário emitido pelo Conselho Municipal de Educação sigla (COMED). A reunião é convocada através da Secretaria Escolar e Direção, e durante a mesma, os docentes realizam o Levantamento de Conceitos Escolares referentes ao Trimestre/Ano, a fim de finalizar as informações referentes ao conteúdo aplicado, avaliações trimestrais, planejamentos pedagógicos, estudantes infrequentes, e encaminhamentos dos que apresentam necessidade de avaliação do processo de ensino aprendizagem. Os pré conselhos também tem data estipulada no calendario escolar, porém são desenvolvidos durante o período letivo de aula, na permanência dos professores regentes e corretores, de forma individual com a equipe gestora, que realiza os apontamentos prévios das informações para organização de medidas a ser tomadas. O pós conselho é realizado através da resposta as indicações dos docentes, e devolutiva da equipe pedagógica referente as medidas tomadas para a resolução dos problemas diagnosticados no trimestre.

O Conselho de Classe surge embasado no pressuposto de que, num processo coletivo em que existem diferentes óticas dos diversos profissionais, conseguir-se-á, através da soma dessas óticas, o maior conhecimento do objetivo que se avalia, para obter, conseqüentemente, tomadas de decisão mais acertadas. No caso aqui enfocado, por meio das análises dos diversos professores, ter-se-ia o maior conhecimento do aluno, para o seu melhor atendimento pedagógico, papel fundamental do Conselho de Classe (DALBEN, 1995.p.111 e 112)

2.7 CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação Teórica

A nosso ver, a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos estudantes, garantindo que os direitos de aprendizagem sejam completos e contruídos levando em consideração o avanço do mundo globalizado.

Silva (2002) entende a formação continuada como um processo de construção de saberes envolvendo os contextos históricos e sociais dos sujeitos, bem como o acesso asinformações e a complexidade que envolvem os espaços, os quais se dialogam e circulam os indivíduos. Nesse sentido, a formação deve ser pensada a partir das vivências e dos cotidianosdos professores, não visando pensar as práticas pedagógicas como produtos finais ousimplificados de um processo, mas sim, por entender as experiências e as relações em sala de aula como potentes e formativas.

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

A formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, e facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. Ela é oferecida durante a hora atividade do professor, afim de promover o aperfeiçoamento durante seu exercício de trabalho. Os temas abordados vão de acordo com as demandas que surgem na educação, bem como para auxiliar os docentes a aplicar esses

conhecimentos de forma a melhorar o levantamento e aprimoramento de dados relacionados as Competências e Habilidades propostas pela B.N.C.C.

2.7.3 Formação continuada na instituição conforma Instrução da Hora Atividade nº01/2018

Sabe-se que a nomenclatura “hora-atividade” é utilizada para denominar momentos de estudo e planejamento inseridos na jornada de trabalho do professor. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n.º 9.394, de 1996, por mais que não utilize a terminologia “hora-atividade”, prevê que o professor tenha espaços/tempo de estudo e planejamento, inseridos em sua jornada de trabalho.

A hora-atividade é de extrema relevância para a organização do trabalho pedagógico do professor, é neste espaço que ele vai planejar o encaminhamento metodológico de sua disciplina, podendo trocar ideias com seus pares, estudar, dialogar com a equipe pedagógica e realizar atividades inerentes a profissão docente. Por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar. Os professores procuram se atualizar através de estudos particulares e coletivos em seus horários de hora-atividade, assim como, participando de todos os eventos e capacitações ofertados pela SEMEDI.

Segundo o Decreto nº 1378, de 1º de julho de 2010, em seu Artigo 5º, no parágrafo XI, a SEMEDI deve “promover a formação dos profissionais da educação”, para que seja garantido na rede institucional, o quadro de hora atividade quando possível concentrada, proporcionando efetiva participação de suas equipes docentes disciplinares, as atividades relacionadas e oferecidas pela Rede Municipal de Ensino, bem como as formações ofertadas pela própria instituição. Cabe à equipe gestora manter esse quadro de horários atualizado e organizado, a fim de atender todos os profissionais da escola em igualdade e equipariedade.

2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos a instituição

Formação Continuada externa a instituição é um um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, a fim de assegurar a ação que promova aprendizagem significativa do professor para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. É indispensável para que as instituições de ensino e equipes de educação acompanhem essas novidades e consigam evoluir de forma proporcional a educação ainda

mais qualificada e completa aos alunos, promovendo impactos positivos em toda a comunidade escolar.

A formação continuada pode ser feita por meio de cursos, treinamentos, workshops, seminários, grupos de estudo, entre outras atividades que visem aperfeiçoar o desempenho do professor em sala de aula.

2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas

Com isso, é possível melhorar a qualidade da educação oferecida na sala de aula e analisar as contribuições das tecnologias nas atividades on-line e as categorias da experiência evidenciadas ao longo do processo formativo. Os resultados indicam que a integração entre o contexto virtual e o da prática profissional permitiu que as experiências se constituíssem como objetos de formação, reflexão, teorização e transformação.

Art. 13 A Formação Continuada em Serviço deve oferecer aos docentes a oportunidade de aprender, junto com seus colegas de trabalho, com suporte (mentoria ou tutoria), compartilhando aprendizagens já desenvolvidas, atendendo ao disposto no Parágrafo único do artigo 61 daLDB.

A educação a distância mediatizada pelas tecnologias digitais viabiliza a integração da experiência do profissional nas ações de formação, propiciando o desenvolvimento de um design curricular com foco na experiência compartilhada e na reflexão sobre a mesma prática já adquirida.

As transformações constantes ocorridas nos espaços virtuais possibilitam uma nova relação com o saber, demonstradas por meio de três constatações: a primeira é a renovação dos aberes durante o percurso profissional; a segunda a natureza do trabalho que estará voltada para aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos; e a terceira diz respeito ao *ciberespaço*, que apresenta tecnologias intelectuais que amplificam as funções cognitivas humanas, ampliando o potencial de inteligência coletiva, como se analisa em: “[...] *uma saída para contribuir com o nosso conhecimento neste momento...*” [Lévy \(1999, p. 157\)](#),

3 MATRIZ CURRICULAR

4 PROPOSTA CURRICULAR

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Deliberação nº 07/99–CEE–PR**. Trata das Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao071999ce>>. Acesso em 09 abr. 2024.

BRASIL. **Deliberação nº 02/99-COMED**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

BRASIL. **Instrução nº 02/2004**. Trata da Resolução nº 305/2004 (Atribuição de horaParei aqui

- atividade) e da Lei Estadual nº 13.807, de 30/09/2002 (Instituição de 20% de hora atividade). Disponível em:



<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao022004suedseed>>. Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990** – Dispõe sobre o Estatuto da Criança.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leisL9394.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.738/2008** – Dispõe sobre o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008** – Dispõe sobre o estágio dos estudantes.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 14o ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

MALANCHEN, Julia. Currículo e Pedagogia histórico-crítica: a defesa da universalidade dos conteúdos escolares. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:

<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/597-0.pdf> Acesso em: 05 abr. 2024.

REVISTA LINHAS. **Florianópolis**, v. 14, n. 26, jan/jun 2013. p. 265-292

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**; tradução de ROSA, Ernani F. da F. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, DEMERVAL. **Escola e Democracia**, São Paulo, Cortez, 2003. Sistema Educacional – SERE. Disponível em:

<https://www.sere.pr.gov.br/sere/>. Acesso em 20 abr. 2018.

VEIGA, Ilma Passos A., Amaral, Ana Lúcia. **Formação de Professores: políticas e**

debates. Campinas: Papyrus, 2002.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola. *ETD* [online]. 2009, vol.10, n.02, pp.186-202. ISSN 1676-2592.

ALMEIDA. J. A. M. Política pública de formação continuada do professor: O PDE no Paraná. Implicações no trabalho docente. Curitiba: April, 2020.

ANEXOS

I – Instrumento de Avaliação Institucional

anexo doc

II – Instrumento de Pesquisa Realizado para caracterização da comunidade escolar

A instituição realizou a caracterização da comunidade escolar através de reunião com registro em ata.

III – Pareceres Descritivos

A instituição não trabalha com Pareceres Descritivos, os conceitos são lançados através de nota.



IV – Plano de Atendimento Educacional Especializado



PREFEITURA DE PARANAGUÁ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ TAVARES PLANO
EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)**

Dados Pessoais

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Idade: _____

Mãe:

Pai:

Escola: Escola Municipal “Maria José Henrique Tavares”

Diagnóstico: _____

Professora: _____ Ano: _____ Turno de atendimento: _____

_____ Telefone: _____

Organização do atendimento:

- Período do atendimento: 1º Semestre
- Frequência do atendimento: Diária
- Tempo do atendimento: 13:30 a 17:30h
- Composição do atendimento () individual (X) coletivo.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	REALIZ A COM AUXÍLI O	REALIZ A SEM AUXÍLI O	NÃO REALI ZA
COMUNICAÇÃO ORAL			
Sabe ouvir o outro			
Responde ao ser chamado			
Demonstra compreender o que é falado			
Se comunica: ()olhar ()gestos () sílabas () palavras () frases			
Realiza relação entre pensamento e fala			
Relata experiências pessoais			
Transmite recados			
Situações que se comunica:			
LEITURA E ESCRITA			
Demonstra atenção em sala			
Reconhece: ()letras ()sílabas ()palavras ()nda Obs:			
Escreve: ()letras ()sílabas ()palavras ()nda Obs:			
Copia do quadro utilizando as linhas e espaçamentos			
Bom domínio na escrita de frases			
Processo de memorização			
Compreende leitura de textos: curtos () longos ()			
Obs:			
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO			
Reconhece e compreende quantidades numéricas			
Realiza contagem numérica			
Identifica numeros em diferentes contextos			
Domina conceitos de ter mais ou menos (quantidade)			
Possui habilidade da ()adição e ou subtração ()			
Classifica objetos com base em diferentes atributos (cor, forma, tamanho)			
Possui habilidade da ()divisão e ou multiplicação ()			
Obs:			

SÓCIO-AFETIVO			
Olha nos olhos dos outros			
Aceita aproximação social			
Possui iniciativa social			
Segue regras e rotinas			
Resistência a frustração			
Comportamento adequado em público			
Permanece em sala			
Demonstra timidez			
Agressividade			
Oscilação de humor			
Obs:			
MOTRICIDADE-FINA			
Possui domínio manual para desenhar, rabiscar			
Utiliza tesoura			

Domínio motor: () mão direita () mão esquerda			
Escrita com força excessiva no papel			
Utiliza borracha para apagar			
Manipula objetos pequenos com domínio			
Agitação psicomotora			
Obs:			
			
MOTRICIDADE-AMPLA			
Permanece sentado com ou sem apoio			
Anda com ou sem apoio			
Equilíbrio corporal para correr			
Domina movimento do corpo			
Reproduz movimentos ou danças			
OBS:			

ASS: PROFESSORA/EDUCADORA

ASS: DIRETORA

ATENDIMENTOS OFERTADOS E OU REALIZADOS:

*Sala de Recursos Multifuncional

Paranaguá _____, de _____ de 2024.

V- Plano de Formação Continuada



PREFEITURA DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

EM SERVIÇO

Nome do profissional responsável pela formação:

Colaboradores: _____

Introdução:

Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Aponta de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.

Objetivos Específicos:

Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.

Fundamentação Teórica:

TURMAS;

3° PASSO: AÇÃO DA BRIGADA ESCOLAR PARA COMBATER O PRINCÍPIO DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CONFORME FORMAÇÃO

4° PASSO: FORMAÇÃO DAS FILAS DE CADA TURMA NO CORREDOR DAS SALAS DE AULAS DIRIGINDO-SE A QUADRA POLIESPORTIVA;

5° PASSO: REALIZAÇÃO DA CONTAGEM DE ESTUDANTES E PROFESSORES;

6° PASSO: ABERTURA DO PORTÃO LATERAL DE EMERGÊNCIA PARA EVACUAÇÃO.

NÚMEROS DE EMERGÊNCIA

SAMU TELEFONE: (41) 3420-8200/991157489/991825767

GUARDA CIVIL TELEFONE: (41) 34206166/153

POLÍCIA MILITAR TELEFONE: (41) 34206166/190

PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES

ÁREA TOTAL: 901,79 Metros quadrados;

CAPACIDADE DE PÚBLICO: 601 pessoas

USO DE GLP: Máximo 3 recipientes P-13KG em abrigo externo

PROJETO TÉCNICO NIB: 570276/2011 válida até 9 de setembro de 2021

RESPONSÁVEL GERAL

TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO

CNPJ: 76.017.458/0001-15 / CNAE: 8513/9-00

LOGRADOURO: Claudionor Nascimento/Jardim Santa Rosa s/n.

IX- Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR



2024



EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

LEGENDA	
Amarelo	FÉRIAS
Verde	INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE
Verde	FORMAÇÃO CONTINUADA
Verde	PLANEJAMENTO
Verde	REFORMULAÇÃO PPP
Verde	PRE - CONSELHO
Verde	CONSELHO DE CLASSE
Verde	PÓS - CONSELHO
Verde	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
Verde	RECESSO ESCOLAR

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

MÊS		FERIADOS	
JAN	01	COMFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL	
MAR	29	PANÓIA DE CRISTO	
MAR	31	PÁSCOA	
ABR	21	TRADENTES	
MAI	01	DIA DO TRABALHO	
MAI	30	CORPUS CHRISTI	
JUL	29	ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ	
SET	07	INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	
OUT	07	NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	
OUT	12	NOSSA SENHORA APARECIDA	
NOV	02	FINADOS	
NOV	15	PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	
DEZ	25	NATAL	

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

DIAS LETIVOS	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade

1º Trimestre - 05/02 a 17/05 - 66 dias
 2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias
 3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

Carla Rosário
Tenise Cibele do Rocio Xavier
 Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
 Ldiretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
 Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGEA - Deliberação nº 04/2022
 Paranaguá, 22 de novembro de 2023.

TERMINA AQUI AMÉM



Nome de Escola:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
ESCOLA MUNICIPAL "PROFESSORA MARIA JOSÉ HENRIQUE
TAVARES
ENSINO FUNDAMENTAL

DADOS GERAIS (contato em caso de Emergência)

ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ HENRIQUE TAVARES



Ramal de Emergência: RAMAL: (41) 2046
Secretaria: TELEFONE: (41) 37211758

DADOS GERAIS DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ESCOLA

NOME: TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO TELEFONE: (41) 900428078

DADOS GERAIS PROFESSORES QUE COMPÕE A BRIGADA ESCOLAR

NOME: SIMONE DOS SANTOS ALVES TELEFONE: (41) 984236411

NOME: JOSIANE MARTINS FERREIRA TELEFONE: (41) 992050335

NOME: GISELLE ALVES CORRÊA TELEFONE: (41) 998176864

NOME: MARIA CRISTINA BEZERRA PEREIRA TELEFONE: (41) 995651162

PLANO DE ABANDONO

1° PASSO:ACIONAR O CORPO DE BOMBEIRO ATRAVÉS DOS TELEFONE 193;

2° PASSO: ACIONAR TRÊS VEZES CONSECUTIVAS O SINAL SONORO PARA AS TURMAS;

3° PASSO: AÇÃO DA BRIGADA ESCOLAR PARA COMBATER O PRINCÍPIO DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA CONFORME FORMAÇÃO

4° PASSO: FORMAÇÃO DAS FILAS DE CADA TURMA NO CORREDOR DAS SALAS DE AULAS DIRIGINDO-SE A QUADRA POLIESPORTIVA;

5° PASSO: REALIZAÇÃO DA CONTAGEM DE ESTUDANTES E PROFESSORES;

6° PASSO: ABERTURA DO PORTÃO LATERAL DE EMERGÊNCIA PARA EVACUAÇÃO.

NÚMEROS DE EMERGÊNCIA

SAMU TELEFONE: (41) 3420-8200/991157489/991825767

GUARDA CIVIL TELEFONE: (41) 34206166/153

POLÍCIA MILITAR TELEFONE: (41) 34206166/190

PREVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES

ÁREA TOTAL: 901,79 Metros quadrados;

CAPACIDADE DE PÚBLICO: 601 pessoas

USO DE GLP: Máximo 3 recipientes P-13KG em abrigo externo

PROJETO TÉCNICO NIB: 570276/2011 válida até 9 de setembro de 2021

RESPONSÁVEL GERAL

TATIANA SANTOS DO NASCIMENTO

CNPJ: 76.017.458/0001-15 / CNAE: 8513/9-00

LOGRADOURO: Claudionor Nascimento/Jardim Santa Rosa s/n.

